

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”

Campus Experimental de Ourinhos

DANILO FÁVERO TANGERINO

**A ESPACIALIZAÇÃO DA REDE BANCÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA NA
ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE OURINHOS (SP): UMA ABORDAGEM
INTRODUTÓRIA**

Ourinhos – SP
Outubro/2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”

Campus Experimental de Ourinhos

**A ESPACIALIZAÇÃO DA REDE BANCÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA NA
ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE OURINHOS (SP): UMA ABORDAGEM
INTRODUTÓRIA**

Danilo Fávero Tangerino

*Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora
para obtenção do título de Bacharel
em Geografia pela Unesp – Campus
Experimental de Ourinhos.*

Orientador: Prof. Dr. Luciano Antonio Furini

Ourinhos – SP
Outubro/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Antonio Furini (orientador)

Prof. Dr. Lucas Labigalini Fuini

Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

Ourinhos, outubro de 2012

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à minha família,
que esteve sempre ao meu lado, me apoiando
e me incentivando para que este se realizasse.
Em especial, a meu pai Sebastião (in memoriam), cuja fibra moral
e carinho, fizeram de mim quem sou hoje, e minha mãe
Ana Lúcia, cujo empenho de fazer de mim o melhor
que posso ser, me incentivou a fazer tudo de mim melhor.
Obrigado!*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família, em especial aos meus pais Sebastião e Ana Lúcia, e minha irmã Flávia, pelo apoio em todos os momentos de minha vida, sempre com palavras de sabedoria e inteligência, fazendo com que eu pudesse enxergar sempre os melhores caminhos, e que fizesse minhas escolhas de maneira consciente. Sem eles, eu não seria nada, e sua importância para a minha formação pessoal sempre será lembrada em minhas atitudes e escolhas feitas durante a minha vida.

Agradeço aos colegas de turma, pelas risadas, pelo companheirismo e amizade que me faz chegar ao fim da graduação muito satisfeito de ter convivido todos os dias com eles, e por ter conhecido a todos. Creio que todos fizeram parte da minha vida de uma maneira que lembrarei para sempre da nossa amizade, e dos bons momentos que tivemos durante os cinco anos de graduação, com a esperança de que continuemos com este laço para o resto de nossas vidas.

Agradeço também aos companheiros de trabalho do Laboratório de Geografia Humana, e do Grupo de Pesquisa sobre Processos e Dinâmicas Territoriais – DITER, pelo profissionalismo durante todo o tempo em que convivemos, e pelo auxílio nos diversos trabalhos realizados para o bem do grupo. Agradeço também ao Prof. Dr. Luciano Antonio Furini, pela orientação, pelo auxílio em meus trabalhos e pelas conversas durante este tempo, que me fizeram crescer profissionalmente.

Aos amigos, minha segunda família, os irmãos da República Sai Loko, André (Shrek), Paulo Cesar (Égua), Daniel (Jaú), Victor (Gerson), Matheus (Kiko), e todos os outros amigos da República Mapusema e Zeca Urubu, além de Victor (Ourinhense) pela amizade, pelas festas, risadas, pelos jogos de futebol, e por tudo que passamos juntos, construindo e formando uma família dentro da república. Além deles, agradeço ao Ernesto e ao Mário Sivi (Cavernoso), pela amizade durante o tempo em que estavam na república, e por terem permanecido perto depois desse período, sempre voltando para visitar-nos em Ourinhos.

Sou eternamente grato à Marina de Oliveira Arrabal, uma pessoa cuja força e fibra sempre puseram no caminho certo, e cuja amizade lembro-me em todos os momentos. Agradeço imensamente à ajuda voltada para o término da graduação, assim como em todos os momentos da minha vida. Muito obrigado por permanecer ao meu lado, me apoiando, incentivando, concordando e discordando de minhas atitudes e ideias, nos momentos bons e ruins, creio que sem você ao meu lado, não seria a pessoa que sou hoje. Você é uma pessoa maravilhosa, e sou grato por tê-la ao meu lado.

RESUMO

No atual período histórico, percebemos uma evidência maior em relação ao papel de grandes corporações nas cidades, principalmente atuando nos setores econômicos ratificando processos de fragmentação e de segregação socioespacial em relação ao acesso aos diversos serviços ofertados pelo próprio sistema, neste caso o sistema bancário. No seio dessa análise, torna-se importante entender o papel das mudanças das lógicas de organização das cidades que se destacam na rede urbana, sendo estas cidades médias em um âmbito regional, ou cidades de porte médio em âmbito microrregional, como Ourinhos (SP), que se destaca dentre muitos aspectos, das cidades de sua microrregião imediata. O objetivo do trabalho é analisar, de maneira introdutória, a influência das redes bancárias, a partir da localização de agências e postos de atendimento, na estruturação da cidade de Ourinhos, assim como a espacialização dessa rede. Para tanto, foi feito um estudo acerca do surgimento e desenvolvimento do Sistema Financeiro Brasileiro, tratando da importância das telecomunicações para o surgimento de outros produtos, assim como a análise, a partir de outros estudos da cidade, para entendermos como a rede bancária influencia e afirma a segregação e a estruturação da cidade de Ourinhos/SP.

Palavras-chave: rede bancária; segregação socioespacial; estruturação da cidade; agentes produtores do espaço.

ABSTRACT

In the current historical period, we see a greater evidence regarding the role of large corporations in cities, mainly working in economic sectors ratifying processes of fragmentation and spatial segregation in relation to access to the various services offered by the system itself, in this case the banking system. Within this analysis, it is important to understand the role of changes in the logical organization of cities that stand out in the urban network, which are medium-sized cities in a regional focus or mid-sized cities in microrregional scope as Ourinhos (SP), which stands out among many aspects, from the cities of its immediate microregion. The objective is to analyze, in an introductory way, the influence of banking networks, from the location of branches and service centers, in the structuring of Ourinhos as well as the spatialization of this network. Therefore, a study was made of the emergence and development of the Brazilian Financial System, addressing the importance of telecommunications to the emergence of other products, together with an analysis from other studies in the city, to understand how the banking network influences and affirms the segregation and structuring of Ourinhos / SP

Keywords: banking network; social and special segregation; structuring of the city; producing agents in space.

SUMARIO

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	10
OBJETIVOS	12
CAPÍTULO 1. O Sistema Financeiro Nacional	13
1.1 Primeira fase: do Império aos primeiros anos da República	15
1.2 Segunda fase: Período das guerras e da Depressão	18
1.3 Terceira fase: do pós-guerra às reformas de 1964-1965	20
1.4 Quarta fase: as reformas de 1964-1965	22
1.5 Quinta fase: a abertura econômica brasileira.....	24
1.6 O papel das telecomunicações na sistematização do Sistema Financeiro Nacional ...	26
1.7. O cartão de crédito: uma nova modalidade.....	30
CAPÍTULO 2. Da rede urbana ao intraurbano: uma desconstrução para o entendimento de Ourinhos/SP	43
2.1 Peculiaridades da Metropolização brasileira	44
2.2 Cidades Médias	48
2.3 Ourinhos: uma cidade de porte médio	52
2.3.1 Caracterização da área de estudo.....	53
2.3.3. A centralidade de Ourinhos/SP	57
2.3.4 A rede bancária no município de Ourinhos/SP	64
PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	76
CAPITULO 3. Considerações Finais	78
REFERÊNCIAS	82

INDICE DE FIGURAS

Figura 1. O processo de intermediação e o estabelecimento do mercado financeiro.....	13
Figura 2. Primeiro cartão de “crédito” feito pelo Diners Club em 1950 em papel.	31
Figura 3. Cartão de “crédito” feito pelo Diners Club em 1955.....	31
Figura 4. Maquineta de cartão de crédito manual da bandeira VISA.	32
Figura 5. Máquina de cartão de crédito atual, pós-tarjeta eletrônica.	33
Figura 6. Inadimplência do cartão de crédito (%).	37
Figura 7. Tipo de dívida predominante.	38
Figura 8. Localização de Ourinhos/SP em relação a São Paulo.	53
Figura 9. Localização dos municípios da microrregião de Ourinhos/SP.	58
Figura 10. Cartograma da população da região de estudo.	59
Figura 11. Cartograma de localização das agências bancárias no município de Ourinhos/SP.	66
Figura 12. Cartograma de localização dos postos de atendimento bancário e eletrônico no município de Ourinhos/SP.	68
Figura 13. Cartograma de localização dos correspondentes bancários no município de Ourinhos/SP.	69

INDICE DE TABELAS

Tabela 1. Número de estabelecimentos de intermediação bancária (matrizes e agências). Anos selecionados do período pós-guerra a 1964.	21
Tabela 2. Sedes de agências de instituições financeiras do país - Evolução entre 1970- 1985.....	23
Tabela 3. Cheques Devolvidos por Insuficiência de Fundos (2a. Devolução) - por Mil Compensados.....	35
Tabela 4. Código da atividade principal do emissor.....	36
Tabela 5. Número de estabelecimentos de serviço da microrregião de Ourinhos/SP. 1991 - 2010.....	61
Tabela 6. Número de agências bancárias por município microrregião de Ourinhos/SP. 2010.	62
Tabela 7. Localização, quantidade e instituição financeira das agências bancárias de Ourinhos/SP.....	65
Tabela 8. Postos de Atendimento Bancário e Eletrônico de Ourinhos/SP. 2010.....	67

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O período histórico atual é marcado pela necessidade cotidiana de fluidez entre os diversos fluxos presentes na sociedade capitalista, sendo a fluidez uma consequência e uma condição para o processo de mundialização. Esse processo é acompanhado, segundo Santos (2009), por um desenvolvimento enorme de atividades que são ligadas à comunicação, tanto interna quanto externa ao país, e isso só foi possível depois da revolução técnica que possibilitou o aperfeiçoamento dos transportes e das comunicações, modificando assim o padrão de rede predominante, que era necessariamente hierárquica, para um padrão mais voltado à livre comunicação entre centros de todos os tamanhos, sem a necessidade da intermediação por parte das cidades médias, que antes realizavam este papel na rede urbana.

Parte importante da mundialização, as instituições financeiras e bancárias são a base para a globalização financeira, que segundo Martin (1999, p. 15-16 *apud* Crocco e Sicsú, 2003, p. 88), “(...) é inerentemente um fenômeno geográfico fruto de estratégias organizacionais, tecnológicas, corporativas e regulatórias de firmas, instituições e autoridades em *localidades específicas*”. Para a definição das localidades, as firmas bancárias adotam algumas ‘práticas espaciais’, dentre elas a seletividade e a antecipação espacial (Corrêa, 1992, p. 116).

Para Crocco e Sicsú (2003, p. 103-104), o processo de fechamento e abertura de novas agências acontece por uma análise feita de acordo com o tamanho do PIB ali gerado. Segundo os mesmos autores, esse movimento ocorre simplesmente porque o sistema bancário obtém maiores lucros quando recebe um volume maior de depósitos, aumentando ao mesmo tempo o volume do seu ativo com operações de crédito, aquisição de títulos etc., e isto é mais provável que ocorra onde o PIB é maior.

Devido a todos estes processos, reforçamos a ideia de que a presença dos bancos influencia no desenvolvimento das diferentes localidades, além de ser parte das tomadas de decisão acerca da organização do espaço intraurbano, criando e recriando condições para o desenvolvimento de alguns locais em detrimento de outros, pois todo processo realizado pela instituição bancária, desde a definição do critério utilizado para localizar uma agência e demais postos de atendimento, até a decisão do tipo de ênfase que será dada a esta agência, pressupõe a nosso ver, uma modificação na organização espacial urbana, devido ao fato de que a sua presença possibilita a realização de empréstimos e de créditos diversos que por si acabam alavancando a movimentação da economia e do comércio, proporcionando o crescimento econômico.

Dentre algumas leituras utilizadas podemos citar Sandra Lúcia Videira (2005, 2006, 2009a, 2009b, 2009c, 2010), João Sicsú e Marco Crocco (2003), Roberto Lobato Corrêa (1996, 1997), Leila Christina Dias (2005), François Perroux (1975) e Milton Santos (2002, 2004, 2005, 2009), entre outros. E assim sendo, este trabalho está estruturado de uma maneira onde a abordagem inicial seja um contexto amplo e histórico, partindo daí para a especialização dentro do tema principal.

No Capítulo I é apresentado um recorte histórico acerca do processo de intermediação financeira como um processo em escala mundial, e em seguida, o histórico da criação do Sistema Financeiro Nacional em cinco fases, a partir da ótica de seus principais acontecimentos, estrutura da época, além do aparato legal e econômico das principais mudanças que alavancaram o processo de intermediação financeira, a partir das instituições bancárias, no contexto brasileiro. Nota-se que isso somente fora possível graças ao avanço das telecomunicações, que possibilitaram uma conexão remota entre as esferas econômicas em escala mundial, assim como a conexão entre as sedes de bancos situados fora do país com suas agências, e portanto realizamos um histórico do surgimento das telecomunicações e suas principais implicações ao sistema financeiro e bancário. Por fim, propomos a análise do cartão de crédito como uma nova modalidade de consumo:, enfatizando seus aspectos iniciais, sua evolução diante do avanço tecnológico, e suas principais implicações no processo de modificação do consumo de mercadorias e serviços dentro do processo capitalista atual.

No Capítulo II, discorreremos sobre as cidades brasileiras, partindo de um enfoque metropolitano, discutindo seus principais aspectos de formação e complexidades, passando pelo processo de distribuição de papéis dentro da rede urbana, caracterizando as cidades médias e as cidades de porte médio, nestas inserindo a cidade de Ourinhos como um centro importante dentro de sua microrregião. A caracterização da cidade é necessária para que avaliemos a situação geográfica¹ da cidade no contexto regional, além de tratar o surgimento da cidade, seus aspectos históricos e culturais, sendo estes importantes para o entendimento da orientação do processo de urbanização e realocação de serviços, caracterizados também pela realocação dos serviços bancários.

O Capítulo III é, necessariamente, a conclusão e as considerações finais as quais chegamos a partir da análise do referencial teórico e dos dados referentes à cidade em relação ao serviço bancário ofertado. Buscamos enfatizar a influência que as agências e postos de atendimento bancário (PAB's) possuem dentro do espaço intraurbano da cidade de Ourinhos, tentando analisar um tipo de lógica locacional que as agências utilizaram para o município de Ourinhos/SP.

¹ Conceito tratado por Sposito, 2001, p. 625.

OBJETIVOS

O trabalho tem como objetivo geral analisar se há influência dos agentes produtores do espaço urbano sobre a localização dos serviços do sistema bancário na cidade de Ourinhos no período atual, a partir de diferentes escalas, pensando assim em uma lógica e as repercussões da adoção destes locais, assim como dos locais em que estão instaladas as agências, teriam diante da organização territorial da cidade. A partir da análise do processo de expansão da malha urbana, pudemos analisar os diferentes locais onde estão instalados estes aparelhos urbanos, e os possíveis fluxos ou interesses por trás dessa localização.

Como objetivos específicos, tínhamos a análise da situação geográfica da cidade em relação à sua microrregião, tal como definida a partir do REGIC (2008), para obtermos uma percepção e uma conclusão se Ourinhos exerce ou não um papel intermediador dentro dessa região, voltado para a questão bancária, baseando-se em número de serviços, agências em especial, presentes nas cidades em questão.

Outro objetivo específico, ao qual pudemos fazer certa menção de análise, foi a compreensão da importância da intensificação de novas modalidades de serviços bancários (em especial, o cartão de crédito), para o desenvolvimento da cidade, e para a modificação dos padrões de consumo das diversas classes que integram a cidade, a partir de tabelas de recortes históricos sobre alguns fluxos bancários.

CAPÍTULO 1. O Sistema Financeiro Nacional

Atualmente, vivemos em um mundo capitalista, que ao contrário do antigo sistema mercantil simples, que se baseava na troca de mercadorias intermediada pelo dinheiro (ARAÚJO, 1995, p. 54-55), se reproduz somente por meio de grandes montantes de capital, que se transformam em mercadorias, e depois novamente em capital, alimentando esse ciclo. E, dentro deste processo, notamos que houve uma conversão do próprio dinheiro em uma mercadoria. Isso faz com que

os agentes financeiros passem a desempenhar novas funções, além do tradicional papel de captar e emprestar dinheiro, transformando-se nos reguladores de finanças a nível mundial e em instrumentos de financiamento da reorganização da produção e do espaço. (SPOSITO; ELIAS; SOARES, 2010, p. 203)

Dentro desta modificação da estrutura financeira interna, o processo de intermediação financeira ocupa um espaço importante, e sua evolução proporcionou a organização atual do Sistema Financeiro Brasileiro do modo que conhecemos hoje. Segundo Gurley-Shaw² (1960 *apud* LOPES, J. do C., 2002, p. 406-407), há três condições primordiais para a existência da intermediação financeira: a superação do estágio primitivo do escambo; a criação de bases institucionais; e a existência de agentes econômicos deficitários e superavitários, respectivamente dispostos a “financiar seus déficits aos custos correntes e a transformar seus ativos monetários em ativos financeiros³ aos riscos e às possibilidades correntes de ganho real.” (LOPES, J. do C., 2002, p. 407).



Figura 1. O processo de intermediação e o estabelecimento do mercado financeiro. Retirado de LOPES, 2002.

² GURLEY, J. G.; SHAW, E. S. *Money in a theory of finance*. Washington: Brookings Institution, 1960.

³ “(...), os ativos monetários, segundo o conceito convencional de moeda, M1, são o papel-moeda e os depósitos à vista em bancos comerciais; os ativos financeiros não monetários são constituídos por diferentes tipos de títulos que dão sustentação às operações que se realizam nos mercados de crédito e de capitais.” (LOPES, J. do C., 2002, p. 414)

Singer (2000, p. 29-30 *apud* VIDEIRA, 2009b, p. 21-22) discute o papel das finanças na economia capitalista enquanto um instrumento que encurta o tempo das transações, com o exemplo a seguir:

Imaginemos um mundo sem finanças em que prédios são construídos. Para começar a produção, o empresário precisa ter reunido um capital considerável para pagar o terreno, todos os materiais e equipamentos para o início das obras e todos os salários a serem pagos ao menos no primeiro mês. (...). Toda vez que o dinheiro do empresário não for suficiente para pagar tudo à vista, as obras serão paralisadas. E só quando o prédio estiver pronto, os apartamentos poderão começar a ser vendidos. E cada um será vendido à vista, o que significa que cada comprador terá que ter economizado o valor integral do apartamento antes de poder ocupá-lo. (...). O crédito acelera tudo: o prédio pode começar a ser construído tão logo o empresário tenha obtido o financiamento mínimo inicial; em geral, nem compra o terreno, incorpora-o mediante a troca por certo número de apartamentos quanto o prédio ficar pronto. À medida que a construção avança, o prédio em construção serve de garantia para a obtenção de novos empréstimos. A partir de certo ponto, os apartamentos “na planta” são postos à venda. As entradas e prestações pagas pelos compradores financiam a continuidade das obras. Tão logo o prédio fica pronto, os apartamentos podem ser ocupados, embora nenhum tenha sido pago integralmente. Muitos compradores de apartamentos “na planta” revendem-nos prontos, presumivelmente com lucros, embora também possam sofrer prejuízos.

O processo de intermediação financeira possui uma grande importância na economia, visto que sua principal função é a alocação consciente e eficiente dos recursos provenientes dos agentes superavitários para o financiamento dos agentes deficitários, promovendo assim o giro da economia financeira do país. E sendo assim, nota-se que há uma relação intrínseca entre a maturidade da estrutura econômica do país e o desenvolvimento da intermediação financeira, e no Brasil esse processo não ocorreu diferente, coincidindo as fases principais da evolução do sistema financeiro com as fases da evolução da economia agregada.

Houve, segundo Lopes (2002), na história do Sistema Financeiro Brasileiro, quatro fases distintas e importantes em si⁴:

1. Do Império até os primeiros anos da República;
2. Período das guerras e da Depressão;
3. Período do pós-guerra às Reformas de 1964-1965;
4. As Reformas de 1964-1965.

⁴ GONÇALVES (1999) trabalha, na Parte II de seu livro, um histórico semelhante ao realizado por Lopes (2002). O autor trabalha também com quatro seções referentes ao capital internacional no Brasil, diferindo das quatro fases de Lopes (2002) em relação aos períodos abrangidos por ele (Seção I – da Colônia à Segunda Guerra Mundial; Seção II - Industrialização e investimento externo: 1945-64; Seção III – Crescimento econômico e abertura produtivo-real: 1964-80; Seção IV – Estagnação e recuo estratégico: 1981-93).

Videira (2009b, p.103) insere ainda mais uma fase dentro da classificação feita por Lopes (2002), que é considerada a partir do ano de 1993 quando ocorre no Brasil o processo de abertura econômica, período que contribuiu para a organização do território financeiro e das suas relações e normas atuais.

Segundo Gonçalves (1999), o modo como o país tenta se inserir dentro do mercado econômico internacional tem passado por algumas modificações devido às mudanças no quadro político e econômico interno e pela evolução do sistema econômico mundial.

Não obstante essas mudanças, o capital internacional tem tido sempre um papel de destaque na história econômica do país desde o período colonial. Este capital tem sido determinante da evolução econômica do país, seja na forma de empréstimos ou financiamentos, seja de investimento de portfólio ou investimento direto. (LOPES, 2002, p. 51)

Para que possamos entender como foi o desenvolvimento do processo de intermediação, temos portanto que resgatar o surgimento do Sistema Financeiro como um todo, partindo da superação do estágio inicial de troca, até o surgimento do mercado consolidado e do modo como conhecemos hoje.

1.1 Primeira fase: do Império aos primeiros anos da República

No período colonial, o pensamento que regia as atitudes econômicas mundiais era o pensamento mercantilista, o qual proporcionava ao Brasil, colônia de Portugal, um bloqueio de quaisquer iniciativas de desenvolvimento interno. Assim, o cenário econômico era dominado pelas grandes companhias de comércio, que quando necessitavam de dinheiro para financiar suas atividades mercantis, acabavam por buscar os seus países de origem para realizá-lo. Para que houvesse algum tipo de desenvolvimento interno brasileiro, era necessária uma ruptura para com este tipo de pensamento, para que o país participasse diretamente nas linhas de comércio mundiais, promovendo a criação de algum tipo de economia financeira brasileira.

Em 1808, a Família Real portuguesa veio ao Brasil fugindo de um ataque proeminente por parte de Napoleão Bonaparte, e os primeiros atos de D. João no Brasil foram a abertura dos portos e os novos acordos comerciais com a Europa, com colônias africanas, asiáticas e países sul-americanos, atos estes que acabaram incentivando a instalação de instituições monetárias e, assim, a criação de condições para o desenvolvimento da intermediação financeira no país, pois a presença da Família Real tornava o Brasil uma peça-chave nas linhas de comércio mundiais, havendo a necessidade de um mercado financeiro capaz de dar a assistência necessária às importações e exportações feitas pelo Brasil com os aliados de Portugal. (LOPES, 2002, p. 418)

Assim, em Outubro do mesmo ano, D. João cria a primeira instituição financeira do país, e a chama de “Banco do Brasil”, cujas atividades iniciam-se no ano seguinte com as seguintes operações: desconto de letras de câmbio; depósito de metais preciosos, papel-moeda e diamantes; emissão de notas bancárias; câmbio; captação de depósitos a prazo; monopólio de venda de diamantes, pau-brasil e marfim; e operações financeiras do Governo. O banco tinha a sede restrita ao Rio de Janeiro, todavia foram abertas filiais na Bahia, em 1818 e em São Paulo, em 1820, porém devido ao fraco desempenho da economia de exportações no início do Império, e à volta do rei D. João a Portugal em 1821 com boa parte do lastro metálico do banco, este se tornou uma instituição insustentável, e acabou por ter suas operações oficialmente encerradas em 1835⁵.

Devido à urbanização pretérita, ocorrida no Brasil por não ter acompanhado as mudanças provenientes da Revolução Industrial, o país adquiriu uma estrutura diferente de outros países de modo que

o Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um destes subespaços, polos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes. (SANTOS, 2005, p. 29)⁶

Essa relação estreita com o mundo exterior, era o motivo pelo qual o Brasil não conseguia evoluir com uma política financeira sólida, e consolidar um sistema nacional que desse conta das movimentações realizadas pela metrópole e seus aliados dos produtos que aqui se encontravam. E no período pós-independência do Brasil, mais especificamente na década de 1830, o país testemunhou uma prosperidade econômica proveniente do aumento do mercado do café, principal produto na época, sendo este comercializado principalmente na Europa, o que acabou estimulando a criação de um mercado interno brasileiro e a execução de investimentos a longo prazo, em áreas como transportes e comunicações.

Segundo Santos (2005), isso modificou o quadro dos arquipélagos econômicos, com mudanças nos sistemas de engenharia e social, que fizeram a partir daí, com que São Paulo se tornasse um polo dinâmico de abrangência interestadual, interligado fisicamente com

⁵ “Em vez de cumprir funções básicas de intermediação para o crescimento das atividades produtivas internas, esse banco converteu-se em fornecedor de recursos para pagar as despesas governamentais.” (LOPES, J. do .C., 2002, p. 419)

⁶ O conceito de arquipélagos foi adotado, em um primeiro momento, para explicar a separação entre os diversos locais de produção econômica, entretanto, com o passar do tempo, acabou sendo adotado também pcomo uma tentativa de explicar os aspectos da rede urbana.

outras regiões por meio de rodovias e em constante contato com as mesmas via comunicação remota, formando uma rede com os principais centros de gestão do território⁷.

No ano de 1833, o governo autoriza novamente a criação de um segundo Banco do Brasil, na tentativa de suprir as antigas demandas provenientes de gastos governamentais, entretanto devido ao fracasso anterior, este não chegou a angariar fundos mínimos para sua instalação. Todavia, a economia cafeeira continuava seu crescimento no país, e devido às necessidades de uma política financeira que organizasse esse crescimento, houve uma concomitante evolução do sistema financeiro, com a criação de diversos bancos no país, como o terceiro Banco do Brasil, criado pelo Barão de Mauá. Em 1853, aconteceu a primeira fusão bancária no Brasil, entre o Banco Comercial do Rio de Janeiro, e o Banco do Brasil, e o novo banco manteve a nomenclatura deste último, sendo o quarto banco com o mesmo nome desde os tempos da Família Real. (LOPES, 2002)

No mesmo ano de sua criação (1853), o quarto Banco do Brasil se expande pelo país com filiais no Rio Grande do Sul (1854), São Paulo (1855), e posteriormente em Ouro Preto, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, sendo esta expansão pautada em uma política de transformação dos bancos das respectivas províncias em filiais deste, o que acabou consolidando a estrutura do Sistema Financeiro Brasileiro. Porém, o Banco do Brasil não mantinha, na época, o monopólio da emissão das notas bancárias, pois houve também a criação de outras instituições como o Banco Comercial e Agrícola e o Banco Rural Hipotecário, além do Banco da Província do Rio Grande do Sul e do Banco Comercial do Pará.

Outro fato, ocorrido na década de 1860, tirou do Banco do Brasil a hegemonia como casa bancária, que foi a chegada dos primeiros bancos estrangeiros ao Brasil, como o *London & Brazilian Bank*, com sede no Rio de Janeiro e filiais no Pernambuco e no Rio Grande do Sul, e o *The Brazilian and Portuguese Bank*, com sede no Rio de Janeiro e filial em Porto, ambos no ano de 1863, sendo este último transformado, em 1866, no *English Bank of Rio de Janeiro*. Com isso, segundo Lopes (2002), o Brasil possuía, no final da década de 1870, dezessete bancos “essencialmente ligados às atividades do setor cafeeiro ou à implantação de projetos no setor de infraestrutura”. (LOPES, 2002, p. 420)

Nos últimos anos do Império, as atividades bancárias passaram por momentos difíceis, por diferentes motivos. A libertação dos escravos pela Lei Áurea, em 1888, acabou provocando perdas significantes nas colheitas, reduzindo a riqueza rural e diminuindo consideravelmente o volume de dinheiro nos bancos e nas operações bancárias. A sobra da

⁷ Segundo Roberto Lobato Corrêa, “o centro de gestão do território caracteriza-se, em realidade, por ser um centro onde tomam-se decisões e fazem-se investimentos de capital que afetam direta e indiretamente amplo espaço. Controlam assim a organização espacial de um dado espaço, influenciando a gênese e a dinâmica produtiva, o nível de empregos diretos e indiretos, os impostos, a mobilidade demográfica, as transformações no uso do solo e na paisagem, assim como a política local e o modo de inserção das cidades na rede urbana sob seu controle.” (CORRÊA, 1996, p. 25)

mão de obra rural induziu um surto de industrialização, incentivando o surgimento de novos empreendimentos industriais nos centros urbanos, o que acabou provocando mudanças significativas na estrutura do sistema financeiro brasileiro, principalmente com a recessão do sistema financeiro entre os anos de 1892 e 1906, que levou muitas casas bancárias a fusões e incorporações, inclusive o Banco do Brasil, que em 1892, se incorporou ao *Banco da República dos Estados Unidos do Brasil*, por enfrentar diversas dificuldades operacionais, sendo este liquidado no ano de 1905.

A partir de 1906, com o fim da crise financeira do início do século, as atividades de intermediação financeira do país voltaram gradativamente à normalidade. Nesse ano foram reativadas as operações do Banco do Brasil, o quinto a funcionar sob esta denominação. Em 1910, ao fechamento do terceiro balanço, suas operações eram, em termos nominais, três vezes superiores às registradas em seu primeiro ano de atividades. O Brasil possuía, então, 21 bancos comerciais, dos quais cinco eram estrangeiros e dezesseis nacionais. (LOPES, 2002, p. 421)

1.2 Segunda fase: Período das guerras e da Depressão

A fase em questão é importante para a consolidação do Sistema Financeiro Brasileiro, e também para o próprio desenvolvimento do país e de sua estrutura interna, com algumas mudanças, segundo Lopes (2002, p. 422):

- Expansão do sistema de intermediação financeira de curto e médio prazos;
- Disciplinamento, integração e ampliação das margens de segurança da intermediação financeira no país, respectivamente devidas à criação da Inspetoria Geral dos Bancos (1920), posteriormente substituída pela Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária (1942), à instalação da Câmara de Compensação (1921) e à implantação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil (1921);
- Elaboração de projetos para ampliação e diversificação da estrutura de intermediação financeira no país, basicamente para a criação de instituições especializadas, que atendessem à crescente demanda de financiamentos de longo prazo;
- Início dos estudos e dos esforços convergentes para a criação de um Banco Central no país.

Esta segunda fase ocorreu entre os anos de 1914 e 1945, englobando as duas Grandes Guerras e a Depressão da década de 1930. O país, durante este período, passou por intensas dificuldades, assim como todos os outros países do mundo, entretanto as respectivas mudanças geradas por estes três processos acabaram induzindo uma evolução forçada das políticas financeiras anteriores, culminando nas modificações políticas acima listadas, e consolidando no Brasil uma base estrutural para o desenvolvimento do Sistema

Financeiro Brasileiro. As guerras de 14-18 e 39-45, juntamente com a depressão de 1930, provocaram no mundo um processo de retração, o que levou os mercados de bens de consumo a importarem menos produtos que eram considerados, no período, como “descartáveis”, como o café e a borracha, principais produtos brasileiros na época. (LOPES, 2002)

Consequentemente, os países que estavam envolvidos com a guerra também não exportavam os produtos que para o Brasil eram de extrema importância, o que causou uma grande necessidade de desenvolver no país um setor industrial interno forte o bastante para suprir a falta de produtos externos e a queda brusca nas importações. Esse pensamento acabou culminando no processo chamado de *substituição de importações*, fazendo com que o país contornasse a crise e as diversidades provocadas pelas guerras implantando um parque produtor de bens duráveis⁸, e suprimindo, mesmo que gradativamente, a queda das importações.

Depois da guerra, a economia brasileira teve taxas de crescimento relativamente elevadas de modo que, entre 1947 e 1961 – quando ocorreu uma profunda crise política e econômica –, o produto total, a produção agrícola e a industrial cresceram as taxas médias anuais de 6%, 4,6% e 9,1%, respectivamente.” (GONÇALVES, 1999, p. 57)

Segundo Lopes (2002) foi possível, ao fim do período, notar a presença de um processo expressivo de intermediação financeira, de modo que em cinco anos (1940-45), as matrizes e agências dos respectivos estabelecimentos elevaram-se em mais de 50%, passando de 1.360 para 2.074, mesmo com o fechamento de 41 estabelecimentos estrangeiros durante a guerra.

Durante os anos de 1914-45, as instituições de intermediação financeira no país desenvolveram-se com relativa segurança, ampliando seu raio de ação e dando sustentação às mudanças que se operaram na estrutura de produção do país. A captação de recursos e os empréstimos concedidos pelos bancos comerciais elevaram-se de forma consistente durante todo o período, não obstante a interrupção (não muito acentuada) dos anos da Grande Depressão. (LOPES, 2002, p.423)

E aliada a essa expansão, foram criados alguns organismos que teria como função a fiscalização dos bancos, disciplinando a instalação e o funcionamento destes, como por exemplo, a Inspeção Geral dos Bancos, em 1920, sendo subordinada ao Ministério da Fazenda; a Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, em 1942, dentre outros. Concomitantemente à criação destes órgãos, houve uma tentativa no sentido de criar um

⁸ Segundo o Novíssimo Dicionário de economia, bens duráveis são “uma categoria de bens que têm utilidade durante um grande período de tempo, abrangendo, portanto, os bens de consumo duráveis e os bens de capital. As indústrias que produzem bens duráveis são muito mais afetadas pelas crises econômicas do que as que se dedicam aos bens não-duráveis. Sua expansão é de tal modo condicionada pela expansão do consumo – conforme o princípio da aceleração – que qualquer queda ou simples nivelamento na procura dos bens não-duráveis implica violenta queda na produção de bens de capital e bens de consumo duráveis.” (p. 51-52)

Banco Central no país, principalmente com o Projeto Niemeyer, em 1931, fato que acabou não se concretizando no período, mas somente anos depois.

Tais iniciativas acabaram contribuindo muito para a solidez estrutural do sistema financeiro, conferindo mais segurança para os processos referentes à intermediação financeira, porém ao fim do período, ainda não estava à vista a concretização de iniciativas que levassem à criação algumas instituições específicas para a modalidade de crédito a longo prazo, o que no caso brasileiro, se tornou um ideal a ser perseguido, e uma demanda a ser suprida.

1.3 Terceira fase: do pós-guerra às reformas de 1964-1965

O período pós-guerra é considerado uma época de transição entre a antiga estrutura da primeira metade do século, que era simples e direta, para outra nova, dotada de uma maior complexidade referente ao sistema financeiro consolidado pós-reformas de 1964-65. Esta foi a época em que o Estado se responsabilizou por realizar uma revisão normativa do sistema, e o primeiro passo em direção a esse objetivo foi a implantação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), um órgão normativo que teria como funções a de assessoria, controle e fiscalização do Sistema Financeiro, sendo este órgão o precursor do Banco Central, na época ainda sob o domínio do Banco do Brasil.

Segundo Videira (2005, p. 6), “as altas taxas de juros aplicadas, até 1965, atreladas a outras questões políticas favoreceram a proliferação do número de sedes bancárias” nas diferentes regiões econômicas brasileiras, havendo uma expansão de agências com diminuição no número de matrizes, devido ao grande número de fusões e incorporações de pequenos bancos que haviam sobrevivido ao turbulento período anterior à guerra de 1939-45 (Tabela 1).

Além disso, foi criada uma instituição financeira central de fomento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), cujo objetivo era dar suporte a projetos de financiamento governamentais, juntamente com outras instituições de apoio a regiões carentes, como o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco de Crédito da Amazônia e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, que auxiliavam o BNDE na função de investimentos em melhorias nas regiões brasileiras. Houve também um desenvolvimento espontâneo de companhias de crédito, financiamento e investimento, a fim de realizar a captação e a aplicação de recursos em prazos compatíveis com a demanda de crédito a longo e médio prazos. (LOPES, 2002)

Tabela 1. Número de estabelecimentos de intermediação bancária (matrizes e agências). Anos selecionados do período pós-guerra a 1964.

Anos	Número de estabelecimentos						
	Nacionais		Estrangeiros		Total		Total Geral
	Matrizes	Agências	Matrizes	Agências	Matrizes	Agências	
1951	396	3.600	8	34	404	3.634	4.038
1953	396	3.918	8	36	404	3.954	4.358
1955	358	3.645	8	27	366	3.672	4.038
1958	337	4.504	8	35	345	4.512	4.857
1960	334	4.893	8	35	342	4.928	5.270
1962	336	5.788	8	36	344	5.824	6.168
1963	327	6.174	8	36	335	6.210	6.545
1964	328	6.454	8	36	336	6.490	6.828

Retirado de LOPES, 2002.

O Governo brasileiro, buscando nesta época um processo de aceleração do crescimento, e aproveitando a superação do período anterior às guerras, optou por implementar alguns programas que viriam a induzir uma expansão do país, sendo um dos mais importantes, o Plano de Metas, que esteve vigente entre 1956 e 1961. Esse tipo de programa foi um incentivo muito grande à diversificação do parque industrial brasileiro, pois por muito tempo, desde a década de 1930, a maioria dos investimentos governamentais estava sendo feitos nos setores de transporte, energia e indústria pesada, os quais acabaram configurando pontos de estrangulamento econômicos, se tornando saturados e assim perdendo sua característica de setores inovadores, e portanto, lucrativos.

O principal objetivo dos programas de aceleração induzida foi a realocação dos investimentos destes setores estrangulados para outros setores cuja principal característica era o alto efeito multiplicador, como as indústrias automobilísticas, criando assim polos de germinação.

(...), o fato é que se tornaram necessárias substanciais transformações na estrutura de intermediação financeira do país, no sentido de que não se frustrassem os objetivos centrais da expansão da produção e do emprego, notadamente nas áreas urbanas, que passaram a registrar rápido processo de expansão. (LOPES, 2002, p. 427)

Esse crescimento supracitado não foi evidente somente nas áreas urbanas, mas também em áreas distantes dos grandes centros brasileiros, que pelo aprimoramento dos transportes e das comunicações, iam sendo incorporadas à dinâmica de crescimento econômico interno do país. E com toda essa efervescência econômica no país, esperava-se que o órgão normativo de responsabilidade pelas intermediações financeira brasileiras atuasse de acordo com seus objetivos primários, como exercer a função de controle, fiscalização e adequação dos bancos às normas vigentes, assim como atuar como um verdadeiro banco central. Essa falta de atitude da SUMOC em relação às instituições

financeiras fez com que o Governo notasse que era necessária uma reforma no sistema financeiro nacional, a fim adequá-lo ao seu verdadeiro propósito de regular as atividades financeiras do país, e também de moldá-lo aos padrões dos países desenvolvidos, dando assim condições para que houvesse sua inserção no mercado internacional, reforma esta que foi feita em meados de 1964.

1.4 Quarta fase: as reformas de 1964-1965

Três leis redigidas e aprovadas na década de 1960 mudaram completamente o Sistema Financeiro Nacional: a Lei nº 4.380, de 21/08/64, que instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, criou o Banco Nacional de Habitação e o Sistema Financeiro de Habitação; a Lei nº 4.728 de 14/07/1965, que disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para seu desenvolvimento; e a Lei nº 4.595, de 31/12/64, que foi a lei que promoveu a base da reforma bancária e a reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, definindo características específicas e áreas de atuação das instituições financeiras, assim como transformando a SUMOC e seu conselho em, respectivamente, Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

Segundo Baer (1986 *apud* VIDEIRA, 2009a, p. 3), a década em questão foi marcada pela primeira vez que os bancos estrangeiros encontraram alguma restrição acerca de sua atuação no Sistema Financeiro Brasileiro, por meio da lei nº 4.595/64, quando a expansão pelo território e a participação no capital acionário dos bancos comerciais nacionais não eram mais autorizadas, restando-lhes somente associar-se a bancos de investimento ou abrir escritórios de representação.

Esse processo acaba diminuindo o número de matrizes bancárias em todos os segmentos financeiros, enquanto que o número de agências passa para 9.643, mostrando ao Governo ainda uma tendência a fusões e incorporações remanescentes do período pós-guerra. (LOPES, 2002). Isso significou uma vantagem para os bancos de maior porte, no caso os nacionais, e favoreceu a formação de grandes conglomerados nacionais na década de 1970. (BAER *apud* VIDEIRA, 2009a, p. 3)

Tabela 2. Sedes de agências de instituições financeiras do país - Evolução entre 1970-1985.

Instituições	1970		1985	
	Sedes	Agências	Sedes	Agências
Estabelecimentos bancários				
- Oficiais Federais	4	878	5	3.187
- Oficiais Estaduais	24	1.325	24	3.173
- Privados Nacionais	142	5.623	60	9.000
- Estrangeiros	8	35	18	62
Caixas Econômicas				
- Federal	1	526	1	1.367
- Estaduais	5	949	4	1.023
Bancos de investimento	30	75	38	151
Bancos de desenvolvimento				
- Federais	3	23	3	40
- Estaduais e interestaduais	10	2	13	2
Sociedades de crédito, financiamento e investimento	214	99	113	539
Associações de poupança e empréstimo	32	-	10	137
Sociedades de crédito imobiliário	44	108	75	1.049
TOTAIS	517	9.643	364	19.730
a: Inclui postos de serviços e escritórios de representação				
Fonte: Banco Central do Brasil. <i>Relatórios Anuais</i> . Brasília, 1970 e 1985				

Retirado de LOPES, 2002.

Nessa década, houve um aumento do interesse brasileiro no mercado externo em captar recursos para incentivar suas empresas, e o mesmo processo ocorreu oriundo do mercado internacional, por conta da ótima liquidez e das oportunidades de negócio aqui criadas, que proporcionavam a captação dos lucros destes negócios e o investimento de seus excedentes em áreas rentáveis e emergentes do Brasil (VIDEIRA, 2005, p. 7). E a partir do ano de 1988, quando houve a promulgação da nova Constituição brasileira, o sistema de intermediação financeira brasileiro também se modificou,

uma vez que foi extinta a carta patente, assim como foi regulado o banco múltiplo, permitindo que uma mesma instituição pudesse realizar todas as atividades antes distribuídas entre as financeiras, os bancos de investimentos, os bancos comerciais etc. Alguns bancos se transformaram em verdadeiros “supermercados financeiros”, considerando a quantidade de serviços que passaram a vender. (SPOSITO; ELIAS; SOARES, 2010, p. 203-204)

1.5 Quinta fase: a abertura econômica brasileira

A criação dos bancos múltiplos foi marcada pela modificação do critério de especialização que caracterizava um banco, sem mudar a tipologia das operações e instituições: a *especialização por instituições* foi substituída pela *especialização por operações*, ou seja, foi permitido que um único banco operasse com diferentes carteiras de operações financeiras, ao invés de uma única carteira, como era antes. Esse fato fez prevalecerem os bancos com carteiras múltiplas, que atendiam muito melhor os diversos tipos de pessoas que os procuravam para diferentes operações.

O sistema atual é composto por instituições que operam com as seguintes carteiras: comercial (banco comercial); de investimentos (bancos de investimentos); de crédito, financiamento e investimento (financeiras); de crédito imobiliário (caixas econômicas, sociedades de poupança e empréstimo e sociedades de crédito imobiliário); e de desenvolvimento (bancos de desenvolvimento), sendo que cada instituição pode operar com uma ou mais destas carteiras. A descrição acima é a expressão institucional-operacional dos *bancos múltiplos*. (LOPES, 2002)

Porém, a criação de um banco múltiplo ainda era restrita em todo o território brasileiro, sendo somente autorizada por meio de processos de fusão, incorporação, cisão e transformação, o que, de um lado auxilia na formação dos grandes conglomerados financeiros nacionais, que eram autorizados a difundirem suas agências pelo país, entretanto constitui uma porta, mesmo que estreita, de entrada do capital estrangeiro no Brasil. E somente em 1995, as leis e normas referentes à participação do capital estrangeiro presentes no país desde a década de 1960, foram abolidas, estando a partir daquele momento, liberada a expansão e entrada de bancos estrangeiros no Brasil, mesmo que estes já estivessem aqui em grande número.

Essa liberação foi auxiliada pela política dos anos 90 do Governo de abertura da economia, concomitantemente ao processo de “desregulamentação econômica através da proteção alfandegária e privatizações, sempre associadas às facilidades para o ingresso do capital estrangeiro e para a captação de financiamentos no exterior por parte de empresas”. (VIDEIRA, 2009a, p.4)

Os diversos grupos estrangeiros ingressados nesta época no Brasil estavam interessados em explorar áreas que antes não lhes eram permitidas, como o mercado de concessão de crédito, o mercado bancário e de seguros. Após esse acontecimento, houve uma proliferação de agências bancárias por todo o território brasileiro, e enquanto os bancos públicos desempenhavam um papel voltado para o financiamento de obras de infraestruturas, habitação e modernização da produção agrícola, principalmente, “os bancos privados dirigiam-se preferencialmente para as áreas mais propícias à reestruturação

econômica.” (SPOSITO *et al*, 2010, p. 204), influenciando na redefinição do espaço urbano, e no consequente aumento da urbanização.

Acerca da estrutura e práticas após a liberação da entrada dos grupos financeiros estrangeiros por parte dos grupos nacionais, vale uma explicação sobre o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), cuja criação foi proporcionada pelas mudanças ocorridas em 1964-65. Este órgão foi criado com o intuito de intermediar os recursos financeiros brasileiros especificamente para um propósito: construção de habitações. Segundo Lopes (2002, p. 461), “no início da década de 60, o país encontrava-se diante de um déficit habitacional de graves proporções, estimado em 8 milhões de habitações”, isso devido ao processo incorporado pelo Governo de investimentos no setor industrial, o qual fez com que houvesse um fluxo migratório de grandes proporções, oriundo das áreas rurais (que no processo ficaram com a função do abastecimento de recursos primários das cidades) para as áreas urbanas, fazendo com que houvesse uma expansão anual da população das cidades em aproximadamente 5%. (LOPES, 2002)

Todavia, mesmo que no início deste processo tenha havido um incentivo à construção de novos imóveis, estes não eram suficientes para atender à demanda oriunda do êxodo, fato que acabou agravando ainda mais o déficit habitacional, provocando outros problemas urbanos como a favelização e a macrocefalia urbana. Este déficit atingia principalmente as populações de baixo e médio padrão de renda, que não possuíam dinheiro suficiente para a construção de imóveis, não havendo também na época uma política de financiamento habitacional destinado a estas populações, tornando necessária a estruturação de um sistema financeiro destinado às obras de habitação no país.

A base legal para este processo foi a Lei nº 4.380/64, que instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, e criou o Banco Nacional de Habitação, cuja função era exatamente atender às necessidades supracitadas. Porém não foi este o órgão que realizou essa tarefa, e sim outro banco, de origem ainda imperial (mais especificamente, em sua primeira versão, do ano de 1831): a Caixa Econômica Federal. Esta versão acabou falindo devido aos altos riscos e pela falta de interesse por parte do banco em captar pequenos valores de depósitos. (LOPES, 2002)

Em 1860, o Governo criou outra instituição parecida, que começou a operar no ano seguinte, sendo que, já no ano de 1855, o Governo havia rejeitado um projeto de lei que autorizava a CEF a conceder financiamentos para aquisição de casa própria, mantendo suas ações limitadas ao atendimento das necessidades populares de curto prazo. Após o Decreto-lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, que promoveu a extinção do BNH e sua incorporação à CEF, juntamente com suas operações e *todos os seus direitos e obrigações*. Porém foi somente a partir do ano de 1964, com a criação das cadernetas de poupança e

com a integração das caixas econômicas no Sistema Financeiro de Habitação e no Sistema Brasileiro de Poupança e Crédito, que as atividades deste banco foram organizadas.

Sob garantia da União, a Caixa Econômica Federal, CEF, tem por objetivo captar economias populares, incentivando o hábito de poupança; conceder empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência e previdência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esportes; operar no setor de habitação, como sociedades de crédito imobiliário e na qualidade de principal agente do BNH; promover o desenvolvimento do sistema urbano, criando facilidades para a aquisição da casa própria; realizar, como instituição financeira auxiliar do governo central, operações especiais de crédito com finalidade social; e exercer o monopólio das operações sobre penhores civis. (LOPES, 2002, p.464)⁹

1.6 O papel das telecomunicações na sistematização do Sistema Financeiro Nacional

Como foi dito anteriormente, uma das condições essenciais para o desenvolvimento do sistema financeiro foi o processo de inovações tecnológicas referentes às telecomunicações, e estas por sua vez, remontam a uma história relacionada ao desenvolvimento econômico global, iniciando pelo fordismo.

O fordismo foi uma inovação tecnológica inserida por Henry Ford em 1914, nos Estados Unidos, para aumentar a produtividade de sua fábrica de automóveis, porém foi mais do que isso: acabou se configurando um sistema muito mais profundo do que simplesmente para o lucro da produção. O que Ford fez foi a instauração de uma rotina no trabalho, que conseqüentemente aumentaria a produtividade a partir do rendimento de cada operário na produção *individual* de uma parte do carro, inserindo dentro da escala de produção uma esteira, e transformando a produção de um carro em uma *linha de montagem*, inovação produtiva esta que foi o símbolo do fordismo no mundo.

Porém o sistema fordista, a partir da visão de seu criador, foi mais do que uma inovação tecnológica na produção automobilística; configurou na época, e até vir a perecer diante de uma sociedade que necessitava de uma mudança, um *modo de vida*. Segundo Gramsci, em seus *Cadernos do Cárcere*, os novos métodos de trabalho “são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida”. (*apud* HARVEY, 2009, p. 121)

Ford tinha uma visão, dentro desta perspectiva de remuneração do operário¹⁰, juntamente com a definição da carga horária de trabalho diária, de que produção em massa significava também um consumo em massa, e que com isso o operário teria tempo para consumir as mercadorias que eram produzidas por ele e/ou por outros operários em tão

⁹ O exemplo da Caixa Econômica Federal foi para mostrar o papel dos bancos nacionais dentro do processo de internacionalização da economia brasileira, com a entrada dos bancos estrangeiros, que passaram a atuar nos setores lucrativos, enquanto os nacionais passaram a atuar como bancos de investimento.

¹⁰ O lema do fordismo, em relação à remuneração e à carga horária, era “oito horas e cinco dólares”.

grande escala. Entretanto, Ford com isso antecipava o pensamento de que seus operários sabiam como gastar o dinheiro que recebiam em troca de seu trabalho, fato que não procedia como verdade, e que forçou o capitalista americano a contratar, em 1916, alguns (muitos) assistentes sociais para auxiliarem os trabalhadores em suas compras.

Na época da Grande Depressão de 1930, Ford, com sua crença no poder corporativo para a regulação da economia o fez aumentar os salários dos trabalhadores “na expectativa de que isso aumentasse a demanda efetiva, recuperasse o mercado e restaurasse a confiança da comunidade de negócios”. (HARVEY, 2009, p. 122). Porém isso só ocorreu com o *New Deal*, um plano de recuperação econômica realizado por Roosevelt para sanar as dificuldades da Depressão. E este sistema produtivo se estabeleceu após este período como um modelo a ser seguido, estando no cerne de todo o processo decisivo mundial por quase cinquenta anos.

Todavia, como o fordismo era um sistema de produção dentro do modo de produção capitalista, este não escapou das antigas contradições oriundas do capitalismo, e a desigualdade perante os benefícios gerados pelo fordismo era grande e seleta demais, a ponto de provocar em classes trabalhistas uma insatisfação constante, principalmente por questões referentes a raça, gênero e origem étnica, resultantes da preferência pelo sistema por manter com os “privilégios” uma força de trabalho predominantemente branca, masculina sindicalizada, o que significava uma visível “rigidez nos mercados de trabalho que dificultava a realocação do trabalho de uma linha de produção para outra.” (HARVEY, 2009, p.132).

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem se melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. (HARVEY, 2009, p.135)

A crise fordista entre as décadas de 1960 e 1970, aliada a diversas outras crises de mercados mundiais, acabaram fazendo com que surgisse um novo modo de organização da produção, diferente de produzir do modo de organização da produção fordista, porém que ainda as mantivesse o poder e o lucro em mãos, assim como o fordismo o fez durante seu tempo áureo. Segundo Harvey (2009, p. 137-140),

a mudança tecnológica, a automação, a busca por novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições de deflação.

Com isso, houve uma modificação no sistema de produção: do fordismo, o mundo via nascer um sistema que Harvey (2009) chama de *acumulação flexível*. A acumulação

flexível é, em primeira instância, o oposto ao fordismo em relação à supracitada rigidez, pois se baseia na flexibilidade da produção, dos serviços, e da busca de novos padrões no consumo dos produtos que surgem com as inovações tecnológicas.

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, (...). (HARVEY, 2009, p. 140)

A acumulação flexível também abrange um movimento chamado por Harvey (2009) como *compressão do espaço-tempo*, tal qual fez com que

(...) os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 2009, p. 140)

O desenvolvimento pós-industrial dos países como um todo sempre esteve atrelado às mudanças nos sistemas de comunicações, com o avanço das tecnologias no sentido de conectar mais eficientemente os diferentes espaços globais. Esse processo veio para corroborar a interligação entre os bancos, e sendo assim, intensificar a relação dos centros urbanos brasileiros com o ambiente financeiro internacional, fato que era necessário visto que a época a que nos referimos anteriormente caracterizava um período onde a atração de investimentos estrangeiros para áreas de expansão no país era de extrema importância. E com o processo de difusão das agências dos principais bancos pelo país, como um meio de alcançar as raízes mais profundas do mercado financeiro, tornou-se necessário um sistema que as interligassem, com baixos custos com o mercado externo.

Dias (2006 *apud* VIDEIRA, 2009b, p. 70) confirma em sua tese que o desenvolvimento das comunicações é impulsionado pela lógica capitalista, quando diz que “foram os mais abastados políticos, comerciantes e industriais que asseguraram a expansão das primeiras linhas telefônicas”. Todavia, havia uma desigualdade em relação ao fornecimento destes serviços no Brasil, que eram mais fortes nos centros urbanos de mais destaque, coincidindo com as áreas mais desenvolvidas do país, estando, até a década de 1960, a maior parte do país desconectada.

E mesmo depois do ano de 1972, quando da criação da Embratel e da Telebrás, poucas cidades ainda utilizavam tais serviços. Tal fato é comprovado por Videira (2009b), quando diz que

mesmo integrada, a oferta de serviços diferenciados era visível espacialmente, e o Estado é quem favorecia essa desigualdade espacial dotando as áreas *cores* da economia com serviços de melhor qualidade, como os oferecidos, primeiro pelas linhas de microondas e depois pelas de fibra óptica apenas para algumas capitais brasileiras, estendendo-o para o resto do país somente quando este serviço já se tornava obsoleto ou apresentasse uma maturidade de sua implantação. (VIDEIRA, 2009b, p.71-72)

Segundo ainda a autora, a verdadeira integração, aquela que seria ampla o suficiente para abranger diversos locais do país, só foi ocorrer em meados de 1985, com os sistemas de satélite Brasilsat I e Brasilsat II, que levou à uma melhoria geral do sistema, com a substituição das centrais que ainda eram analógicas por novas digitais, e com a implantação do cabeamento via fibra óptica. Essa interligação entre os diferentes pontos do país formou uma rede de informações, que tinha como principal função a conexão remota entre pontos distantes do país, possibilitando a veiculação mais rápida e eficiente de informações e capitais, principalmente, e isso favoreceu o sistema financeiro, pois, dentre todos os setores que foram abrangidos por esse avanço tecnológico,

o setor bancário é de longe o maior usuário dessas redes eletrônicas, evidenciando, portanto, o papel que elas desempenham na sua organização territorial. Por isso, o desenvolvimento do sistema de telecomunicações no Brasil teve importante papel para a eficiência do sistema bancário. Sua reestruturação, a partir de meados da década de 1960, foi acompanhada pela reestruturação no setor de telecomunicações. (VIDEIRA, 2009b, p. 70)

As modificações no espaço urbano, assim como na qualidade das relações entre bancos, e destes com o mercado internacional, após o favorecimento da conexão remota propiciada pelo desenvolvimento das telecomunicações, fez com que o movimento bancário em prol da expansão fosse contrário à tendência da década de 1990, ou seja, ao invés de aumentar o número de agências por todo o Brasil, para chegar a todos os lugares, os bancos nacionais, para tentar fazer frente à competição internacional promovida pela entrada dos bancos estrangeiros no país, começaram um processo chamado pelos técnicos do setor bancário de reengenharia, que

[...] promoveu o fechamento de inúmeras agências bancárias com poucas contas correntes ou com contas de baixas quantias. Paralelamente, foram extremamente estimuladas as operações dos chamados autosserviços, com o incremento dos caixas eletrônicos e operações pela internet, de modo a diminuir as atividades realizadas nas agências, bem como o número de agências, com o objetivo de diminuir os custos operacionais. (SPÓSITO; ELIAS; SOARES, 2010, p. 204)

Este processo teve um grande impacto nos meios utilizados por todos para realizarem suas operações bancárias, pois o estímulo ao uso dos autosserviços, a fim de reduzir as atividades nas agências bancárias, também fez com que fosse difundido o conceito e a utilização do crédito, uma modalidade eletrônica de pagamento que veio para substituir o dinheiro de diversos modos, e em outras operações antes realizadas pelos bancos.

1.7. O cartão de crédito: uma nova modalidade

A corrente utilização de moedas e de cédulas vem sendo, há algum tempo, substituída por cartões de plástico que são oferecidos por diversas instituições (bancárias, financeiras e um número cada vez maior de lojas) a seus clientes com o propósito da realização de compras de bens e na contratação de serviços. Segundo a Revista “As Muitas Faces da Moeda”, do Banco do Brasil¹¹, o cartão de crédito surgiu aproximadamente na década de 1920, nos Estados Unidos, onde era ofertado por alguns locais específicos, especialmente postos de gasolina e hotéis, aos seus clientes mais fiéis que poderiam usufruir de seus serviços sem a utilização de dinheiro ou cheque.

Na década de 1950, foi criado o primeiro cartão moderno pelo Diners Club, cujo fundador foi o senhor Frank McNamara, que criou o cartão quando em um encontro com dois amigos, notou ao fim do jantar que não possuía sua carteira, dependendo de sua mulher para pagar a conta, e assim notando que não havia uma liberdade em relação ao pagamento com dinheiro, pois não possuindo a quantia no momento, a pessoa não era habilitada a usufruir do serviço. O cartão criado por McNamara era aceito em 27 restaurantes de ótima qualidade e possuía aproximadamente duzentos clientes, sendo estes pessoas importantes que buscavam essa facilidade para realizar o pagamento de suas despesas. Este era confeccionado em papel cartão, e possuía na frente o nome do favorecido, e no verso, uma lista com o nome de todos os estabelecimentos que aceitavam o cartão. Somente no ano de 1955, o Diners Club passou a utilizar o plástico para a confecção dos cartões de crédito que oferecia.

¹¹ Retirado o texto do site do Banco Central do Brasil.

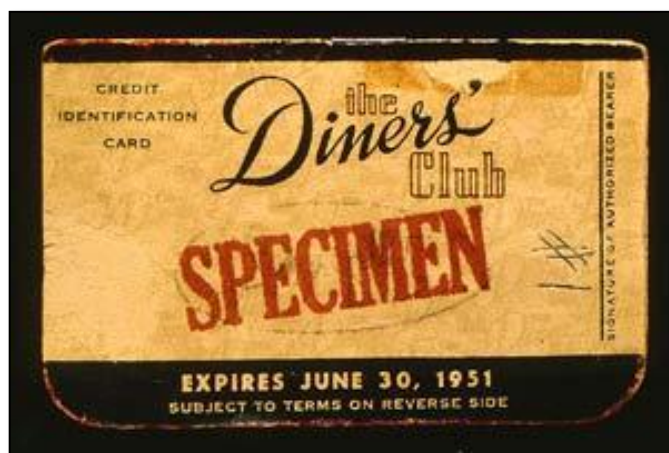


Figura 2. Primeiro cartão de “crédito” feito pelo Diners Club em 1950 em papel.

Fonte: http://www.paybrasil.com.br/etc/abre_artigo.php?id=1

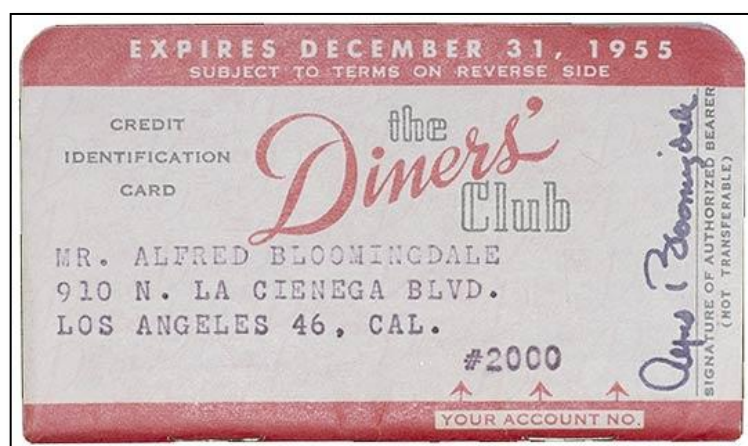


Figura 3. Cartão de “crédito” feito pelo Diners Club em 1955, já confeccionado em plástico.

Fonte: http://www.paybrasil.com.br/etc/abre_artigo.php?id=1

No ano de 1958, o American Express lançou um cartão de crédito que era parecido com o do Diners Club, em plástico. Na época, os bancos notaram que estavam perdendo espaço dentro do mercado para tais instituições, e assim sendo, no mesmo ano, o Bank of American criou seu próprio cartão de crédito, para fazer frente aos cartões da Amex e Diners Club, sendo o novo cartão chamado de BankAmericard. Por algum tempo, os cartões foram crescendo vagarosamente, sempre buscando atender as necessidades dos seus clientes em compras específicas, até que este acabou necessitando de uma modificação a fim de se moldar aos padrões de utilização por parte dos clientes, cuja procura vinha crescendo vertiginosamente, buscando então meios de tornar a transação mais segura para ambos os lados. Em 1977, o BankAmericard passa a denominar-se Visa, que na década de

90, tornaria-se o cartão com maior circulação mundial, sendo aceito em 12 milhões de estabelecimentos.

Na época em questão, no Brasil, os bancos atuavam como agentes de venda para algumas bandeiras que existiam, principalmente Visa (que era comercializado pelo Banco do Brasil) e Mastercard. O sistema de venda a partir de cartão de crédito utilizava maquinas diferentes das atuais, pois não existiam ainda as tarjetas magnéticas, que agilizaram o processo, então este era feito a partir da maquina que imprimia manualmente os dados em alto-relevo do cartão em um papel carbonado, e era preenchido um papel que acompanhava a compra com os dados da mesma (valor da compra, data, estabelecimento), encaminhado para o banco, que era responsável pela cobrança e envio às operadoras de cartão, que enviavam de volta a fatura.



Figura 4. Maquina de cartão de crédito manual da bandeira VISA.

Fonte: <http://todaoferta.uol.com.br/comprar/antiga-maquina-de-carto-credito-visa-so-paulo-P3FWVCYUSX#rmcl>

Entretanto, havia diversos problemas referentes à segurança das transações, exigindo que os bancos guardasse o papel carbonado que havia sido utilizado na transação a fim de evitar clonagens de cartões de crédito, que eram possíveis através do papel. E por estes problemas o uso do cartão não atingiu maiores patamares, o modo de pagamento que era mais utilizado na época, o cheque, apresentava maiores vantagens aos clientes, por ter seu valor compensado em pouco tempo, e demandar a assinatura do cliente, com uma única via, o que reduzia as chances de fraude por parte de terceiros.

Até que na década de 1970, foram inventadas as tarjetas magnéticas, acopladas no verso dos cartões de plástico que tornavam as transações muito mais seguras para os clientes e para os estabelecimentos. E então, com o aumento da segurança a partir da tarjeta no cartão de crédito, esta modalidade passou a ser difundida entre os diversos

segmentos da sociedade, como o meio que viria a substituir o cheque e o dinheiro, pois tinha em sua essência a liberdade do pagamento em qualquer dia do mês, sem a necessidade de posse do dinheiro para o pagamento, que seria realizado em um dia pré-estabelecido, por meio de uma fatura com os gastos mensais daquele cartão.

Segundo Roncaglia, (2004, p. 108 *apud* CASTRO, 2008, p. 4), o cartão de crédito

é um instrumento que substitui o papel-moeda na aquisição de bens e serviços, fundamentado em um intrincado conjunto de contratos (que formalizam relações jurídicas), pelo qual o comprador se desobriga de pagar diretamente ao fornecedor dos citados bens e serviços, obrigando-se, em contrapartida, a pagar a um administrador do cartão de crédito. Esse fornecedor receberá o valor das aquisições do titular do cartão de crédito não mais deste, mas sim do administrador do sistema de cartões de crédito, em uma nova relação jurídica.



Figura 5. Máquina de cartão de crédito atual, pós-tarjeta eletrônica.

Fonte: <http://economia.culturamix.com/pagamento/maquina-de-cartao-de-credito>

De acordo com dados da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), a utilização do cartão de crédito vem aumentando constantemente, de modo que o talão de cheques, principal meio de pagamento anterior ao cartão, está perdendo participação, principalmente por não oferecer garantia de pagamento aos comerciantes e lojistas, por exemplo. Segundo a publicação do órgão, cujo título é “O Setor Bancário em Números”, de 2009, indica que houve um crescimento de 327% entre os anos de 2000 a 2008, no número de cartões de crédito, com um valor total de transações em média 30% superior em oito anos. A Associação Brasileira de Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (ABECS), em um estudo comparativo realizado em 2010 entre meios eletrônicos de pagamento¹² (cartões

¹² Disponível em: <http://www.abecs.org.br/site2012/admin/arquivos/estudos/%7BB6C84BF1-103C-4BEB-A965-1E9C0842889F%7D_2251-A-Cartoes_x_Cheques_02_09_10.pdf>.

versus cheques), constata que nos últimos dez anos houve uma grande evolução na utilização de meios eletrônicos de pagamento, sendo que

a indústria de cartões de crédito soube acompanhar este crescimento, incentivando seu uso e mostrando as vantagens - especialmente com relação à segurança das transações, seja para o portador, seja para o lojista -, inserindo o hábito do cartão na cultura brasileira, de forma a criar uma maturidade em seu uso. Além disso, o aumento do consumo familiar e a maior facilidade na obtenção e disponibilidade de crédito, especialmente nas camadas menos favorecidas da população, fizeram com que houvesse grande crescimento deste tipo de pagamento. (ABECS, 2010)

O motivo principal da constante modificação no sistema de pagamentos, com a diminuição da utilização do cheque em compensação ao aumento da utilização do cartão de crédito era a falta de segurança proporcionada pela utilização do cheque para pagamentos em compras, pois havia um índice muito alto de inadimplência por parte dos usuários, o que prejudicava os lojistas e donos de estabelecimentos que os aceitavam, sendo que devido ao fato de os cartões de crédito estarem vinculados ou a instituições bancárias, ou às intermediadoras chamadas “bandeiras”, na hora em que o cartão é utilizado, se a operação não for autorizada pela empresa/banco, o crédito do pagamento não é autorizado, o que significa uma garantia de que o comerciante receberá seu pagamento referente à mercadoria/serviço que foi contratado.

Segundo dados do Serasa Experian sobre um dos seus indicadores, em relação a cheques sem fundo (cuja atividade justifica a inadimplência), de março de 1991 a março de 2012, houve um crescimento de aproximadamente 876% de cheques que foram devolvidos por insuficiência de fundos (Tabela 3).

Tabela 3. Cheques Devolvidos por Insuficiência de Fundos (2a. Devolução) - por Mil Compensados.

	jan	fev	mar	apr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez
1991	3,6	3,9	<u>2,5</u>	1,9	2,7	2,4	1,6	1,6	1,7	2,5	2,2	1,9
1992	2,4	2,5	2,1	1,3	2,0	1,2	1,3	1,5	1,2	1,5	1,4	0,9
1993	1,4	1,2	1,2	1,0	1,3	1,0	1,2	0,9	1,1	1,3	0,8	1,1
1994	1,4	1,3	1,4	1,2	1,0	1,0	1,1	0,9	1,1	1,4	2,2	2,3
1995	2,5	3,6	3,5	3,2	4,6	5,2	4,8	4,0	4,2	3,5	4,1	3,9
1996	3,8	3,7	4,8	3,4	4,5	3,6	4,1	4,1	3,9	4,2	4,5	3,8
1997	5,3	6,0	6,0	7,2	7,0	6,8	7,3	8,4	6,9	9,3	7,2	7,4
1998	9,7	9,3	10,6	10,8	10,7	8,3	10,8	8,2	8,6	9,0	8,6	7,6
1999	9,5	9,5	10,2	9,4	8,7	9,1	9,2	9,0	8,4	9,4	8,9	8,9
2000	9,4	9,8	11,1	10,3	10,3	9,4	9,7	9,8	9,3	10,9	10,9	10,2
2001	10,7	11,6	13,9	12,2	14,1	12,6	13,7	14,1	13,7	14,3	14,1	13,6
2002	14,5	13,6	16,2	14,5	14,9	13,7	13,8	12,7	12,0	12,8	12,4	11,9
2003	14,3	14,3	16,7	16,2	17,6	15,3	16,8	15,5	14,7	15,9	15,4	13,9
2004	15,6	16,0	17,2	15,9	16,4	14,6	15,6	14,6	15,2	17,0	16,3	15,8
2005	15,3	15,8	20,8	19,0	19,2	19,1	19,2	18,6	19,4	19,7	20,6	20,1
2006	19,0	20,1	24,3	22,4	23,7	20,9	21,3	20,4	18,9	18,4	19,8	18,9
2007	18,8	19,3	23,1	19,8	22,4	19,0	19,1	19,0	17,7	17,8	19,2	18,7
2008	19,0	19,5	20,8	20,9	21,2	18,5	19,9	18,0	17,9	20,1	21,6	20,2
2009	22,9	23,2	24,6	22,2	25,2	20,2	22,1	19,6	19,4	19,2	20,4	18,7
2010	18,5	18,5	20,4	18,6	18,6	17,5	17,4	16,2	15,9	15,6	16,8	17,2
2011	17,0	18,3	21,3	20,0	20,0	19,3	19,9	18,8	18,2	19,2	21,9	19,9
2012	19,3	20,0	<u>21,9</u>									

Fonte: Serasa Experian. **Disponível em:**

<http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/cheques_devolvidos.htm>.

O cartão de crédito é um instrumento padronizado pela norma NBR 10528 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a qual possui como objetivo a padronização das características físicas e lógicas do cartão plástico de débito, crédito e serviços. Este possui de acordo com a referida norma, uma tipologia referente aos seus componentes (dados, tamanhos e localização), sendo em suma, um cartão plástico que deve ser produzido com plástico laminado de policloreto de vinila – PVC e/ou policloreto acetato de vinila – PVCA rígido, ou com outro material que possua as mesmas características destes.

Possui na parte frontal o nome do titular, um número de identificação (que deve ser constituído de uma única linha com no máximo 19 caracteres), o qual não é aleatório, pois identifica diversas informações referentes ao cartão, como por exemplo: o código da atividade principal, do emissor do cartão e a identificação do titular do cartão. Acerca deste fato, a partir do primeiro dígito do cartão que se tem em mãos, pode-se inferir a atividade principal do emissor de tal cartão a partir da tabela a seguir.

Tabela 4. Código da atividade principal do emissor.

1	Reservado para uso futuro
2	Companhias aéreas
3	Turismo, viagens e entretenimento
4 e 5	Instituições bancárias
6	Comércio e serviços
7	Indústria e distribuidores de combustíveis
8	Reservado para uso futuro
9	Reservado para uso futuro
0	Governos

Fonte: ABNT: NBR 10528, 1988. **Adaptado por:** Danilo Fávero Tangerino

Além destes, o cartão ainda possui suas datas de validade (inicial e final), a administradora do cartão (bandeira) e, no caso de se um cartão referente a uma instituição bancária, esta também está presente na parte frontal do cartão. Na parte de trás do cartão constam: a tarja magnética (instrumento utilizado para reconhecimento e aceitação da compra), um código de segurança (exposto no verso como três dígitos finais da linha de segurança, que consta a assinatura – opcional), ou um chip que representa uma assinatura eletrônica do titular do cartão, feita mediante a inserção de uma senha, além dos telefones úteis referentes ao cartão de crédito como do Serviço de Atendimento ao Consumidor e Central de Atendimento da instituição bancária referente ao cartão.

Entretanto, o cartão de crédito não é um documento representativo de que o cliente possui um crédito pré-definido para realizar a compra, por não possuir em si um valor referente ao montante de capital que o cliente possui no momento da compra, mesmo ele possuindo um limite de gasto pré-estabelecido pela empresa emissora do cartão a partir da adequação da renda do titular às suas reais expectativas de pagamento. E, sendo assim, configura-se simplesmente como um instrumento de identificação do titular em relação à empresa/instituição contratada, explicando assim o fato de o cartão ser nominal, intransferível e pessoal, somente do titular.

Segundo Neto (2005, p. 307 *apud* CASTRO, 2008, p. 6), “isto é suficiente para determinarmos que os cartões de crédito têm natureza de documentos de legitimação. São assim chamados na doutrina aqueles documentos que se prestam para provar que uma pessoa é titular de uma relação jurídica.”, tratando-se portanto de um tipo de identificação “que representa uma relação contratual triangular, firmada entre entidade emissora, titular e estabelecimentos (fornecedores e prestadores de serviço) credenciados.” (CASTRO, 2008, p. 6)

O cartão de crédito possui diversas vantagens em relação tanto ao cheque quanto ao dinheiro. Algumas delas estão relacionadas à conveniência no pagamento, visto que este não exige nenhum preenchimento de papéis ou outros tipos de burocracia, ou tampouco haver um volume de dinheiro muito grande na carteira, o que se alia à outra vantagem: a segurança de carregar consigo apenas o cartão ao invés de dinheiro, que se for roubado, não tem volta, enquanto que o cartão pode ser cancelado e bloqueado para a conveniência do titular em caso de perda ou roubo.

O fato também de possuir uma fatura que, na maioria dos casos e das contratadas, tem um prazo de trinta dias para a efetuação do pagamento pelo titular perante as empresas que “financiaram” suas compras, torna as mercadorias, serviços e outros tipos que são contratados com o auxílio do cartão de crédito (ou outros tipo de crédito) mais acessíveis aos diversos tipos de pessoas e de classes, que possuem seu poder de compra incrementado pela possibilidade de financiamento e de segmentação do pagamento.

Entretanto, o cartão de crédito, mesmo sendo mais seguro para os lojistas e comerciantes, assim como para os próprios consumidores, ainda possui em si uma parte de inadimplência considerável, crescendo, segundo dados da ABECS do ano de 2011, em 11,4% (considerando os dados de dezembro de 2010 a dezembro de 2011), sendo englobada dentro desse dado o atraso maior que 90 dias no pagamento da fatura (Figura 6).

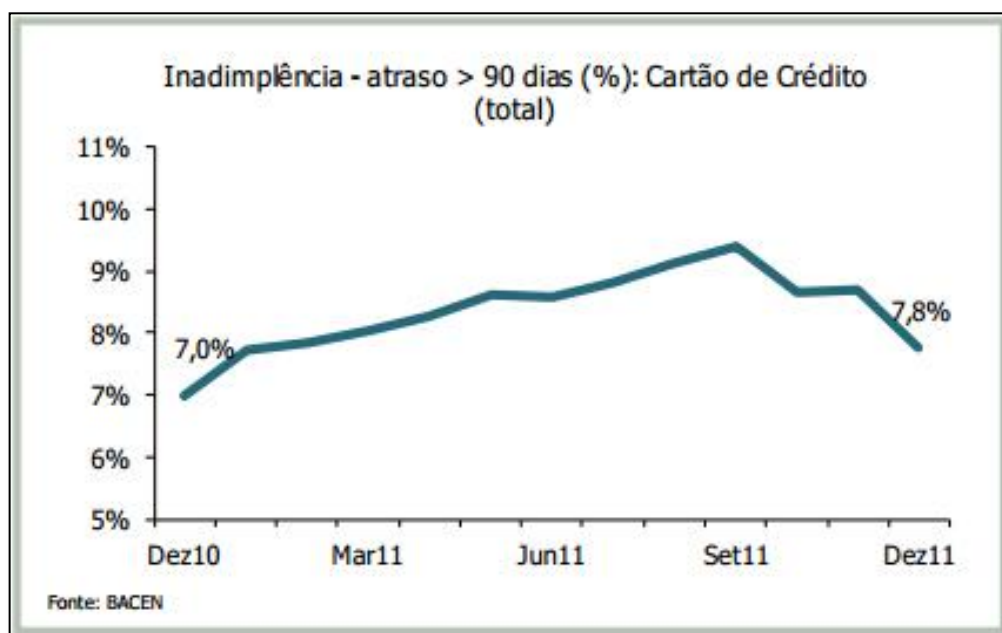


Figura 6. Inadimplência do cartão de crédito (%).

Uma pesquisa que é considerada importante no entendimento da inadimplência referente ao cartão de crédito é a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC - Nacional)¹³, publicação mensal divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que começou a ser realizada a partir de Janeiro de 2010, e cujos dados são coletados em todas as capitais dos estados e no distrito federal, com cerca de 18.000 consumidores. A PEIC tem como objetivo principal o diagnóstico do nível de endividamento e de inadimplência dos consumidores, permitindo assim o “acompanhamento do nível de comprometimento do consumidor com dívidas e sua percepção em relação à sua capacidade de pagamento”. (CNC, 2012)

No presente trabalho, analisamos a publicação da PEIC mais recente, referente ao mês de abril do presente ano, que mostra dentre diversos outros indicadores, os principais tipos de dívidas entre os meios de pagamento mais comuns (desconsiderando o papel-moeda), sendo estes: cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas. Nesta pesquisa, foi constatado que o cartão de crédito é o tipo de dívida mais comum entre a população entrevistada, com 73,7% em abril de 2012, 2,9% a mais que o mesmo indicador de abril de 2011.

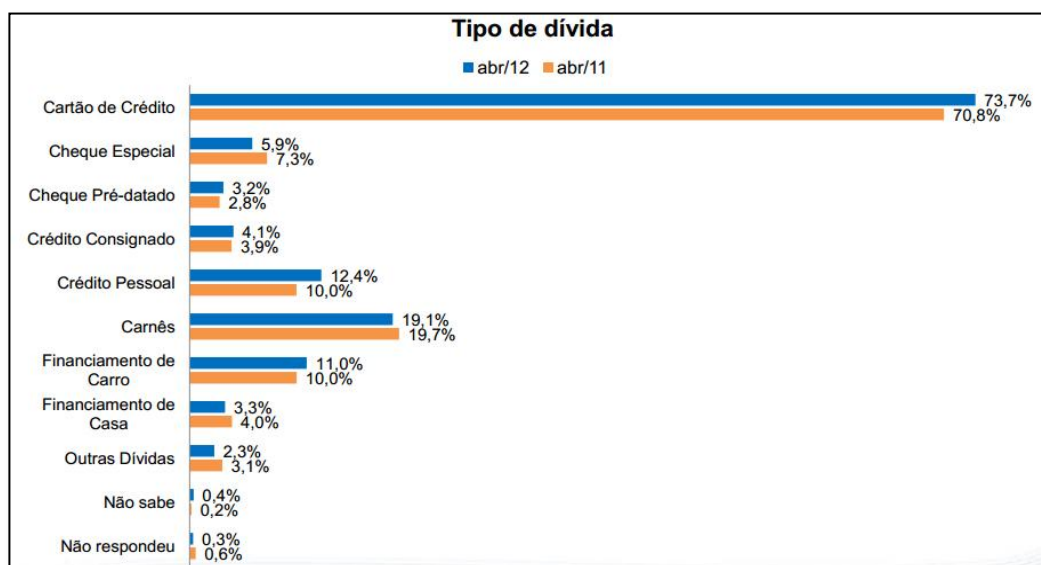


Figura 7. Tipo de dívida predominante.

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Esse fato acaba por embasar nossa hipótese de que a insurgência do crédito, em suas diversas modalidades, acaba por dar acesso às classes mais baixas da sociedade a outros patamares de compras e de contratação de serviços que antes lhes era impossível,

¹³ Disponível em <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/peic_abril_2012.pdf>.

pois necessitavam de guardar todo o dinheiro do qual precisariam para fazê-lo, quando agora os mesmos podem, por meio dos tipos diferentes de crédito, usufruir de serviços e mercadorias melhores, de melhor qualidade, que antes não lhes era acessível, fato este que acaba por influir maciçamente na ordenação e configuração espacial da cidade, de modo que com o crédito *imobiliário*, por exemplo, criam-se novos bairros, com casas melhores e melhores infraestruturas que as classes C e D não tinham, tanto por morarem longe dos principais serviços, quanto pelo fato de que a oferta de infraestrutura cria um *efeito multiplicador* em relação aos problemas das classes mais baixas: quando não são oferecidas, fazem com que o preço da terra referente à falta de serviços básicos tenha uma queda e se mantenha baixo, sendo assim acessível ao público de baixa renda.

Porém, quando os serviços básicos (entenda-se abastecimento de água, coleta de esgoto e energia elétrica) são oferecidos como infraestrutura para incentivo ao loteamento de tais áreas, o preço dessa terra sobe vertiginosamente, tornando o local inacessível para certas classes da população, expulsando-os dali e tornando a área rentável para outros tipos de serviços e classes, incentivando processos como favelização e um conjunto infundável de moradias irregulares. (SOUZA, 2002)

O crédito entra nesse processo como um *catalisador* desse oferecimento de infraestruturas e como uma chave para o acesso a elas pelas populações de baixa renda, que podem agora parcelar mercadorias, contratar serviços e outros tipos de consumo sem necessariamente possuir todo o dinheiro em mãos que seria necessário para este consumo.

E a cidade de Ourinhos possui características de que este ciclo funciona constantemente nos setores de comércio, transportes e serviços, sendo a cidade a principal referência da microrregião, fato que acaba por centralizar os principais fluxos de pessoas, mercadorias, e consequentemente, financeiros provenientes de diversas cidades que se encontram no entorno e que tem Ourinhos como principal referência para a realização de compras e serviços de saúde, por exemplo.

Com aumento da disponibilidade de crédito e visualizando um forte atrativo de mercado, a indústria de cartões intensificou a oferta deste mesmo tipo de serviço, concedendo crédito ao portador para que pudesse pagar a mercadoria adquirida hoje em parcelas fixas mensais. Atualmente, as compras na modalidade parcelada são muito importantes para a economia brasileira, contribuindo para o aumento do poder de compra das famílias, permitindo a aquisição de bens mesmo que não se tenha, em mãos, o montante necessário. (ABECS, 2010) ¹⁴

Outra hipótese a ser pensada é em relação ao avanço do aparato tecnológico que diz respeito aos softwares e sites que realizam as compras dos consumidores pela internet, o que segundo nossa visão, acaba por transformar o domicílio do próprio consumidor em um

¹⁴ Disponível em <http://www.abecs.org.br/site2012/admin/arquivos/estudos/%7B61996BF5-028F-49A2-BAD0-D54B6C018B90%7D_2250-A-Juros_x_Mercado_Brasileiro_de_Cartoes_08_12_10.pdf>.

ponto de compra, podendo este pagamento ser realizado por meio de cartão de crédito como se, em uma hipotética situação, o consumidor estivesse consumindo o mesmo produto na loja física de sua origem.

Pensamos que a internet age como um facilitador do crédito a partir do momento em que o consumidor não necessita mais sair de sua residência e seguir à loja para realizar sua compra, fato que acaba potencializando a ação do crédito em relação à população que usufrui de suas vantagens. Uma pesquisa realizada no site da empresa Cielo S.A.¹⁵ nos mostrou que o avanço da telemática é tamanho que atualmente há um aplicativo produzido pela própria empresa, que transforma seu aparelho (iPhone, iPad, iPod Touch ou Smartphone e Tablet com Android™) em uma máquina da Cielo, permitindo serem realizadas vendas com os cartões Visa, Mastercard, American Express, Diners, Aura e Elo.

A divulgação da empresa avalia que esta é uma solução ideal para profissionais liberais e estabelecimentos comerciais que necessitam de praticidade e mobilidade diária, sendo um meio de ampliação da capacidade de seus serviços à modalidade de crédito, e não somente ao pagamento em dinheiro ou cheque.

Além disso, há também um crescimento de um tipo de loja chamado de *loja virtual*, que se configura como uma loja que não possui um *show room* das mercadorias que vende, mas sim somente um catálogo, muitas vezes mostrando ao consumidor no próprio computador da loja, todas as mercadorias disponíveis, e o consumidor escolhendo a mercadoria que quer comprar, realiza o pagamento e depois recebe a encomenda em seu domicílio.

Este tipo de relação acaba, sem dúvida, influenciando na estruturação da cidade de modo que, cada vez mais, o crescimento do crédito e de suas correlatas funções e meios de pagamento não-presenciais, se tornando o principal meio de pagamento pelos consumidores, acabam criando certas áreas urbanas que são *virtuais*, ou seja, são áreas que possuem influência de certas empresas/indústrias/serviços, porém que não são atendidas por elas em primeira instância, sendo somente atendidas por meios eletrônicos com base na internet.

Como podemos analisar pela tabela 5, Ourinhos possui um destaque dentro da microrregião considerada neste estudo, quanto ao número de operações de crédito (em reais)

¹⁵ A Cielo S.A. é a empresa líder em soluções de meios eletrônicos de pagamentos no Brasil, sendo responsável pelo credenciamento de estabelecimentos comerciais, por captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito. A Cielo captura as transações das cinco maiores bandeiras de cartões do mundo: Visa, MasterCard®, American Express® e Diners Club International, além da JCB (Japan Credit Bureau), a quinta maior bandeira internacional de cartões de pagamentos. A Elo, única bandeira 100% nacional, também é capturada pela máquina da Cielo. (texto retirado do site <<http://www.cielo.com.br/portal/cielo/conheca-a-cielo/quem-somos.html>>. Acesso em 01 mai. 2012

Tabela 5. Operações de crédito da microrregião de Ourinhos/SP (em reais - 2011)

Localidade/ Ano	1991	1995	1999	2003	2007	2010
Fartura	5.417.795	14.281.636	49.678.905	40.062.784	64.515.720	84.315.992
Piraju	49.442.080	46.054.867	87.195.378	62.748.090	144.719.924	187.925.559
Sarutaiá	100.965	170.946	1.152.593	2.500.924	3.401.593	2.783.442
Tejupá	20.697	-	-	-	-	-
Ibirarema	2.209.847	2.427.201	5.198.132	4.923.350	12.392.472	10.080.231
Bernardino de Campos	1.234.122	2.183.033	4.074.701	6.511.418	18.759.735	20.986.092
Canitar	NA	-	-	-	-	-
Chavantes	17.632.091	15.973.482	14.753.378	18.068.400	27.624.819	24.984.131
Espírito Santo do Turvo	NA	-	-	-	-	-
Ipaussu	857.166	5.327.960	4.087.199	6.320.028	14.064.470	14.204.564
Ourinhos	<u>55.902.314</u>	<u>148.416.677</u>	<u>208.337.982</u>	<u>119.662.318</u>	<u>288.210.991</u>	<u>408.229.151</u>
Ribeirão do Sul	2.071.706	2.085.582	2.040.164	1.478.216	6.650.317	4.123.279
Salto Grande	499.527	513.108	1.569.216	2.549.299	9.920.485	6.064.040
Santa Cruz do Rio Pardo	29.792.923	62.034.542	133.078.760	129.209.094	199.555.510	257.695.751
São Pedro do Turvo	180.940	918.645	1.349.040	1.320.790	7.012.984	4.697.946
Timburi	31.415	304.292	1.199.497	849.620	1.698.935	2.139.847

Fonte: SEADE, 2011. Adaptado por Danilo Fávero Tangerino.

Observando a tabela anterior, podemos notar que a cidade de Ourinhos possui um número muito maior em relação aos outros municípios da microrregião, em se tratando de operações de crédito em reais, o que pode caracterizar uma maior dinamicidade por parte de Ourinhos, e assim garantindo uma maior influência por parte das instituições financeiras do que seu entorno, justificando, em partes, seu papel de intermediadora dentro desse recorte. Outro fluxo financeiro que nos faz crer nesse papel de Ourinhos é o volume de depósitos totais da cidade em relação aos outros municípios, apresentado na tabela 6.

Tabela 6. Número de depósitos totais (em reais - 2011)

Localidade/ Ano	1991	1995	1999	2003	2007	2010
Fartura	7.942.540	6.251.139	23.002.220	18.428.652	43.513.751	55.430.219
Piraju	27.842.169	23.039.757	67.126.802	54.043.339	97.813.126	127.338.814
Sarutaiá	1.324.251	1.945.924	2.581.677	1.800.343	3.168.109	4.058.431
Tejupá	1.061.586	-	-	-	-	-
Ibirarema	5.035.306	5.657.853	13.898.586	11.160.357	19.661.181	18.952.342
Bernardino de Campos	8.417.255	10.598.165	24.760.181	18.031.732	36.843.705	43.419.691
Canitar	NA	-	-	-	-	-
Chavantes	17.476.934	17.433.183	35.434.465	26.372.161	52.580.203	49.517.313
Espírito Santo do Turvo	NA	-	-	-	-	-
Ipaussu	9.863.765	14.578.526	21.351.168	14.984.114	28.149.182	34.456.844
Ourinhos	<u>144.702.855</u>	<u>101.330.695</u>	<u>299.918.126</u>	<u>240.889.141</u>	<u>478.066.191</u>	<u>486.617.464</u>
Ribeirão do Sul	1.663.619	608.708	4.516.828	4.251.215	7.096.627	12.088.988
Salto Grande	5.062.787	7.989.234	9.644.387	8.177.109	13.732.215	14.624.453
Santa Cruz do Rio Pardo	45.511.558	41.592.571	144.034.844	103.242.163	198.883.900	256.741.814
São Pedro do Turvo	2.463.476	669.025	5.465.534	4.802.767	9.902.621	12.045.404
Timburi	1.567.957	1.933.161	3.193.400	2.169.416	4.488.258	5.670.505

Todos estes indícios, relacionados ao número de agências bancárias da cidade, além do volume de operações de crédito e depósitos totais, são alguns indicadores que nos fazem pensar em um papel de intermediação da cidade de Ourinhos sobre seu entorno, além de sua centralidade que caracteriza um local mais dinâmico, e portanto, atrativo ao capital tanto industrial quanto financeiro e bancário.

CAPÍTULO 2. Da rede urbana ao intraurbano: uma desconstrução para o entendimento de Ourinhos/SP

Conforme foi visto no decorrer do primeiro capítulo, as cidades brasileiras surgiram a partir de aglomerações voltadas especificamente para um propósito, como estradas de ferro que serviam para levar a matéria-prima ao porto mais próximo ou uma cidade para cuidar da exportação estatal, o que acabou criando, portanto, pólos independentes um do outro, não constituindo uma rede urbana consolidada de modo a ligar os principais pontos do território entre si. De acordo com Santos (2009), esse período da história brasileira foi marcado pela expressão dos arquipélagos econômicos, metáfora referente a um conjunto de ilhas separadas entre si.

Silveira (2007) aponta que a ferrovia possuía na época, duas principais funções, que foram observadas principalmente no tronco Sudeste-Sul: a função de penetração (precedendo o povoamento), que ocorreu com mais frequência na região Sul do país, devido ao acúmulo de capital pela pequena produção mercantil, que exerceu influência política para que a ferrovia chegasse até lá; e a função de buscar fretes economicamente viáveis, que ocorreu com o café na região Sudeste, principalmente. Todavia, houve muitas tentativas para reverter este processo, caracterizadas pela inserção de novas infraestruturas, sobretudo do modal ferroviário, porém

[...] apesar destes avanços, a produção e o transporte, para o mercado interno, ficaram prejudicados e o Brasil constituiu-se como um imenso território repleto de ilhas econômicas e geográficas, pouco integradas. São os arquipélagos econômicos e populacionais. O Brasil parecia um pano com várias manchas de óleo, na qual cada mancha representava uma região ativamente alicerçada na exportação agrícola e extrativa e estava conectada a um porto por um caminho primitivo ou uma ferrovia. (SILVEIRA, 2007. p. 26-27)

Isso acabou influenciando, na intensidade da articulação desigual entre as cidades brasileiras ou, para utilizar uma metáfora conhecida, no desequilíbrio desse conjunto de cidades, influenciando, assim, na futura rede urbana, de modo que alguns centros acabam influenciando áreas maiores, em detrimento de outros, estes que se tornaram, sem possibilidade de escolha, áreas periféricas que sobrevivem a partir dos serviços e empregos ofertados pela grande demanda proveniente das grandes cidades ou cidades mais dinâmicas.

A conexão entre os diversos centros da rede urbana somente fora possível graças ao avanço nos sistemas de comunicação e de transportes, com destaque para o último setor, que possibilitou uma comunicação física entre os centros, ratificando as áreas não atrativas aos grandes capitais como periféricas às áreas de maior atratividade.

A importância do Estado na vida moderna explica, em parte, a tendência à hegemonia das cidades capitais dos países. O próprio exercício da função política de coordenação de toda a vida nacional acarretaria a necessidade de melhorar a infra-estrutura de transportes e de comunicações ou de criá-la a partir do nada, (...). Muito frequentemente, pode constatar-se uma relação entre a criação de infra-estruturas de transporte e a localização das capitais. (SANTOS, 2004b, p. 286)

Esse processo criou na sociedade brasileira uma hierarquia entre os diversos centros urbanos, onde, como em outros países, os centros principais são tidos como as metrópoles, que são segundo Santos (2004b, p. 282), “um fruto da modernização recente dos países subdesenvolvidos por influência da industrialização mundial e/ou nacional”. Os chamados centros de gestão do território se caracterizam como sendo estes centros de maior expressividade dentro da rede urbana, exercendo uma função de controle sobre a organização das atividades e das pessoas que estão inseridas dentro da rede, assim como um papel lhes conferido pelo destaque atingido, de liderança e de principal local de contato com os mercados mundiais, e sendo assim, caracterizando-se como um centro de acumulação capitalista. (CORREA, 1996).

Pelo fato de que o capital aparece na estrutura capitalista atual, de uma maneira multifacetada, são diversas as estruturas, as relações e principalmente os interesses pelos quais os grandes capitais se deslocam para certos lugares, se instalam em certas localidades, e excluem certos segmentos da sociedade, de modo que o crescimento, sendo ele econômico, social ou como um todo, é seletivo e antecipado, dando ênfase a locais que são mais atraentes, em detrimento de outros, menos atrativos.

2.1 Peculiaridades da Metropolização brasileira

A nova divisão internacional do trabalho é um dos principais processos que fazem com que os centros urbanos tenham em si embutidos uma lógica complexa, e uma abrangência que leve estes centros a possuírem uma importância nacional. Este processo tem, como uma das suas consequências mais atuais, a *mundialização dos lugares* (Santos, 2009), criando por este processo, por um lado, um desenvolvimento desigual e, por outro, uma combinação de territórios voltados ao processo de acumulação capitalista, com lugares especializados e lugares complexos, sendo que estes últimos são frequentes nas metrópoles, onde há uma pluralidade de atividades que se complementam entre si, e completam o ambiente metropolitano com a fluidez e a facilidade de acesso que somente as grandes cidades proporcionam à sociedade. Na maioria dos casos, estas cidades possuem

as principais *vantagens comparativas*¹⁶, que não são normalmente encontradas em outros pontos do território nacional, e que fazem com que estas sejam vistas por investidores como os melhores locais para localizarem seus serviços, além de lhes garantir uma inserção em mercados internacionais de escala global, enfatizando ainda mais sua importância. Além disso, as metrópoles desfrutam de uma posição considerada privilegiada em relação à rede de transportes, fato que “lhes assegura relações mais fáceis com o resto do território, aumentando assim sua capacidade de competição.” (SANTOS, 2004b, p. 306-307).

Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). (SANTOS, 2004a, p. 247-248)

Portanto, o que determina a atração de investimentos para uma cidade, ou no caso de um fluxo muito grande de uma metrópole, são suas vantagens, seus atributos tanto físicos quanto econômicos, sociais e políticos que as diferem das outras cidades da rede urbana, dando a estas um destaque, atraindo investimentos, que por si atraem pessoas, constituindo um ciclo crescente de crescimento populacional das metrópoles, assim como um crescimento de sua importância para o país. Porém este crescimento vertiginoso pelo qual passa uma metrópole acaba aumentando assim a sua complexidade, o que traz também diversos problemas, como a *macrocefalia urbana*¹⁷, que deixa a cidade susceptível a problemas como favelização, moradias irregulares, e problemas de ordens ambiental e econômica.

No processo de urbanização, há, então, uma tendência crescente à diferenciação e à especialização, acompanhada de uma maior divisão interurbana do trabalho, e atrelada diretamente às possibilidades de articulação que a dinâmica da circulação promove. (ARROYO, 2006, p. 76)

Segundo Santos (1971, cap. 2 *apud* SANTOS, 2004, p. 283-284), considera-se, a partir de uma discussão teórica acerca do conceito de metrópole, que a capacidade de organização de uma cidade depende do seu nível funcional, sendo então classificadas as cidades em: cidades locais, cidades regionais, metrópoles incompletas e metrópoles completas. A metrópole completa é aquela que consegue responder adequadamente às diversas necessidades econômicas e sociais por si mesma, e representam, conforme Santos (2004b), os polos econômicos de países considerados subdesenvolvidos previamente industrializados. Ambos os tipos de metrópole possuem, intrínsecas em si, lugares complexos e especializados, que são subespaços adaptados dentro da lógica capitalista, para atender às necessidades das grandes cidades. Porém, o *Terceiro Mundo* é

¹⁶ Segundo SANTOS (2004, p. 306), são elas: economias externas, economias de escala e economias de aglomeração.

¹⁷ Ver Santos, 2004b, p. 306.

composto de, em sua maioria, metrópoles incompletas, algumas delas consideradas *metrópoles globais*, as quais

(...), ostentam características particulares, devido à modernização incompleta sua e do respectivo país, com suas próprias condições. Porém, a divisão territorial do trabalho de cada país possui suas limitações, e estão inseridas em uma divisão internacional do trabalho que exige fluidez, e por esse descompasso país-mundo, e pelas restrições encontradas pelo processo, tende-se a reforçar algumas regiões e lugares, e que no caso brasileiro, é a Região Sudeste a privilegiada. (SANTOS, 2009, p. 19)

Ainda segundo Santos (2009), a Região Sudeste concentra duas cidades consideradas globais (São Paulo e Rio de Janeiro), e que possuem uma forte inserção no mercado internacional, mas que também influenciam maciçamente na organização e nas tomadas de decisão nacionais, além de serem os principais locais origem/destino do fluxo de pessoas. De acordo com o REGIC (Regiões de Influência das Cidades) (2008) do IBGE, São Paulo é a cidade brasileira considerada Grande Metrópole Nacional, possuindo projeção em todo o país, e cuja rede abrange mais intensamente o Estado de São Paulo, parte do Triângulo Mineiro e do sul de Minas Gerais, estendendo-se a oeste pelos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre.

A cidade do Rio de Janeiro é considerada, pelo mesmo estudo, uma Metrópole Nacional, com projeção imediata no próprio estado e no Espírito Santo, em parcela do sul do Estado da Bahia, e na Zona da Mata, em Minas Gerais, onde divide a influência com Belo Horizonte, sendo que ambas as cidades (São Paulo e Rio de Janeiro) possuem as supracitadas vantagens comparativas em relação ao resto do país.

(...). A internacionalização da economia leva a uma concentração financeira e econômica, traduzida pelas alterações das funções urbanas e por modificações brutais da lógica interna da cidade. O fato, aliás, de que o país haja então conhecido um crescimento rápido faz com que a instalação, em sucessão rápida, de grandes firmas leve a mudanças brutais e igualmente rápidas dos papéis dos diversos atores da economia urbana. (...). Por isso, as grandes cidades dos países subdesenvolvidos são cidades críticas. (SANTOS, 2009, p. 45-46)

Porém, no contexto atual da economia urbana brasileira, a noção de rede hierárquica está agora sendo ultrapassada devido a um aumento considerável da complexidade e da diferenciação entre as cidades, estando cada uma delas passando por diferentes fases do processo de desenvolvimento urbano, ou seja, agora não se considera mais que os processos referentes às metrópoles sejam homólogos; estes passam a ser completamente distintos, caracterizando as cidades de acordo com as particularidades locais, e realizando também uma maior concentração das diferentes especialidades que as cidades anteriormente tinham, tornando cada cidade em um local complexo, distinto e único, em

relação aos outros centros que se enquadram na mesma categoria. E esta diferenciação ocorre também entre as cidades globais brasileiras, de modo que São Paulo

(...) passa a ser a área polar do Brasil, não mais propriamente pela importância de sua indústria, mas pelo fato de ser capaz de produzir, coletar, classificar informações, próprias e dos outros, e distribuí-las e administrá-las de acordo com seus próprios interesses. Esse é um fenômeno novo na geografia e na urbanização do Brasil. Esta nova qualidade do papel de comendo da metrópole paulistana provoca um distanciamento maior entre São Paulo e Rio de Janeiro, uma maior divisão territorial do trabalho, não só do Sudeste, mas de todo o Brasil. São Paulo destaca-se como metrópole onipresente no território brasileiro. (SANTOS, 2005, p. 59)

Nota-se, a partir das literaturas de crescimento urbano, que a tendência sempre foi de considerar que as grandes cidades são os lugares de maior crescimento, caracterizado principalmente pelo quesito *tamanho da população*, que qualifica uma cidade a partir da atração de diversos fluxos distintos (econômicos, populacionais, políticos, financeiros), estes por sua vez, acabam se concentrando nas metrópoles e respectivas regiões metropolitanas. Todavia, o que se pode constatar hoje é que houve, devido a esse grande e constante fluxo para o ambiente metropolitano, uma saturação das metrópoles como um todo, de modo que o efeito que atualmente é notório em relação à rede urbana é a *involução metropolitana* (Santos 2009).

Segundo o autor, o processo de involução é percebido por pelo menos três indicadores: Produto Interno Bruto (PIB), leque salarial e qualidade de vida, e ocorre por fatores diversos, entretanto sendo na maioria dos casos, uma consequência do próprio processo de metropolização, que acaba transformando as grandes cidades em *deseconomias*¹⁸, conceito este que explica o motivo pelo qual as grandes cidades constituem polos de atração para populações de mais baixa renda, se concentrando principalmente nos centros, pois estes acabam exercendo a função de se fixarem nos locais onde antes estavam instaladas as atividades mais poderosas, no caso, as áreas centrais.

Essa capacidade de atração da população de baixa renda, particular de metrópoles, constitui o principal motivo para o efeito de involução metropolitana, ao passo que esta população caracteriza um fluxo proveniente da modernização atual, que libera a maior parte da mão-de-obra menos qualificada dos espaços que são mais especializados (e portanto, necessitam de uma mão-de-obra mais qualificada e especializada no tipo de serviço que é realizado no local), orientando-as às grandes cidades, nas quais se veem cara a cara com

¹⁸ Uma cidade torna-se deseconômica quando as condições de realização da economia ali já não se configuram como satisfatórias, e para tanto, procura-se renovar ou criar planos que possibilitem que a produção volte a se realizar na cidade novamente. Porém, um mesmo local pode, eventualmente, constituir uma deseconomia para grandes firmas, entretanto concomitantemente, uma economia para pequenas firmas. (SANTOS, 2009, p. 47)

um local dotado de problemas internos, e grandes déficits principalmente de habitação e de empregos, tornando a convivência nestas cidades muito mais difícil.

As grandes cidades do Terceiro Mundo são repositórios, ao mesmo tempo, dos elementos da modernidade e de uma grande massa de deserdados, gerados, em boa parte, como função dessa mesma modernização que, assim, vê acentuado seu caráter perverso. (SANTOS, 2009, p. 48)

Portanto, nota-se que os centros de gestão do território, confundidos com as metrópoles, constituem não somente o espelho da expressão das grandes corporações, vitoriosas em caráter econômico e soberanas dentre as outras coporações menores, mas também um centro de acumulação de pobreza, senão miséria, de contrastes e conflitos que também deverão ser equacionados pelo capital. (CORREA, 1996)

2.2 Cidades Médias

O processo de involução metropolitana, como resultado proeminente da difusão do meio técnico-científico-informacional, que cria uma condição de *depredação* do ambiente metropolitano, caracterizado pelo fluxo migratório de pessoas de baixa renda, e saturação dos principais serviços como habitação, transportes e saúde, faz surgir um crescimento regional que se destaca por ser maior e mais importante que o crescimento da própria metrópole em si, proporcionalmente, aliada com uma tendência ao aumento da qualidade de vida (sendo um dos indicadores da involução) no interior dos Estados.

A partir dos anos 1970, o processo de urbanização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos 1950, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número – e da população respectiva – dos núcleos com mais de 20 mil habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno do meio milhão de habitantes). (SANTOS, 2005, p. 55)

Neste contexto do processo de involução metropolitana, ganha destaque dentro da discussão do espaço urbano, a figura das chamadas *cidades médias*, que segundo Rochefort (1998), eclodem primeiramente como intenção, a partir de 1974 no Brasil, quando

[...] aparece a idéia de promover ações que visariam antes frear o crescimento das grandes cidades do que corrigir as conseqüências sobre o seu espaço, num esforço geral para repensar a reorganização do território e para considerar um certo número de condições que permitiriam a interiorização do desenvolvimento. (ROCHEFORT 1998, p. 95 *apud* SPOSITO, 2004, p 326)

Segundo Amorim Filho e Serra (2001), na década de 1970, a rede urbana brasileira era carente de centros urbanos intermediários que catalisassem a interiorização do desenvolvimento, pois o país, naquela época, possuía uma estrutura urbana marcada pela hegemonia dos dois principais centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro), um número pequeno de cidades de alcance regional, pouquíssimos centros intermediários e uma infinidade de pequenas cidades que não continham em si a estrutura para assumirem um caráter de complementaridade em relação às outras cidades, servindo apenas como ligação campo-cidade.

Ainda segundo os autores, diversos são os motivos pelos quais se fazia necessário haver um incentivo para a criação e desenvolvimento de certas cidades à qualidade de centros urbanos intermediários, sendo eles: a busca pela redução de disparidades regionais a partir do incentivo à igualdade entre as regiões; servir como reduto para os fluxos migratórios reorientados das metrópoles; e para servir à diminuição de desníveis regionais relacionados à produtividade industrial, desafoando a metrópole destes problemas.

Na conjuntura acima descrita, as cidades médias eram extremamente necessárias, pois elas representavam uma das alternativas para a manutenção do sistema, visto que as metrópoles estavam saturadas e dotadas de gargalos estruturais, fato que gerava um mau funcionamento devido à concentração exagerada de pessoas, atividades e capitais, que precisava ser corrigido. Havia essa necessidade de realocar os elementos produtivos que o próprio sistema não conseguiu fazer de uma forma equilibrada espacialmente, e nesse caso, a tipologia relacionada às cidades médias representam válvulas de escape para o fervor que caracterizava as relações e as atividades metropolitanas, corroborando para diminuir o mau funcionamento do sistema capitalista.

As cidades médias ainda caracterizavam-se como os pontos mais indicados para a localização de equipamentos de distribuição comercial para suas microrregiões, sem apresentar os problemas estruturais relacionados ao aparelho de transporte e comunicação que eram encontrados nas grandes cidades. De qualquer jeito, “seja por meio de uma produção própria, seja, sobretudo, funcionando como redistribuidora, a cidade média representa um ponto de difusão da produção e dos valores do sistema socioeconômico de que faz parte.” (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 19)

Há, na discussão relacionada às cidades médias, uma questão relacionada à definição do conceito em questão, sendo que a conceituação da tipologia de uma cidade média constitui um meio de classificação das cidades, e a possibilidade de melhores condições e equipamentos relacionados à atração de investimentos, capitais e pessoas. Isso significa que a adequação de uma cidade na classificação de cidade média é um importante passo para o desenvolvimento desta, pois assim concentraria diversas atividades de sua região, e atuaria como um refúgio para as pessoas e/ou grandes empresas que

fogem da metrópole na busca da realocação dos capitais investidos em outros mercados, além da busca por qualidade de vida e salários melhores, este devido ao fato de que, em lugares com especialização recente, a média salarial tende a ser melhor de acordo com o tipo de emprego ao qual nos referimos, e ao qual a própria cidade se especializa dentro da rede urbana. Sposito (2004) alerta-nos para a necessidade de uma diferenciação entre *idades médias* e *idades de porte médio*, sendo os conceitos confundidos um com o outro, e sendo um tipo de classificação das cidades que exprime uma relação do papel que as cidades exercem dentro da rede uma função complementar, e possuem dentro de si uma lógica complexa e desconexa que compõe o todo citadino.

Todavia, o conceito de cidades médias ainda é um conceito em construção, de modo que no presente trabalho buscaremos, a partir do conceito de cidades médias, embasar nossos estudos acerca da cidade de Ourinhos, e seus papéis dentro da microrregião em que está inserida, para que possamos, a partir disso, identificar alguns indicadores de que a cidade possa exercer, em alguns aspectos, o papel de uma cidade central. Temos conhecimento de trabalhos que tratam da conceituação de cidade média, assim como de sua diferenciação do termo de cidade de porte médio, tais como: Santos e Silveira (2001), Sposito (2004; 2007), Andrade e Serra (2001; 2009), dentre outros, porém a título de embasamento, consideraremos o conceito tratado por Maria Encarnação Beltrão Spósito. Segundo a autora, a cidade média é

(...) aquela que desempenha papéis de intermediação na rede urbana, sem compreender, ao mesmo tempo suas características (o que não se restringe ao tamanho demográfico e deve incluir a estruturação interna de seus espaços), como suas relações com outras cidades (o que impõe o reconhecimento de seus papéis na estruturação urbana da rede). (SPOSITO 2004, p. 331)

A partir dessa concepção da tipologia de uma cidade média, nota-se que essa cidade possui intrínseca em si uma lógica e *rol* de atividades que a tornam, dentro de um recorte espacial regional, uma cidade importantíssima para a recepção dos fluxos econômicos originários das grandes firmas, que saem da metrópole e do seu entorno em busca de novos mercados, além do que, mesmo que a firma em si, ou seja, a parte produtiva e física da firma saia do centro metropolitano pode ser (e notavelmente é o que acontece) que o centro de decisão, representado pela cúpula de diretores e conselheiros que decidem o futuro de tais empresas, ainda esteja remanescente na metrópole, pois sem perder o caráter de centro industrial mais expressivo no Brasil, e mesmo com a pronunciada desconcentração paulistana,

(...), São Paulo torna-se, também, a metrópole dos serviços, metrópole terciária, ou, ainda melhor, quaternária, o grande centro de decisões, a grande fábrica de ideias que se transformam em informações e mensagens, das quais uma parte considerável são ordens. (SANTOS, 2009, p. 38)

Assim sendo, São Paulo, mesmo no contexto chamado de *involução metropolitana*, configura-se hoje como uma metrópole *informacional*, ou seja, como o principal centro de gestão do país, com abrangência nacional e com um papel expressivo dentro da rede urbana e de informações brasileira. Assim sendo, nota-se novamente a importância do aprimoramento das telecomunicações para que o processo de desenvolvimento do interior pudesse acontecer, de modo que hoje, ao invés de uma *rede christalleriana*, temos uma *rede de múltiplos circuitos*, caracterizada pela existência de várias ligações possíveis entre um mesmo par de *nós* da rede, sendo possível tanto uma hierarquia quanto uma complementaridade entre seus *nós* (CORRÊA, 1997).

Entretanto, as cidades médias continuam exercendo seus papéis de intermediação regional, influenciando maciçamente nos fluxos regionais próximos, voltados para os diversos setores da economia. Segundo Sposito (2001), no estado de São Paulo verifica-se que o processo de interesse de grandes grupos comerciais e de serviços por centros não metropolitanos ocorre de forma mais notável e rápida, “permitindo que se verifique, em cidades grandes e médias, dinâmicas que eram observadas, apenas, na área metropolitana.” (p. 237)

O fato da percepção de elementos metropolitanos dentro de cidades médias é objeto da reportagem de Pablo Nogueira (Revista Unesp Ciência), mostrando que essa desconcentração metropolitana em direção às cidades média e de médio porte foi realizada sem que houvesse, nestas cidades, infraestruturas necessárias para a recepção destes fluxos tanto econômicos quanto comerciais e sociais, o que acarretou, em muitas delas, uma concentração de riqueza muito grande, aliada com problemas urbanos que antes somente era conhecidos e notados em metrópoles como São Paulo ou Rio de Janeiro.

Maria Encarnação Beltrão Spósito, em entrevista para o artigo, diz que é necessário eliminar a metodologia anteriormente utilizada de analisar as cidades médias com base em teorias desenvolvidas para estudos de metrópoles, ainda que aquela possua alguns elementos desta. Isto deve ser feito devido ao fato de que o processo de diferenciação e especialização das cidades, ocorrido em meados da década de 1970, fez com que as cidades não mais pudessem ser analisadas com base em modelos estabelecidos para outras localidades, pois agora possuíam diferenças tanto quantitativas como qualitativas.

Exemplo claro desta diferenciação é a comparação entre regiões distintas do território, para qual um município pequeno, em uma área de baixa densidade pouca relação

com uma metrópole, pode exercer um papel intermediador e centralizado, assim como exerce uma cidade média dentro de um contexto de uma densidade demográfica maior.

2.3 Ourinhos: uma cidade de porte médio

Para tanto, após a exemplificação das cidades médias e seus papéis dentro da rede urbana, vale ressaltar que trataremos no presente trabalho, a cidade de Ourinhos como uma *cidade de porte médio* (segundo Sposito, 2004), ou centro intermediário, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), incluída dentro da classificação realizada pelo referido órgão, a partir da pesquisa feita por Andrade e Serra (1998), os quais caracterizam esse tipo de cidade como um centro urbano intermediário cuja população se encontra entre 50 mil e 500 mil habitantes. E, assim como as cidades médias possuem indicadores presentes em metrópoles, que lhes confere uma complexidade tamanha, e assim uma importância igualmente considerável, acreditamos que as cidades de porte médio possuem também algumas características que as aproximam de cidades médias, e que representam, a nosso ver, *potencialidades* de uma cidade de porte médio vir a ser um dia, uma cidade média, porém cujos indicadores talvez ainda não tenham atingido a complexidade e o volume necessários para que haja uma ascensão da cidade em relação ao seu papel regional.

Todavia, pensamos que as cidades de porte médio, tal como Ourinhos, possuam alguns setores bastante desenvolvidos, assim como nas cidades médias, e que lhe conferem um papel de intermediação urbana considerável dentro de uma microrregião determinada, com pouca abrangência estatal, porém considerável abrangência local. Esta hipótese vai à mesma via dos estudos realizados pelo Professor Luciano Antonio Furini sobre o papel de intermediação da cidade de Ourinhos/SP, com base na metodologia da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). E o indicador deste processo de crescimento da importância de Ourinhos na microrregião, assim como um indicador de centralidade nas cidades médias, que nos propomos a analisar, é em relação à influência da rede bancária na estruturação da cidade de Ourinhos, assim como no processo (se existente) de intermediação local da cidade. Para tanto, cabe aqui uma breve caracterização da cidade de estudo.

2.3.1 Caracterização da área de estudo

Ourinhos está localizada na parte sudoeste do Estado de São Paulo, a 370 quilômetros da capital, fazendo fronteira com o estado do Paraná; o município possui 269 km² de área, com uma população de 103.035 habitantes e uma densidade demográfica de 347,78 hab/km² (IBGE, 2010).

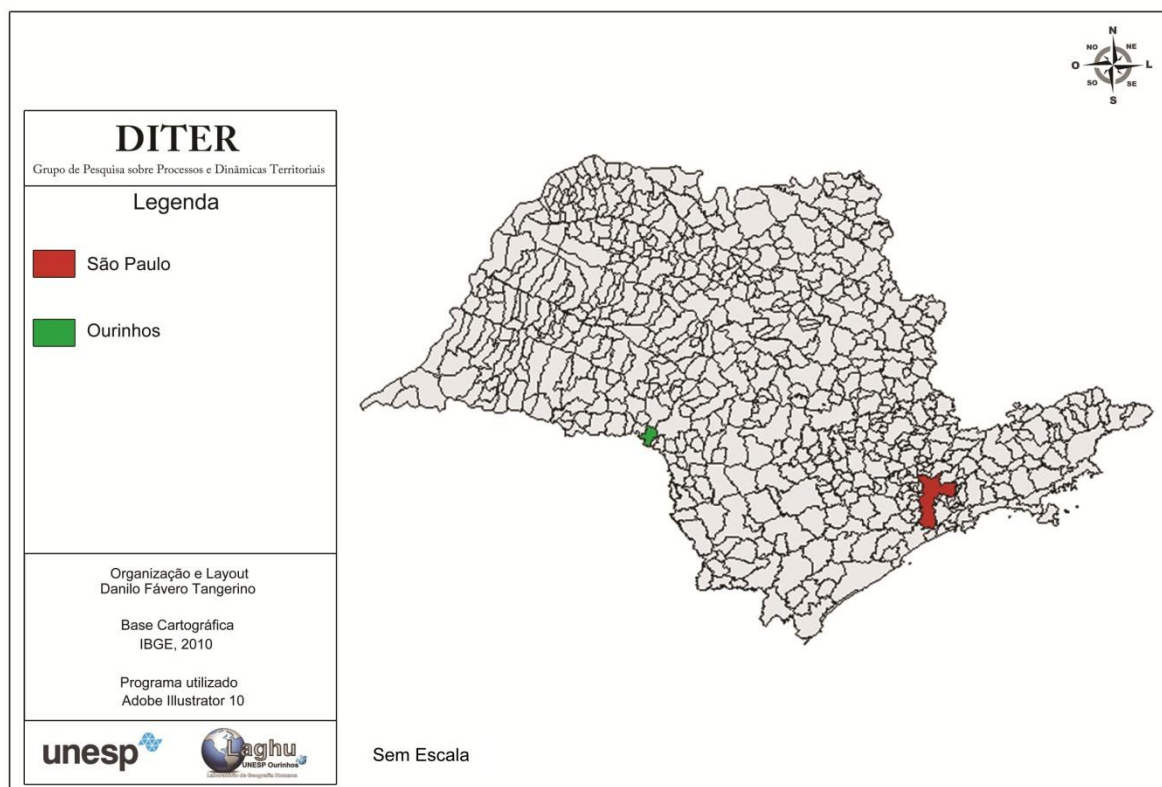


Figura 8. Localização de Ourinhos/SP em relação a São Paulo.

2.3.2 Surgimento da cidade de Ourinhos/SP

O surgimento e desenvolvimento da cidade de Ourinhos, assim como de muitas cidades interiores do estado de São Paulo, está intimamente ligada à presença da estrada de ferro, referente ao período de auge da produção do café. E a cidade estava localizada em uma posição geográfica de destaque na rede férrea paulista, estando no caminho entre a capital e o oeste do estado, configurando também um importante elo na ligação com o estado do Paraná. Além disso, a condição do solo presente na região da cidade, a *terra roxa* ou Nitossolo, proporcionava àquela região uma fertilidade muito grande, fazendo com que ali fosse um local propenso ao avanço do café.

Entretanto, Ourinhos nem sempre foi um nó consistente dessa rede urbana, sendo um município proveniente de um processo de consolidação, urbanização e afirmação como

centro recente, estando de início, atrelado ao município de Salto Grande do Paranapanema (atual Salto Grande), e formando-se principalmente devido ao fluxo de trabalhadores destinados a trabalharem na construção da estação ferroviária no então distrito, pertencente à empresa *Sorocabana Railway Company*, dona da ferrovia Sorocabana, principal ferrovia interior do estado na época.

A *Sorocabana* foi a primeira estrada de ferro a explorar o interior paulista mais profundo, desempenhando um papel econômico vital como meio de transporte do café, fator de valorização das terras e de formação de centros urbanos. (DEL RIOS, 1992, p. 21).

A estação em questão foi iniciada no ano de 1905, quando não havia ainda algum fluxo de população para a região da cidade, assim como nenhuma importância da cidade de Ourinhos dentro da rede urbana, até porque, ainda pertencia a Salto Grande. O término da construção da ferrovia iniciou o processo da vinda de imigrantes¹⁹ para trabalharem nas fazendas de café aqui existentes, o que acabou proporcionando ao local um importante crescimento demográfico e de infraestrutura, este sendo tão importante que, em 1918, somente 13 anos depois do término da construção da estação ferroviária, “Ourinho”²⁰ emancipa-se de Salto Grande.

Estes imigrantes foram responsáveis por diversos empreendimentos, atuando tanto no comércio, como na agricultura e na indústria, exercendo um papel importante na economia do município. No entanto, apesar das atividades urbanas exercerem um papel considerável para o seu desenvolvimento econômico, resultado de uma urbanização precoce se comparada com as cidades de sua região, estas surgem na dependência do desenvolvimento da economia agrícola do município, voltada primordialmente para a produção de café. (BOSCARIOL, 2008, p. 69)

Todavia, se o desenvolvimento do município era principalmente voltado para a produção de café, e se o espaço referente ao município era dominado por diversas fazendas produtoras desse produto, então os latifundiários, ou coronéis, acabaram exercendo uma influência muito grande no desenvolvimento, zoneamento e crescimento do município como um todo. E um dos proprietários de terra, um mineiro de uma região próxima de Diamantina, que na época possuía 32 anos e era dono de um empreendimento familiar em Santa Cruz do Rio Pardo²¹, teve uma importância vital na ordenação espacial, e no desenvolvimento de Ourinhos: Jacintho Ferreira de Sá.

¹⁹ Os principais imigrantes vindo para a cidade eram: japoneses, italianos e espanhóis, além de emigrantes oriundos principalmente de Minas Gerais.

²⁰ O nome da cidade não possuía o “s” atual, sendo este somente adicionado ao nome após a elevação deste a condição de município.

²¹ Proprietário da *Casa Três Irmãos*, com seus outros dois irmãos Saul e Salathiel, uma loja de secos e molhados.

O coronel, que com 18 anos, realizava o transporte das mercadorias para o estabelecimento no qual trabalhava e era dono, e com isso fazia muitos contatos importantes com homens que eram influentes na política estadual, tais como Ataliba Leonel, chefe absoluto da região da Sorocabana, João Baptista de Mello Peixoto, que havia sido senador e por duas vezes secretário Estadual (da Fazenda e da Agricultura), além de José Carlos de Macedo Soares, deputado estadual, duas vezes ministro (da Justiça e das Relações Exteriores), que foi casado com Matilde, filha de Escolástica Melchert da Fonseca, viúva de 50 anos, nascida em Itu e dona das terras da *Fazenda das Furnas*, um dos bens herdados de seu marido, localizada em Ourinhos. Assim, Jacintho Ferreira de Sá, que já havia comprado de Dona Escolástica em 1908, 1.065 alqueires da Fazenda das Furnas, e dois anos depois, acaba adquirindo mais 1.230 alqueires, tornando-o proprietário com 2.295 alqueires de terra. A primeira compra foi realizada no mesmo ano em que, a partir dos bons contatos conseguidos diante de suas aventuras como entregador, Jacintho Sá conseguiu fazer com que a Estrada de Ferro Sorocabana passasse por Ourinhos, com uma estação localizada em suas terras. (DEL RIOS, 1992)

Logo após essa conquista, o então coronel começou a fazer o loteamento de suas terras, com destaque para as ideias inovadoras que diferenciavam Ourinhos das outras cidades mais antigas que esta no estado de São Paulo, as quais possuíam ruas estreitas e curvilíneas, enquanto que Jacintho Sá loteou suas terras com traçados retilíneos e avenidas e ruas largas. Isso marca a consolidação do núcleo urbano ourinhense, e a partir daí, após a emancipação do município, este coronel, que passa a ter pleno controle de todas as terras de Ourinhos, acaba usufruindo dessa posição para rentabilizá-las não somente com a produção de café, mas com a especulação imobiliária, e este processo se deu diante de toda a estruturação urbana da cidade, entretanto neste momento, a economia municipal era baseada no campo, e embora houvesse alguns estabelecimentos comerciais, estes não possuíam uma expressividade da renda municipal.

As novas necessidades criadas pela modernização e expansão da economia nacional causam na cidade de Ourinhos a aceleração de seu processo de urbanização, abrigando parte da população rural alijada de suas terras e de seu emprego no campo, para formar assim um mercado consumidor e de mão-de-obra urbano. Em resposta à uma mais complexa divisão social do trabalho, que expande as atividades comerciais, industriais (que agora não necessariamente estão atreladas à produção agrícola) e de serviços, há a necessidade de construção de equipamentos coletivos e infra-estruturas urbanas, para o atendimento das novas demandas geradas pelo surgimento de novas classes de renda, superando a antiga divisão dual anterior (ricos versus pobres). (BOSCARIOL, 2008, p. 77)

A década de 1950 foi um marco para o desenvolvimento da cidade, de modo que houve muitas mudanças acerca da estrutura urbana, principalmente tomando o caminho

para a modernização desta, e de um aumento populacional e de uma taxa de urbanização que mostrava uma decadência do campo e da produção cafeeira, fazendo com que a população do campo viesse para a cidade em busca de novas oportunidades. E com a criação de novos bairros, e o loteamento de outros mais, era necessária uma mudança estrutural da cidade para atender agora um número consideravelmente maior de pessoas e fluxos, favorecendo a ampliação dos serviços públicos, criação de transportes coletivos, além de outros serviços como escolas e o aumento do hospital. Além disso, a área rural mostrava sinais de esgotamento, principalmente pela produção cafeeira em decadência, o que acabou proporcionando uma abertura para a agroindústria de cana-de-açúcar, a partir da instalação, em meados dessa década, da Usina São Luiz em terras da família Quagliato, unidades de distribuição de combustíveis, além de outras empresas como a Marvi, em 1953; a Caninha Oncinha em 1958; Colchões Castor e Café Jaguari em 1962, além de olarias, todas em parte, criadas com capital parcialmente local. (BOSCARIOL, 2008)

Ocorre então um processo de descentralização na cidade de Ourinhos, com a fuga de grupos sociais de mais alta renda das áreas centrais para outras áreas que foram, recentemente, loteadas, principalmente a oeste do centro da cidade, portanto deixando o centro à mercê de uma reestruturação econômica, e à ocupação deste por diversos estabelecimentos comerciais e, pouco mais distante porém ainda no centro, de clínicas médicas e consultórios particulares atraídos pelo Hospital Municipal, presente naquelas redondezas.

Não só da população foi que houve uma descentralização, como também dos serviços presentes em cada local da cidade, a partir da especialização destes em função do tipo de renda aos quais se destinam, ou seja, a mudança no padrão de loteamentos, com uma expansão de alta renda voltada para o rumo oeste, provoca uma reestruturação também no setor comercial, e algumas ruas e avenidas centrais, tais como a própria Avenida Jacintho Ferreira de Sá, que antes era um local onde se concentravam importantes estabelecimentos de alta renda, fica sucateada e fadada a ser integrada por estabelecimentos de comércio voltados para populações de mais baixa renda, tanto em setores como o de construção civil (materiais de segunda mão) quanto o de vestuário (brechós), além de outros. Em detrimento a este, aqueles estabelecimentos de alta renda que antes se situavam neste local, acabam se concentrando nos locais mais acessíveis às pessoas de maior poder aquisitivo, acompanhando assim a tendência habitacional e migrando principalmente para as avenidas Rodrigues Alves, Horácio Soares e Abuassali Abujamra. (BOSCARIOL, 2008)

Novamente, a partir da década de 1980, as novas formas de produção e de consumo induzem a uma mudança no padrão de expansão urbana, que passa a ser mais flexível, com a produção de loteamentos de menos porte, mas mais bem dotados de infraestrutura e de serviços. O aumento da mobilidade das populações de média e alta renda, por meio do automóvel particular, e dos grupos sociais de menos renda, por meio do transporte coletivo, propicia maior liberdade na localização de novos loteamentos, o que permite que estes surjam em áreas distantes ou até mesmo áreas descontínuas do espaço urbano. (SILVEIRA *et al.*, 2011, p. 55-56)

Este movimento descrito aqui por Silveira retrata um dos tipos de tentativas de realizar uma expansão urbana controlada, a partir da delimitação dos locais ou setores de expansão, seguindo os interesses capitalistas.

2.3.3. A centralidade de Ourinhos/SP

Segundo o estudo sobre Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2008) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade é inserida no nível de Centro sub-regional A, constituído por 85 cidades, com mediana de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos, exercendo influência direta em nove municípios, e influência total em quinze municípios²², totalizando 274.149 habitantes. Diferentemente deste estudo, realizado em 2007 (e publicado no ano seguinte), no qual Ourinhos se encontra neste nível da classificação, no REGIC do ano de 1966, Ourinhos estava localizada um nível acima do atual, estando classificada dentro do segundo nível da classificação da época, o de Capitais Regionais, e presenciou durante as versões do estudo, principalmente comparando a de 1966 com a de 2007, uma queda de nível. Esse fenômeno pode ser explicado pois, no ano de 1966, a rede urbana não estava completamente consolidada, de modo que haviam diversos centros que na época eram tão somente distritos ou bairro, ou talvez não existiam ainda, e que conforme o passar do tempo, surgiram muitos centros urbanos, que por pressões, *lobbys* ou mesmo pelo destaque que tomaram durante este tempo, acabaram ultrapassando a área de interesse de municípios que já eram consolidados, como Ourinhos.

Nota-se, a partir da análise do estudo de 2007, que a maioria das cidades surgidas depois de Ourinhos, e que passaram do terceiro nível em 1966 para o segundo neste estudo, se encontram no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, sendo somente uma cidade paulista um exemplo desta ascensão: São José dos Campos. O que entendemos por esse fenômeno é que, devido ao fato de que o estado de São Paulo, principalmente, possui uma rede urbana mais consolidada, e pelo próprio estado se destacar diante das outras

²² Os nove municípios que Ourinhos influencia diretamente são: Bernardino de Campos, Canitar, Chavantes, Ibirarema, Ipaussu, Piraju, Ribeirão do Sul, Salto Grande e Santa Cruz do Rio Pardo. Para compor os quinze municípios que integram a rede de Ourinhos, somam-se a estes: Espírito Santo do Turvo, Fartura, Sarutaiá, São Pedro do Turvo, Tejupá e Timburi, estando todos inseridos no estado de São Paulo. (REGIC, 2008)

Unidades da Federação em relação ao dinamismo urbano e à importância das cidades, é que ficou mais difícil a cada ano, de uma cidade que não era um centro urbano importante, ganhar importância aqui, pois ela deveria ser muito dinâmica dentro da rede para ganhar importância. E como o número de municípios passou de 2.766 para 5.565 entre 1960 e 2007, foi necessária uma melhora na metodologia de análise, e foi constatado dentro deste crescimento, que algumas cidades passaram a exercer um papel menos importante em detrimento do crescimento e das vantagens comparativas de outras da mesma rede, o que explica a queda de diversas cidades do segundo para o terceiro nível do estudo, inclusive Ourinhos, em comparação à Bauru, Presidente Prudente, Marília e Londrina por exemplo, algumas cidades que cresceram mais que Ourinhos e acabaram, ao nosso ver, limitando o raio de ação da cidade e explicando sua queda na classificação.

A situação da cidade na rede urbana é outro fator importante; ela se define em função do nível da cidade de dimensões superiores à mais próxima e da acessibilidade desta às camadas mais abastadas da aglomeração hierarquicamente inferior para o abastecimento de certos bens e serviços. Quanto maior essa acessibilidade, mais difícil se torna para uma cidade de nível inferior promover atividades modernas de produção e de comércio, mesmo se há um mercado potencial no lugar. (SANTOS, 2004b, p. 336-337)

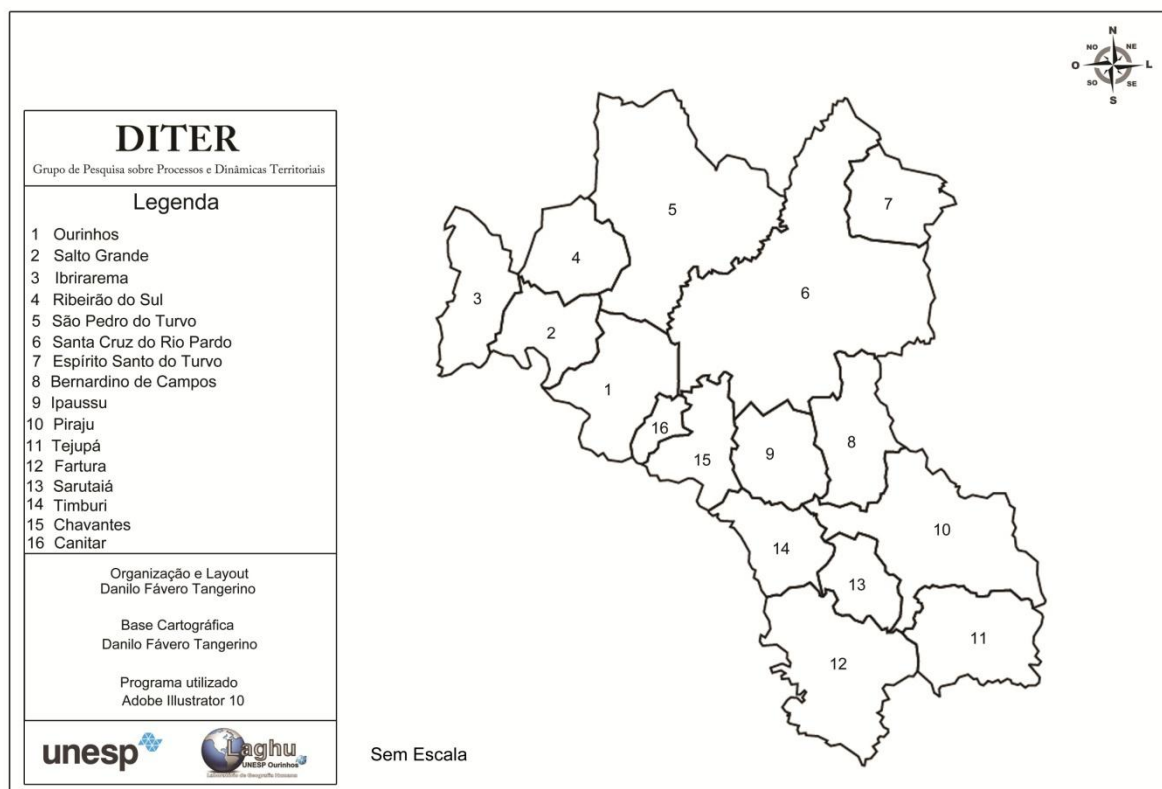


Figura 9. Localização dos municípios da microrregião de Ourinhos/SP.

Demograficamente falando, Ourinhos encontra-se em um patamar muito superior aos outros municípios da região, concentrando cerca de 60% da população total dessa microrregião. O menor município estudado é Timburi, que possui 2.646 habitantes, e está à aproximadamente 62 quilômetros da cidade de Ourinhos²³.

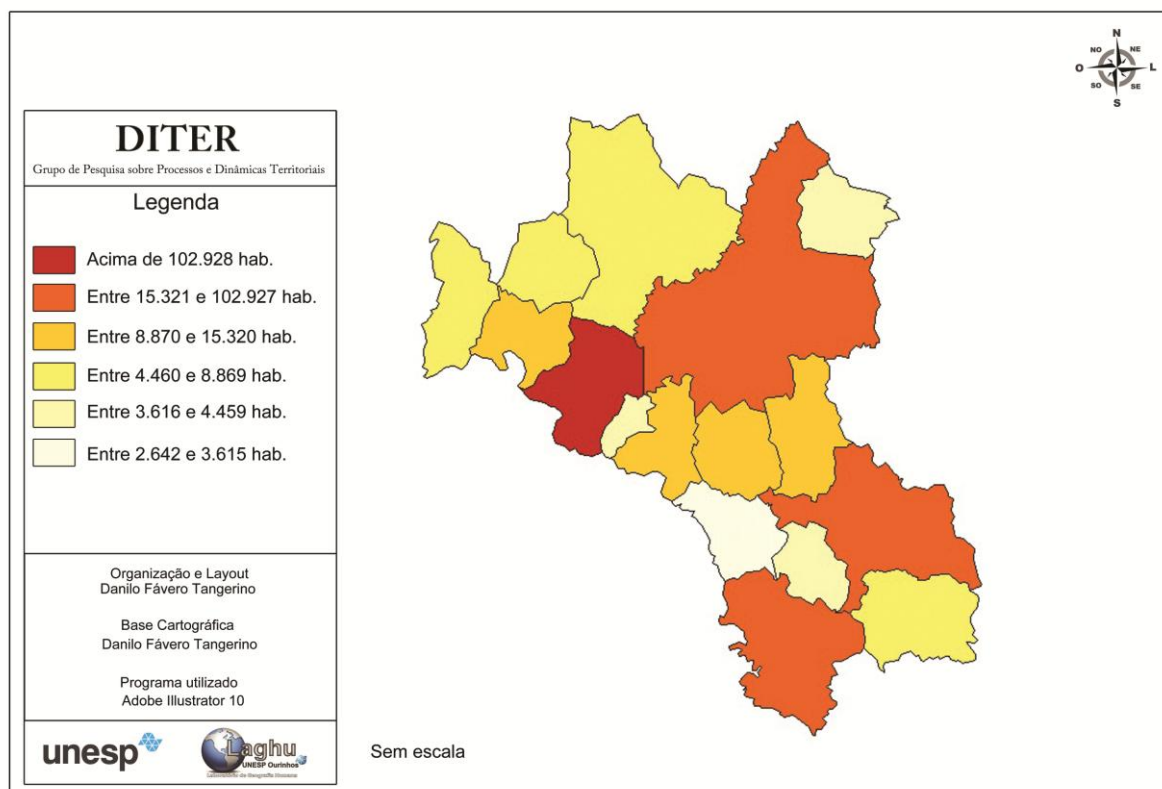


Figura 10. Cartograma da população da região de estudo.
Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE.

Outro dado no qual Ourinhos se destaca é em relação à taxa de crescimento, também registrada pelo Censo 2010 do IBGE, onde a cidade possui aproximadamente 73% de crescimento, enquanto que o segundo município que mais cresce, sendo este Ribeirão do Sul, o faz com uma taxa de 42,77%, estando a 30,3 quilômetros de distância de Ourinhos. Encontramos ainda dados de alguns municípios que tiveram uma taxa de crescimento negativa, sendo eles Chavantes, São Pedro do Turvo, Timburi e Tejupá, que estão, respectivamente, a 16,8, 39,5, 62,4 e 79,3 quilômetros de distância de Ourinhos.

Estes dados podem, a nosso ver, caracterizar uma centralidade da cidade de Ourinhos em relação às outras cidades da região, visto que a população demanda certas estruturas para que sobreviva e se relacione com o ambiente e entre si, demandando assim com que outros sistemas, e outros tipos de serviços venham para a cidade em busca de

²³ A distância é considerada a partir do caminho mais curto, com distâncias aproximadas e consideradas pelos moldes de pesquisa do site Google Maps.

uma maior fluidez e de uma localização mais estratégica em relação aos outros municípios, o que pode evidenciar um fluxo recente destes tipos, caracterizando assim o crescimento negativo de alguns municípios, ou menor em outros, assim como a presença de uma população bastante superior à média de outros municípios. Faz-se necessário aqui um adendo acerca de que, mesmo tratando-nos aqui da microrregião de Ourinhos somente sobre os municípios do estado de São Paulo, que a cidade também exerce influência dentro da rede urbana paranaense, principalmente nos municípios menores que se encontram na fronteira, assim como Ourinhos. Com início na rede ferroviária, e depois passando para a rodoviária, Ourinhos acabou se tornando um centro de intermediação entre cidades de ambos os estados, realizando um papel de *cidade-satélite* na região fronteira entre o norte do Paraná e o extremo sul de São Paulo.

Segundo Oliveira Filho (2011, p. 96-97),

considera-se que o município de Ourinhos/SP está localizado em uma posição geográfica favorável a centralidade, porque este se encontra dentro da realidade espacial de São Paulo em uma posição de “intensa interação e união” entre o estado de São Paulo e o estado do Paraná, Ourinhos é uma cidade de fronteira interestadual. (...). Portanto, Ourinhos torna-se ponto intermediário de parte das relações interestaduais.

O município de Ourinhos/SP se destaca a partir de diversos fatores que acabam lhe proporcionando uma centralidade em sua microrregião, assim como quando comparamos os papéis que uma cidade média exerce em seu entorno mais abrangente, que por muitas vezes envolve as cidades de porte médio, confundindo os tipos de influência por ambas exercido. Como foi dito previamente, acreditamos na hipótese de que as cidades de porte médio possuam alguns aspectos que lhe atribua um nível de complexidade quase comparável ao das cidades médias, entretanto, estes poderiam caracterizar-se como potencialidades de crescimento que ainda não ocorreram no âmbito adequado para que a cidade de porte médio pudesse equiparar-se nesse aspecto a uma cidade média.

Além disso, nota-se que não seria um ou poucos atributos que lhe confeririam uma mudança em sua estrutura e em seu papel dentro da rede urbana, mas sim um conjunto deles que pudesse, de maneira composta, fazer com que a cidade se tornasse parte essencial da rede urbana, assim como ao total de conexões entre os principais centros do território. Assim sendo, acreditamos que, de um modo introdutório ao crescimento, o setor de serviços seja essencial para o entendimento do nível de centralidade de uma cidade, e atue como uma força de atração tanto de investimentos, quanto de fluxos (populacionais, financeiros, econômicos).

Tabela 7. Número de estabelecimentos de serviço da microrregião de Ourinhos/SP. 1991 - 2010

Localidade/ Ano	1991	1994	1997	2000	2003	2006	2009	2010
Fartura	38	40	55	53	62	76	89	102
Piraju	90	89	121	160	178	195	204	224
Sarutaiá	3	2	2	3	6	4	7	7
Tejupá	5	4	5	6	8	6	7	9
Ibirarema	12	11	18	19	34	43	51	47
Bernardino de Campos	26	28	33	41	47	54	59	65
Canitar	NA*	1	5	6	6	8	10	11
Chavantes	35	30	48	53	59	66	78	74
Espírito Santo do Turvo	NA*	2	5	8	12	20	17	22
Ipaussu	33	34	39	41	54	69	82	84
Ourinhos	371	438	531	609	675	749	863	917
Ribeirão do Sul	8	10	13	15	14	16	19	19
Salto Grande	23	17	24	24	26	32	31	25
Santa Cruz do Rio Pardo	137	149	180	214	249	279	325	366
São Pedro do Turvo	7	7	12	13	13	20	20	20
Timburi	4	4	5	6	5	9	10	8

Fonte: SEADE, 2012 **Organização:** Danilo Fávero Tangerino

* As cidades de Canitar e Espírito Santo do Turvo não possuem dados referentes aos anos de 1991 e 1992, pois ainda não haviam sido emancipados.

Nota-se, a partir da análise dos dados em relação ao setor de serviços da microrregião de estudo (Tabelas 5 e 6), que a cidade de Ourinhos possui um destaque muito grande em comparação aos outros municípios, centralizando a maioria dos estabelecimentos de serviço que vieram para a região entre os anos de 1991 e 2010. E este setor carrega em si uma importância vital para o desenvolvimento de um município, pois juntamente com ele, outros aparelhos urbanos devem ser criados tanto como pré-requisitos de infraestruturas necessárias (como é o caso de um sistema de transporte coletivo, hospitais, escolas, supermercados de melhor qualidade, dentre outros), como também serviços que auxiliem os próprios estabelecimentos de serviço a se fixarem de maneira sólida, e de gerarem lucros para a receita do município, como a presença de agências de instituições financeiras.

Segundo Sassen (1998, p. 76),

o processo básico, visto da perspectiva da economia urbana, é a crescente demanda de serviços por parte das empresas em todas as indústrias e o fato de que as cidades são os locais preferidos de produção para tais serviços, seja em nível regional, nacional ou global. Como resultado, vemos nas cidades a formação de um novo núcleo econômico urbano de atividades bancárias e ligadas à prestação de serviços que acaba substituindo os núcleos orientados para as manufaturas.

Tabela 8. Número de agências bancárias por município microrregião de Ourinhos/SP. 2010.

Localidade/Ano	2010
Ourinhos	12
Piraju	7
Sarutaiá	1
Tejupá	-
Ibirarema	2
Bernardino de Campos	3
Canitar	-
Chavantes	4
Espírito Santo do Turvo	-
Ipaussu	2
Fartura	4
Ribeirão do Sul	1
Salto Grande	1
Santa Cruz do Rio Pardo	8
São Pedro do Turvo	1
Timburi	1

Fonte: SEADE, 2012 **Organização:** Danilo Fávero Tangerino

O número de agências bancárias como tipos especializados de serviços, presentes nas cidades é um dos indicadores, a nosso ver, que influenciam na caracterização da centralidade de uma cidade de porte médio dentro de sua região imediata pois,

(...), a localização das sedes destas instituições destaca a centralidade das cidades escolhidas, caracterizadas por estrutura produtiva que demanda intermediação financeira, por ambiente propício ao desempenho de suas atividades, em termos de oferta de serviços e de qualidade da infraestrutura de comunicação e informação, pela presença de mão-de-obra especializada e por adequado arcabouço institucional e jurídico, revelando sua capacidade de comando econômico-financeiro e político. (REGIC, 2008, p. 148)

Entretanto, mesmo que a localização das agências bancárias seja evidenciada pela escolha de localidades centrais dentro das diversas regiões, as mesmas possuem meios de expandir sua influência para mais que a região em questão, inserindo-se em escalas maiores a partir da conectividade internacional e nacional entre as agências e suas respectivas sedes, estando elas no país ou no exterior. Essa presença que as instituições financeiras exercem em todos os lugares é explicada pelo processo de *mundialização do capital*²⁴, termo que se refere ao processo recente de acumulação de capital, que antes esteve em mãos comerciais, depois industriais, e que atualmente jaz nas mãos de administradores anônimos, diretores de conglomerados financeiros e de fundos de pensão,

²⁴ Termo cunhado por François Chesnais.

que a partir da economia financeira e monetária, encabeçam e personificam o capitalismo desde o fim do século XX (CHESNAIS, 1996). Segundo o autor,

a expressão “mundialização do capital” é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “globalização”, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais”. (CHESNAIS, 1996, p. 17)

Um conceito que consideramos importante para o entendimento da realocação das atividades produtivas e de serviços, assim como para a explicação da onipresença do capital financeiro, é o de *desencaixe*, que revela um mecanismo presente na modernidade. Trata-se de uma abordagem da teoria da estruturação²⁵ que privilegia a relação indivíduo-estrutura. Essa teoria entra em conjunto com o desenvolvimento das telecomunicações, pois representa uma noção acerca das diferentes vinculações do tempo e do espaço pelos sistemas sociais que convivem em conjunto nas cidades. Por *desencaixe*, o autor se refere “ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço.” (p. 29). Isso quer dizer que, na sociedade atual, o que prevalece dentro das relações sociais é a não conexão entre as características individuais e específicas dos indivíduos e os meios de intercâmbio a serem circulados, e ainda aponta dois mecanismos principais: as *fichas simbólicas* e os *sistemas peritos*.

Como exemplo das fichas simbólicas, o autor apresenta o dinheiro, que representa um meio de troca criado para circular sem carregar as características de quem o possui, ou seja, independentemente da pessoa que o possui, o dinheiro em si não a estereotipa, mas sim é aceito em quaisquer lugares, se tornando um mecanismo *impessoal* de relação social.

Por sistemas peritos, o autor em questão se refere a sistemas de excelência técnica e/ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje, e que são exemplificados por conhecimentos peritos que, em conjunto, dão confiança aos usuários de objetos/relações simples e cotidianas, mas que também agem excluindo do contexto (independente de qual seja), as relações sociais ali implícitas.

Este conceito faz menção à noção de confiança, sendo esta a principal relação que se pode sentir de uma transação financeira, ou quando se contrata quaisquer tipos de serviços bancários, pois a moeda, como papel dotado de valor “simbólico”, gira dentro da máquina financeira de modo virtual e invisível, não sendo algo palpável, mas sim tomando como principal característica o quesito especulativo do capital, implícito nas relações

²⁵ Elaborada por Giddens (1991).

econômicas, e principalmente, nas bancárias. O processo de mundialização do capital está intimamente ligado ao desencaixe, pois é por meio do desprendimento espaço-temporal que as movimentações financeiras se dão em escala global, partindo do local que não necessariamente pode estar vinculado ao círculo de relações locais ou regionais.

Entretanto, o referido fenômeno espacial e temporal, a partir da internacionalização dos capitais, passa a ser parte de um diferente processo chamado por Chesnais (1998) de *mundialização financeira*²⁶. Isso caracteriza o processo de internacionalização dos capitais, e a integração dos mercados financeiros internacionais, transcendendo as fronteiras nacionais e as barreiras analíticas das escalas de estudo, constituindo uma rede difusa.

A integração financeira internacional foi acompanhada, com efeitos pelo menos igualmente importantes, pela abertura dos diferentes tipos de mercado (mercados de câmbio, de créditos, de ações e obrigações) e foi favorecida pela criação de muitos novos produtos financeiros. (CHESNAIS, 1996, p. 242)

2.3.4 A rede bancária no município de Ourinhos/SP

A partir dessa caracterização, podemos notar que a cidade se configura como central dentro da microrregião, e sendo assim, acaba atraindo diversos serviços tanto financeiros como bancários, que possuem uma grande importância para o entendimento da polarização que a cidade exerce no seu entorno imediato, sendo isso evidenciado, no caso da rede bancária, quando temos o número de instituições estrangeiras e nacionais que estão presentes com sub-sedes e agências na cidade, que totalizam 12 agências de 7 bancos diferentes (Tabela 8).

²⁶ “A expressão ‘mundialização financeira’ designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados”. (CHESNAIS, 1998, p. 12)

Tabela 9. Localização, quantidade e instituição financeira das agências bancárias de Ourinhos/SP.

Ourinhos: Agências Bancárias	
Banco	Bairro
Bradesco S.A.	Centro
	Centro
Banco do Brasil S.A.	Centro
	Centro
Banco Real	Centro
Banco Santander S.A.	Centro
	Centro
Caixa Econômica Federal S.A.	Centro
	Centro
HSBC Bank Brasil S.A.	Centro
Itaú Unibanco S.A.	Centro
	Centro
Total Agências	12

Fonte: FEBRABAN (2011), com base no BACEN (Base de jul. 2011). **Organização:** Danilo Fávero Tangerino

Podemos perceber, a partir da análise da Tabela 9, que todas as agências bancárias da cidade estão localizadas no centro, sendo esta uma característica geral da cidade, com a maioria dos serviços de comércio e varejo localizados ali, atraindo as agências bancárias também para este local. Esse padrão de localização não é exclusivo de Ourinhos, ele pode ser observado em outras cidades de porte médio como uma característica do espaço intraurbano.

[...] o centro continua com uma alta concentração e, em geral, os postos de atendimento localizados fora dele têm destinação específicas para clientelas que freqüentam locais com outros serviços de alto fluxo de pessoas. (SPOSITO; ELIAS; SOARES, 2010, p.64).

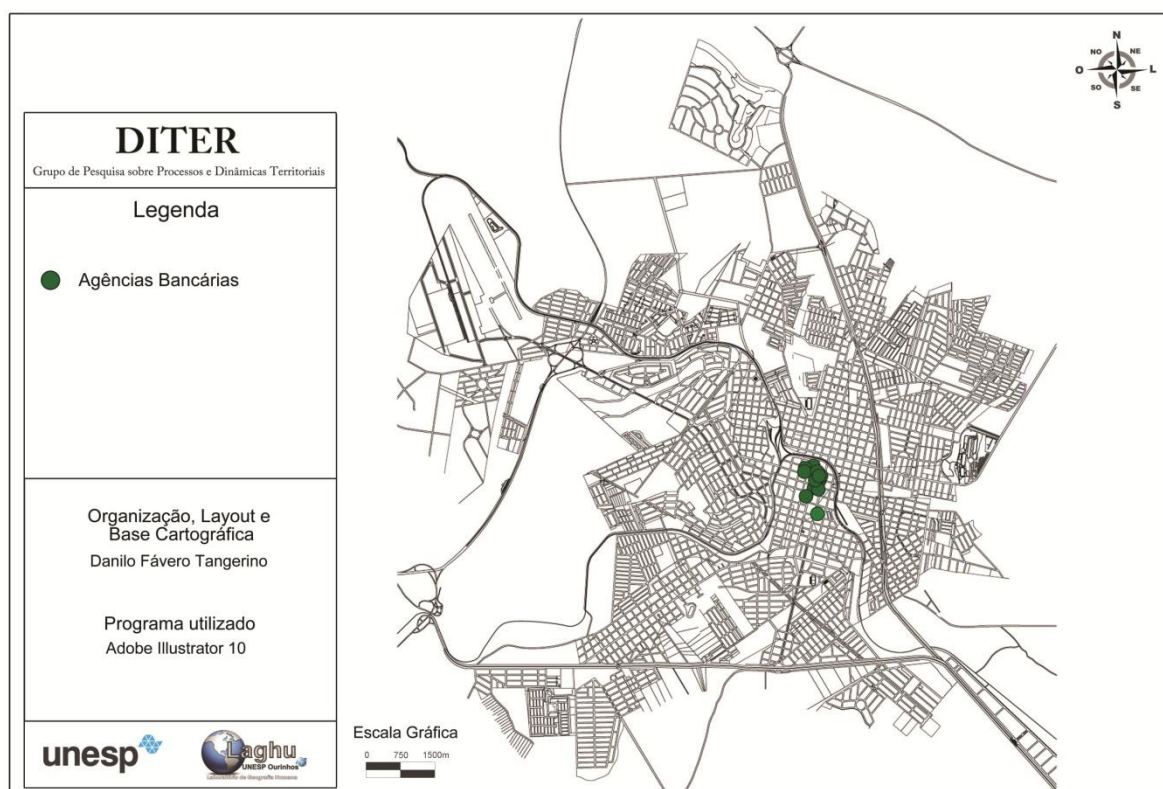


Figura 11. Cartograma de localização das agências bancárias no município de Ourinhos/SP.

A rede bancária do município de Ourinhos acompanhou o processo da década de 1980 de descentralização das atividades comerciais de alta renda, assim como a fuga dos estratos sociais de mais alta renda para as áreas próximas do centro, mais especificamente no sentido oeste da cidade. Entretanto, o movimento concomitante das instituições bancárias não acompanhou de maneira que as agências bancárias (sedes) migrassem também para estes locais, mas sim uma extensão delas, tomada forma dos chamados Postos de Atendimento Bancário e Postos de Atendimento Bancário Eletrônico, que totalizam 22 de 5 instituições diferentes, além de um terminal 24 horas (Tabela 10), que estão localizados em outros locais que confirmam a hipótese descrita, estando em supermercados, postos de gasolina, prédios oficiais, universidades, prefeitura, dentre outros, servindo especificamente para propósitos aliados ao capital, e assim também, segregando os locais da cidade que possuam algum tipo de serviço bancário, em detrimento de outros que os possuam em abundância (como o caso do bairro Nova Ourinhos, que possui além de um caixa eletrônico do Banco 24 horas, um posto do Bradesco e um do banco Itaú, situados no Supermercado Pão de Açúcar, além também de outros dois situados na Faculdade Estácio de Sá, sendo um do Banco do Brasil e outro do Itaú).

Tabela 10. Postos de Atendimento Bancário e Eletrônico de Ourinhos/SP. 2010.

Ourinhos: Postos de Atendimento			
Banco	Nome	Bairro	Tipo
Bradesco S.A.	Agência Ourinhos - II Unidade	Centro	PAE
	Auto Posto Brigadeiro	Centro	PAE
	Fund. Educ. Miguel Mofarrej	Água do Cateto	PAE
	Usina São Luiz S.A.	Fazenda Sta. Maria	PAE
	Ourinhos	Centro	PAE
	SE Supermercado Ourinhos	Nova Ourinhos	PAE
Banco do Brasil S.A.	SAA-Ourinhos	Centro	PAE
	Loja Ourinhos	Centro	PAE
	QSQ-INJEX	Nova Ourinhos	PAE
	Fórum Ourinhos	V. São Silvestre	PAB
Banco Santander S.A.	Faculdades Integradas de Ourinhos – FIO	Água do Cateto	PAE
	Colchões Castor	Distr. Ind. Dr. Hélio Silva	PAE
	Santa Casa Ourinhos	Vila Emília	PAB
Caixa Econômica Federal S.A.	Prefeitura Municipal de Ourinhos	Centro	PAB
	Justiça do Trabalho	Vila Moraes	PAB
	Rodoviária de Ourinhos	Vila Perino	PAE
	Justiça Federal	Vila Sá	PAB
Itaú Unibanco S.A.	Agência Ourinhos - SP	Centro	PAE
	Superm. Pão de Açúcar - Ourinhos	Centro	PAE
	Soc. de Ens. Sup. Estácio de Sá	Nova Ourinhos	PAE
Banco 24 Horas	P. Açúcar Ourinhos	Nova Ourinhos	
Total Postos de Atendimento	22		

Fonte: FEBRABAN (2011), com base no BACEN (Base de jul. 2011). **Organização:** Danilo Fávero Tangerino

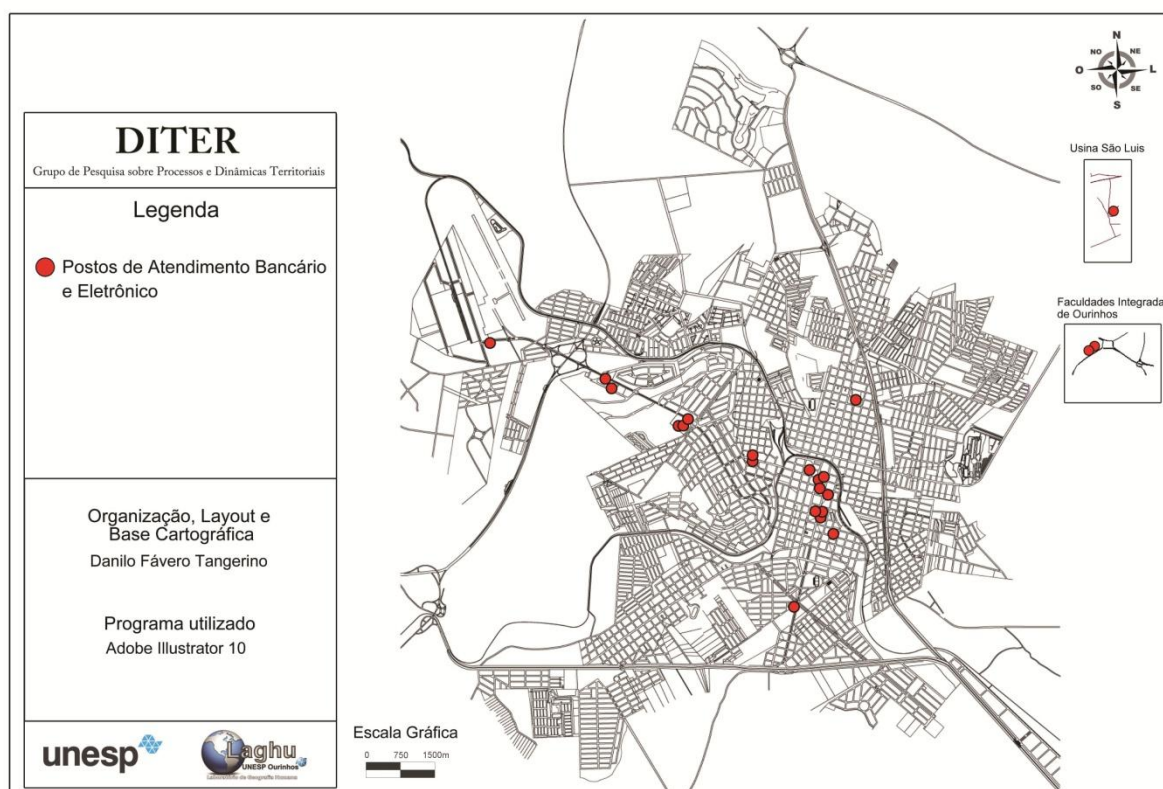


Figura 12. Cartograma de localização dos postos de atendimento bancário e eletrônico no município de Ourinhos/SP.

Além das agências e dos postos de atendimento bancário e eletrônico, notamos que os chamados correspondentes bancários, também se enquadram dentro da rede bancária com uma grande importância, pois é a partir deles que os bancos conseguem, de maneira mais tímida, alcançar um número ainda maior de clientes dentro da cidade, o que caracteriza também uma estratégia bancária para a universalização dos serviços e a integração da população à automação bancária.

Os correspondentes são empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições. Entre os correspondentes mais conhecidos encontram-se as lotéricas e o banco postal. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012)

Segundo Soares (2007), a importância dos correspondentes bancários para a rede bancária brasileira é no sentido de ocupar os espaços vagos deixados pelos processos de reestruturação financeira e bancária, já citados neste trabalho como o processo de *reengenharia*, assim como pelos reajustes de mercado. Assim, segundo o autor, desde sua criação pelo Banco Central, a partir da resolução nº 2.640 de 1999, que lançou suas bases,

e reajuste de função pelas resoluções nº 3110 e 3156, datadas de 2003 que regulam as atividades que os mesmos podem realizar, em Dezembro de 1999 haviam 1.679 municípios desassistidos por instituições financeiras ou estabelecimentos comerciais capazes de realizar operações bancárias, e comprova-se a eficiência do projeto quando analisamos que, apenas 3 anos, todos os municípios brasileiros contavam com algum tipo de estabelecimento que realizasse operações bancárias básicas. Em Ourinhos, a situação é conforme o esperado pela análise brasileira, pois os correspondentes bancários estão presentes em diversos lugares da cidade, inclusive em locais onde os autosserviços não estão presentes de maneira a assistir a população. A seguir, consta o cartograma de localização dos correspondentes bancários no município.

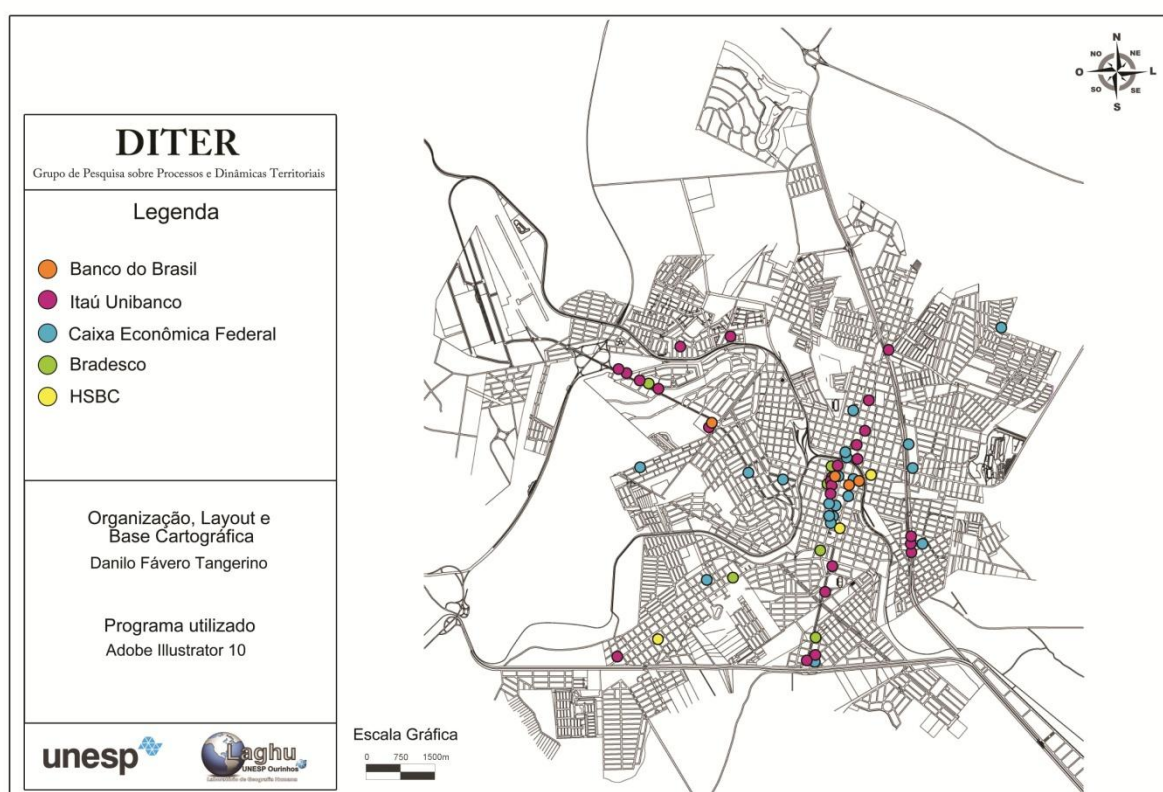


Figura 13. Cartograma de localização dos correspondentes bancários no município de Ourinhos/SP.

Segundo Batista & Rodríguez, no início da implantação de Correspondentes Bancários, este processo ocorreu apenas em pequenas cidades sem agência bancária, funcionando em serviços de atendimento ao consumidor de baixa renda, para fazer pagamentos e receber dinheiro. “Esta forma de ampliação do atendimento através dos CBs manteve o controle da atividade com os bancos, não introduzindo forma de concorrência, porém, para os trabalhadores destes estabelecimentos foi introduzida uma nova forma de exploração” (BATISTA & RODRÍGUEZ, 2010, p. 4).

Os correspondentes não bancários têm sido uma das mais eficazes ferramentas de bancarização do Brasil. Para um país de dimensões continentais, muitas delas de difícil acesso, com pequena população e/ou de baixa renda, os correspondentes permitem superar diversos obstáculos para a expansão dos pontos de atendimento. O principal deles refere-se ao custo de instalação em locais em que a escala de negócios não compensa tal investimento. Com isso, a capilaridade ganha pelos bancos reflete-se em comodidade aos clientes, que, além de acesso aos pontos [...] contam com horários flexíveis de atendimento. (FELTRIM, VENTURA e DODL, 2009, p.182 *apud* BATISTA & RODRÍGUEZ, 2010, p.6-7)

De acordo com Chesnais (1996), é perceptível que as operações realizadas com uma finalidade voltada ao lucro são extremamente seletivas, de modo que o capital não possua interesse em um local como um todo, mas sim em partes deste, o que provoca uma dissociação interna e uma discrepância muito grande em relação às ofertas e aos aparelhos que os locais escolhidos possuem em comparação aos locais periféricos aos olhos do capital. E nesse contexto atual, a esfera financeira representa a *ponta da lança* da mundialização do capital, por ser o setor onde as operações do capital atuam em seu mais alto nível, segregando e privando pessoas e lugares de suas necessidades em prol das necessidades de lucro e crescimento mundiais.

Segundo Corrêa (2005, p. 11),

o espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço.

Deve-se considerar que o espaço urbano de uma cidade é um espaço dotado de complexidades, de especificidades e, conseqüentemente, de diversidades, sejam elas econômicas, políticas, culturais, de crenças, ou sociais. Nela são presentes diversos usos da terra que se justapõem entre si, configurando sua organização espacial, sendo que

tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. (CORRÊA, 2005, p. 7)

O espaço urbano também é a expressão mais límpida da sociedade, refletindo suas contradições, inerentes ao capitalismo, assim como suas características e seus defeitos, além de exprimir constantemente suas desigualdades. “Assim, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes” (CORRÊA, 2005, p. 8). E essa organização do espaço urbano da cidade é promovida, segundo o autor pelos *agentes produtores do espaço urbano*, sendo eles os seguintes: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os

promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos²⁷ (CORREA, 2005). Importante ressaltar que as estratégias destes agentes são mutáveis e variáveis no tempo e no espaço, de modo que suas tipologias, assim como lógicas de ação podem se modificar de acordo com sua necessidade, em consenso com os interesses capitalistas. Todavia, cabe uma explicação dos quatro primeiros, que a nosso ver, são os agentes presentes na esfera urbana da cidade de Ourinhos/SP.

Tratamos aqui sendo os quatro primeiros pois, segundo Corrêa, os grupos sociais excluído somente se efetivam como agentes modeladores do espaço quando da contrução e constituição de conjuntos habitacionais irregulares e ilegais, ou favelas. Outras possibilidades tratadas pelo autor em relação à produção do espaço por este tipo de agente estão constantemente vinculadas aos outros agentes produtores do espaço, não constando como uma produção por parte especificamente dos excluídos, de maneira direta, porém indiretamente, acreditamos que este grupo influencie constantemente nas tomadas de decisão e nas ações dos outros agentes produtores do espaço citados.

Os primeiros agentes, os proprietários dos meios de produção, atuam no espaço urbano de um modo bastante abrangente, pois, em razão de suas atividades consumirem muito espaço, por serem grandes fábricas ou estabelecimentos comerciais de grande porte, eles ainda precisam que seus terrenos sejam baratos e grandes, e acima de tudo, próximos de aparelhos urbanos que possam escoar suas produções, como é o caso de vias férreas ou rodovias.

Entretanto, quando estas fábricas se veem no centro de uma cidade, ou em um local onde não haja mais lugar para expandir, elas mudam-se destes locais, o que constitui para eles (proprietários), um grande negócio, pois a partir disso, conseguem, por pressão junto ao Estado, com que terras mais baratas e maiores que possam estar em mãos de proprietários fundiários, serem desapropriadas e criadas as infraestruturas necessárias para eles novamente, além de locais para expansão de casas para a força de trabalho, e com o local que deixaram vazio, eles atuam como promotores imobiliários ou como proprietários fundiários, ganhando a partir da extração da maior renda fundiária possível, ou a partir do loteamento dessas áreas, que tem seu preço elevado pelo novo uso em local privilegiado.

Os proprietários fundiários atuam extraíndo a maior renda fundiária de suas terras, normalmente localizadas em proximidades da cidade, e privilegiando usos como o comercial e o residencial de luxo. Quando possuem terras em ambiente rural, optam por tentar transformá-las em terras urbanas, a fim de conseguirem obter uma valorização de suas terras, e a venda destas pelo seu valor de troca, e não pelo valor de uso, sendo este o

²⁷ O autor os considera somente de natureza analítica, sendo que na realidade complexa, alguns deles podem coexistir por meio de grandes corporações, reproduzindo o espaço urbano por meio de ações conjuntas e concomitantes.

principal meio de extração da renda. Para isso, eles podem exercer pressões ao Estado, principalmente na instância municipal, para que esta interfira no zoneamento da cidade, transformando suas terras rurais em urbanas, e localizando ali o tipo de uso que os proprietários querem, além de criarem a infraestrutura para a valorização das áreas circunvizinhas, a partir de obras viárias.

Os proprietários fundiários atuam de maneira especulativa, o que tende a transformar mais rapidamente a área rural em urbana, além de interferir no tipo de uso que será dado àquela região, podendo ser uma urbanização de luxo, ou uma urbanização popular, sendo a primeira acontecerá onde as terras dos proprietários tiverem atributos melhores, como amenidades físicas, lagos, mar, áreas verdes, o que acaba forçando o Estado a construir infraestruturas, possibilitando a eles venderem essas terras mais bem localizadas, por preços maiores. Aos proprietários de terras mal localizadas, resta-lhes a construção de loteamentos populares, com um mínimo de infraestrutura, pois somente assim valem a pena, ou construídos por eles mesmos, ou por programas do Estado.

Na história da cidade de Ourinhos, temos como principal exemplo deste agente produtor do espaço urbano a figura de Jacintho Ferreira de Sá, que como já citado, comprou as terras de Dona Escolástica Melchert da Fonseca referentes à Fazenda das Furnas, conjunto de terras que acabou dando origem a Ourinhos, e que por deter quase cem por cento das terras do município, atuou inicialmente como proprietário fundiário, aliado ao *lobby* frente ao Estado e ao governo municipal, para a construção de infraestruturas em suas terras, valorizando-as a ponto de ser interessante vendê-las.

Após o ano de 1910, Jacintho de Sá dividiu suas terras e as pôs à venda como loteamentos, tendo como um dos primeiros compradores o senhor Domingos Perino, que adquiriu aproximadamente cem alqueires de terras, loteou-as, dando origem à uma vila que no futuro seria chamada Vila Perino. Este é um exemplo de atuação de um senhor de terras na cidade como produtor do espaços urbano no passado (BOSCARIOL, 2008).

Os promotores imobiliários, por sua vez, atuam principalmente reafirmando a segregação socioespacial que já se encontra visível em uma cidade, pois a partir da possibilidade de construir residências de luxo ou residências populares, estes acabam ficando com a criação de casas e loteamentos de luxo, pois representam uma demanda solvável, diante de uma demanda estagnada de loteamentos populares, os quais se configuram como não-solváveis, mas que são transformados nessa categoria a partir de pressões ao Estado para criar essas residências por meio de projetos estatais a partir do Banco Nacional de Habitação (BNH) e outros órgãos, além de créditos para os promotores imobiliários, facilidades para desapropriação das terras e crédito para os futuros moradores, reforçando assim a segregação residencial.

Algumas empresas compõem este tipo de agente, como a Delfim Verde, empresa de desenvolvimento urbano e empreendimentos imobiliários de Ourinhos responsável pelo loteamento de residenciais de alto padrão, como Royal Park, Royal Garden, Nova Ourinhos, Residencial Villagio, além de futuro empreendimentos como a Vila Inglesa e o Gold Place, todos bairros de alto padrão na cidade, realizados pela empresa. Outra empresa que atua como promotora imobiliária na cidade de Ourinhos, além de outras cidades de outros estados do país, é a GSP Loteamentos, cujas empreitadas na cidade resultaram nos residenciais Ville de France, um loteamento aberto que se encontra em construção, e cuja procura foi tão intensa que segundo informações da própria empresa, se encontra em segunda fase de vendas; Parque Trianon, loteamento fechado em construção; além de outros projetos futuros como GSP Life Recanto III, Ville de France em regime fechado e Ville de France II.

O Estado atua de diversas maneiras na organização e na produção do espaço urbano, mas o meio mais eficiente e mais visto é pela implantação de infraestruturas urbanas de serviços públicos, principalmente sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, sistema de coleta de lixo, dentre outros, que são necessários para a população em geral, e interessantes para às empresas que nele se encontram. Além disso, o Estado visa criar e reproduzir a produção capitalista, ou seja, condições que viabilizem a acumulação e a reprodução de classes sociais.

Através da política conjugada de renovação urbana – abertura de modernas vias de tráfego – o Estado capitalista viabiliza simultaneamente vários interesses. De um lado, via expulsão dos pobres residentes em cortiços junto ao centro da cidade, redireciona a segregação residencial e viabiliza o capital imobiliário que tem oportunidade de realizar bons negócios em áreas onde o preço da terra é, pela proximidade do centro, bastante elevado: é a renovação urbana. (CORREA, 2005, p. 28)

O Estado também produz terreno passível de localização de diversas atividades, a partir de obras como drenagem, desmonte de aterros, dentre outros tipos de ações que representam locais de futura instalação de atividades viáveis ao propósito capitalista. Programas governamentais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são, juntamente com programas desenvolvidos pela esfera municipal com auxílio do governo estadual e nacional, alguns dos tipos de ações promovidas pelo Estado que auxiliam na produção do espaço urbano das cidades, assim sendo, de Ourinhos.

Nesse contexto, surge a concepção dos *dois circuitos da economia* (Santos, 2004b): o circuito superior e o circuito inferior. Segundo Santos (2004b, p. 20-21), o espaço dos países subdesenvolvidos, especialmente de suas cidades, possui características como descontinuidade e instabilidade, o que acaba criando disparidades sociais, econômicas e políticas, a partir de um processo denominado pelo mesmo de *seletividade espacial*,

podendo se desmembrar em função da *produção* (cuja localização é específica de alguns pontos do território), ou do *consumo* (sendo este barrado pela seletividade por ser um conceito abstrato).

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. (SANTOS, 2004b, p. 37)

Ambos os circuitos da economia possuem a mesma origem, sendo resultados diretos da modernização tecnológica, entretanto, a diferença primordial para ambos é o acesso às necessidades, que são as mesmas para ambos. O circuito inferior, no caso, é constituído por “formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não modernos ‘a varejo’ e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão”. (SANTOS, 2004b, p. 40). Já o circuito superior possui subdivisões dentro de si, em setores que servem ou não somente o circuito superior, ou que permeiam por todos os circuitos e tipos de classes sociais, sendo assim os somente voltados ao superior os serviços *puros* (comércio e serviços modernos), coexistindo com os serviços *impuros* (especialmente ligados a atividades bancárias, que se situam no superior, porém possuem outputs externos), e por fim, os serviços *mistos* (principalmente os atacadistas, que fazem a conexão entre os dois circuitos).

Todavia, os circuitos superior e inferior não estão tão distantes como parecem pela percepção do caso supradescrito, principalmente se analisada a dependência do circuito superior pelo inferior, que analisando a descrição de cada um, é impossível de ser pensada, porém se analisada pela ótica de que, mesmo os serviços modernos, voltados somente para o circuito superior, se apropriam de certas atividades do circuito inferior para que seja feito o serviço. Isso é evidenciado se analisado, por exemplo, um caso de um serviço do circuito inferior que é terceirizado por um estabelecimento do circuito superior.

Notamos na cidade de Ourinhos a ação de diversos agentes produtores do espaço, que a cada dia influenciam na organização da cidade de modo segregativo e que contribuem para o aumento na discrepância entre classes sociais da cidade. Na história da cidade, há também a presença principalmente do proprietário fundiário, caracterizado pelo já citado Jacintho Ferreira de Sá, cuja especulação acabou proporcionando o surgimento da cidade, que depois de muitos anos, segundo Boscariol (2008), teve uma tendência de crescimento para o setor oeste.

Notamos ainda uma confluência entre os referidos agentes e suas ações locais, com as localizações dos serviços bancários, de modo que, sob a perspectiva de análise voltada principalmente para a localização dos autosserviços bancários, cuja expressão maior neste

trabalho são os postos de atendimento ou *caixas eletrônicas*, podemos notar que há uma concentração destes tipos no setor oeste da cidade, em locais específicos de atração da população, como supermercados e universidades.

PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

O trabalho fora realizado a partir de levantamento bibliográfico, com leituras sobre a história do sistema bancário no Brasil, e recortes históricos e econômicos feitos por outros autores, como Sandra Lúcia Videira, João Sicsú e Marco Crocco, além de levantamento documental, que incluiu dados do Banco Central e da Federação Brasileira de Bancos. Alguns outros autores como Milton Santos, Leila Christina Dias, François Perroux, dentre outros, foram parte importante da construção do referencial teórico-metodológico do trabalho, contribuindo com o estudo das redes. O conceito de interações espaciais, trabalhado por Roberto Lobato Corrêa (1997), contribuiu para o estudo sobre as possíveis influências provenientes das interações entre os centros de diversas escalas, a partir da óptica financeira e bancária, do ponto de vista de nossa abordagem, relacionando-o com os conceitos buscados nos autores supracitados para contribuir importantemente ao nosso estudo.

A área da Geografia relacionada às questões financeiras, mais especificamente ao setor bancário e suas características geográficas, dentro da esfera de estudos vinculada ao município de Ourinhos e seu entorno, não possui muitas publicações e, portanto, o levantamento bibliográfico nessa área implicou, para nós, em leituras relacionadas às dinâmicas que regem a estrutura urbana e o ordenamento territorial das cidades, além de leituras relacionadas à estrutura do sistema financeiro nacional e mundial, para que o estudo seja devidamente localizado dentro da lógica de mercado que rege a sociedade. Dentre algumas leituras utilizadas podemos citar Sandra Lúcia Videira (2005, 2006, 2009a, 2009b, 2009c, 2010), João Sicsú e Marco Crocco (2003), Roberto Lobato Corrêa (1996, 1997), Leila Christina Dias (2005), François Perroux (1975) e Milton Santos (2002, 2004, 2005, 2009), entre outros.

A primeira etapa do trabalho foi a realização do levantamento bibliográfico sobre o Sistema Financeiro, tentando articular uma possível estrutura formada entre a parte econômica da formação deste e o enfoque geográfico tratado em nosso texto, iniciando com dados e leituras sobre a história do surgimento do sistema financeiro brasileiro, passando depois para estudos acerca do funcionamento do sistema bancário em geral, e sua influência na estruturação da cidade. Além disso, foram consultados também sites de instituições bancárias e órgãos como a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e o Banco Central do Brasil, a fim de coletar dados sobre estas instituições bancárias, para a confecção de tabelas.

Ourinhos desempenha, segundo o REGIC (2008), uma centralidade em relação à região de seu entorno imediato, porém não podemos somente comprová-la analisando o setor bancário e financeiro, e sua respectiva força dentro desta microrregião, e por isso o

trabalho está inserido dentro de uma análise mais profunda dos novos agentes econômicos, visando a análise do papel de intermediação das cidades de Ourinhos e Marília, no Estado de São Paulo. E em um segundo momento do trabalho, foi realizada a análise documental acerca de instituições bancárias tanto privadas como públicas, além de publicações feitas pelo Banco Central do Brasil, sobre o processo de localização, organização e estruturação das agências que fazem parte do cotidiano das pessoas.

Essa foi uma parte importante da construção do referencial teórico, pois esta análise, juntamente com a análise de textos e livros que faziam menção ao urbano, nos proporcionou uma visão integradora do tema, possibilitando-nos a realizar análises sobre a lógica de localização das agências no espaço urbano, além da influência destas em processos como a segregação socioespacial, fluxos intraurbanos, além da reflexão sobre os dois circuitos da economia. Essa influência da localização das agências bancárias na segregação socioespacial, ao nosso ver, faz menção principalmente à segregação da acessibilidade proporcionada pela lógica bancária em posicionar os autosserviços em locais estratégicos dentro do município de Ourinhos, assim como de privar bairros periféricos e de baixa renda deste tipo de serviço.

Foram utilizados, para compor uma série histórica sobre o surgimento da cidade, e suas tendências de crescimento da malha urbana, os textos de Del Rios (1992) e Boscariol (2008), cujas contribuições sobre a história da cidade, e sobre o processo de urbanização e reestruturação urbana de Ourinhos, respectivamente, foram de grande auxílio na redação final e no entendimento dos padrões urbanos da cidade, e uma grande contribuição para a análise da hipótese principal do trabalho.

A revisão bibliográfica fez parte das últimas etapas da pesquisa, para que, a partir de toda a leitura realizada durante o período da pesquisa, além dos dados levantados, seja sistematizado um panorama geral da pesquisa, sendo mais fácil a organização das ideias para a redação final, além de servir de base ao nosso referencial teórico-metodológico, levando em conta as diferentes leituras da questão, a fim de proporcionar ao projeto uma visão geográfica sobre a influência da rede bancária na ordenação espacial da cidade. Os dados coletados por Oliveira Filho (2011) foram cruciais para o entendimento do papel que os bancos possuem dentro da intermediação urbana que Ourinhos exerce na sua microrregião.

Um trabalho de campo foi realizado a fim de localizar as diversas agências e postos de atendimento bancário que estão presentes em todo o município de Ourinhos, partindo da georreferência destes na base do município providenciada pelo IBGE, e a coleta dos pontos *in loco*, e confecção do mapa a partir da plataforma do Sistema de Informações Geográficas ArcGIS 10, e Adobe Illustrator 10.

CAPITULO 3. Considerações Finais

Considerando o que fora apresentado, podemos destacar que os serviços bancários buscam sua localização baseando-se principalmente em outros tipos de serviços que caracterizam as diversas localidades dentro da mesma cidade como atrativas ou não tratativas segundo a ótica do capital. Se considerarmos a ideia de Crocco e Sicsú (ano) que as agências são localizadas com base no PIB de cada região, e embatendo-a com a premissa de Sposito (ano) de que o centro da cidade continua com a concentração maior dos serviços de agências bancárias, e que estas se estendem centro afora pela localização principalmente de postos de atendimento bancário e correspondentes bancários, podemos perceber com base nos cartogramas elaborados durante a pesquisa, que na cidade de Ourinhos esse processo é de extrema importância para segregação entre os diversos estratos sociais em relação ao acesso a estes serviços.

Destacamos a importância das telecomunicações para que este processo fosse possível, no âmbito de diminuir as distâncias físicas, proporcionando uma conexão remota entre os bancos e suas sedes, além de promover também um desenvolvimento maior e um leque maior de opções que as instituições financeiras e bancárias possuíam para conseguirem chegar aos seus clientes, inovando sempre para atender a um maior numero de clientes, tanto em numero quanto em relação às diferentes classes sociais. Alguns dos principais desenvolvimentos desse tipo foram os postos de atendimento bancário, vulgos “caixas eletrônicos”, que acabam realizando diversas atividades bancárias as quais não seja necessária a presença de um agente bancário, como a retirada de dinheiro, a consulta ao saldo, além de pagamentos de contas, impressão de boletos, dentre outros; e o atendimento por *internet banking*, ou o *site* para realização de operações vinculadas à sua conta bancária, o que acaba provocando o processo de *reengenharia*, já explicado no capítulo 1.

Além dos autosserviços, analisamos também o cartão de crédito como um novo produto que, a nosso ver, devido às diversas vantagens em relação ao dinheiro e ao cheque (vide capítulo 1), constitui uma nova modalidade de crédito que muda o padrão de consumo da população, fazendo com que se inverta o processo anterior de acumulação de todo o dinheiro necessário para a compra de algum produto, substituindo esse processo pela possibilidade de pagar em diversas parcelas, com dia fixo para a chegada e pagamento da fatura, possibilitando novas opções de consumo, alterando o papel dos agentes econômicos e gerando novas práticas espaciais.

Este constitui aos lojistas um meio mais seguro que o cheque de pagamento das contas, pois a partir do momento em que o cartão é “passado” no estabelecimento, a instituição da qual faz parte aquele cartão, possui a obrigação de pagar a quantia ao lojista, passando a dívida a ser cobrada do consumidor pela instituição, que ganha com a

existência de um percentual considerável de inadimplência, pois têm implícito, em suas políticas, juros altíssimos para pessoas que parcelam a própria fatura (são estes os consumidores que pagam a fatura mínima ao invés da completa), explorando a dívida do consumidor. E segundo os dados referentes às operações de crédito, notamos um destaque de Ourinhos dentre os outros municípios considerados, sendo o volume deste ativo muito maior que o das outras cidades, o que pode, a nosso ver, caracterizar uma centralidade da cidade dentro dessa microrregião.

Acerca das agências bancárias, pensamos que estas, em número, constituem um meio de análise da importância de uma cidade dentro de uma região específica, visto que o capital financeiro busca áreas mais atrativas para alocar seus serviços, e que um indicativo relevante para essa atratividade é o número de serviços presentes nos centros urbanos, sendo Ourinhos a cidade de destaque dentro da microrregião considerada.

Sobre a influência da rede bancária dentro da organização espacial da cidade de Ourinhos, notamos a importância dos agentes produtores do espaço urbano, que modelam o espaço urbano de acordo com os interesses inerentes aos grupos de maior influência, sempre voltados para a adequação à acumulação capitalista, e por assim, perpetuando a segregação socioespacial de locais próximos em distância, porém distantes tanto em relação ao padrão de consumo, quanto aos interesses no consumo, assim como ratificando a segregação em relação ao acesso a certos aparelhos urbanos, como transporte, farmácias, supermercados, universidades, e em nossa abordagem, também os serviços bancários. Compartilhamos com Sposito (2010), em relação aos postos de atendimento bancário e eletrônico, de que os mesmos se localizam normalmente fora do centro da cidade, e que possuem destino específico para certos clientes que frequentam os locais que possuem os PAB'S com outro tipo de finalidade, mas possuem a possibilidade da utilização deste serviço. No município de Ourinhos, notamos que os postos de atendimento bancário e eletrônicos localizam-se em espaços onde a principal finalidade não é o serviço bancário, mas sim outros serviços específicos que demandam a presença do banco, como o Supermercado Pão de Açúcar, que concentra três postos, ou as instituições de ensino superior (Faculdade Estácio de Sá e Faculdades Integradas de Ourinhos), que juntas concentram quatro postos de atendimento, além de outros locais do município, como a Usina São Luiz, ou o Distrito Industrial, que possuem estes tipos de serviços para facilitar aos seus trabalhadores o acesso à retirada de dinheiro no caixa eletrônico, e poupá-los do fluxo ao centro, fazendo com que não percam tempo e continuem a produzir para as empresas.

Alguns locais que possuem caixas eletrônicos são prédios de órgãos públicos municipais, como o Fórum e a Prefeitura Municipal, e órgãos federais como a Justiça do Trabalho, Justiça Federal, além da Rodoviária Municipal. Esse fato contrasta com outras

possibilidades que as instituições financeiras possuem de localizar os postos de atendimento em locais estratégicos, porém não necessariamente vinculados a serviços que necessitem da presença do banco, como os serviços supracitados, que demandam, seja pela comodidade da utilização, pelo horário de funcionamento, ou talvez pelo tipo de serviço, da presença dos autosserviços para atender a população que ali se encontra.

Percebe-se que a localização dos postos de atendimento que se encontram fora do centro da cidade privilegia principalmente a área descrita por Boscariol (2008) como sendo o vetor de crescimento de serviços e moradias de alta renda da cidade, o setor oeste, que é o setor onde se encontram alguns dos bairros nobres da cidade, condomínios como o residencial em regime fechado Royal Park, além de ser o local onde se encontram o Supermercado Pão de Açúcar, a Faculdade Estácio de Sá, o Hospital da UNIMED, sendo também caminho para o Distrito Industrial. Em nossa visão, foram estes *fixos* de alto padrão e de atração de maiores e melhores investimentos que atraíram os *fluxos* de pessoas, de mercadorias e serviços de alto padrão, servindo como um atrativo para os serviços bancários, sendo a recíproca possivelmente verdadeira, ou seja, de que o fluxo das classes mais altas para estes locais (setor oeste) foi um atrativo para que os serviços que as tem como principal clientela também fugissem e se instalassem nestes locais, em detrimento dos bairros periféricos da cidade que não possuem nenhum tipo de serviço remoto bancário, a não ser em prédios de órgãos públicos, que possuem horários como se fossem agências para a utilização dos mesmos.

Os diversos outros bairros da cidade não possuem os autosserviços bancários talvez porque são situados em áreas não-atrativas para o capital financeiro, com uma grande presença de comércios de baixa renda, além de serem bairros de população de renda mais baixa e, assim sendo, não atrativa. A presença dos autosserviços nestes locais atrativos ao capital caracteriza, ao nosso olhar, uma tentativa das instituições bancárias de alcançar o máximo possível de pessoas, no caso clientes, evitando os fluxos para o centro da população que, por ser de mais alta renda, proporciona lucro para o banco, e assim este procura, através dos autosserviços, garantir a comodidade dessa população., compartilhando a ideia de Crocco e Sicsú (ano), sobre a atração de investimentos e serviços para locais onde o PIB é mais alto, sendo estas as áreas supracitadas como o vetor de crescimento de bairros de classes mais altas.

Acerca da importância dos correspondentes bancários na ordenação da cidade e na criação de novas espacialidades urbanas, acreditamos que esta seja relevante para o estudo no sentido que os mesmos se caracterizam como uma modalidade considerada recente de “bancarização” do Brasil como um todo, atuando principalmente como um desvio ao gargalo das agências bancárias, e atendendo de maneira parcialmente completa (visto que não oferece todos os serviços que estão presentes nas agências), todas as esferas da

população, principalmente, no caso de Ourinhos, sendo estes o métodos mais eficaz por parte das instituições financeiras de alcançar as áreas que não são atrativas às agências ou postoso de atendimento. Outra estratégia que pudemos perceber em relação aos correspondentes bancários é a transferência de responsabilidades, custos e serviços para terceiros, diminuindo assim o volume de pessoas nas agências, assim como os gastos referentes aos serviços, ao número de funcionários, e gastos supérfluos como energia elétrica, para os correspondentes, e assim aumentando sua lucratividade e seu raio de ação. Nesse sentido, é que pensamos em nossa hipótese de que a rede intraurbana, a partir da seletividade dos locais em que instala seus serviços, acaba ratificando a segregação socioespacial, econômica e, por conseguinte, residencial, caracterizando locais que possuem menos acessibilidade aos vários serviços ofertados na cidade, como as áreas menos atrativas. Além disso, consideramos que a própria presença destes tipos de serviços acaba se tornando, a partir da valorização dos locais em que se encontram, fixos atrativos a outros tipos de serviços, formando assim um processo continuado de segregação e valorização de áreas que já possuem um alto valor agregado, alterando a organização do espaço urbano, e influenciando maciçamente no mesmo.

Importante ressaltar que nosso estudo é apenas introdutório, de modo que demandariam diversas outras pesquisas e abordagens para entendermos completamente a ação e a influência da rede bancária para a organização da cidade de Ourinhos. Além disso, haveria diversos outros produtos provenientes das instituições bancárias, os quais poderiam ser objetos de estudo para a compreensão da estruturação da cidade de Ourinhos, atuando na produção de novos espaços urbanos, como o crédito imobiliário e os programas de grandes bancos para loteamentos de classes baixas, porém estes não faziam parte de nosso objetivo, não comparecendo em nosso trabalho por esse motivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA Rodrigo Valente. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, março, 1998. (texto para discussão n. 554) Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0554.pdf> Acesso em: 18 mar. 2009.

AMORIM Filho, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo Valente. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 1-34.

ARAÚJO, C. R. V.. **História do Pensamento Econômico: Uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 1995.

ARROYO, M. M.. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SOBARZO, O.; SPOSITO, M. E. B. (org). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 71-86.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE CARTÃO DE CRÉDITO E SERVIÇOS. Disponível em: <<http://www.abecs.org.br>>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10528: 1988**. Cartão plástico de débito, crédito e serviços, Características físicas e lógicas, Padronização. Rio de Janeiro: ABNT, jan. 1988.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <www.bacen.gov.br>.

BATISTA, O. J.; RODRÍGUEZ, T. D. M. . Correspondentes Bancários: Instrumento para inclusão financeira e o desenvolvimento local. In: **Congresso Virtual Brasileiro de Administração**, 2010, São Paulo. VII Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2010.

BOSCARIOL, R. A.. **Formação socioespacial e expansão urbana do município de Ourinhos/SP**. 2008, 185p.. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual Paulista, Campus Experimental de Ourinhos, Ourinhos.

CASTRO, M. G. de. Cartão de Crédito. **Revista Eletrônica de Direito “Dr. Romeu Vianna”**. Juiz de Fora: Instituto Vianna Junior, Ano V – 2008, n. 5, Outubro de 2008. Disponível em: <http://www.viannajr.edu.br/site/menu/publicacoes/revista_direito/artigos/edicao5/art_cartao_credito.pdf>. Acesso em 16 abr. 2012.

CHESNAIS, F.. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos**: São Paulo: Xamã, 1998.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br>>.

CONTEL, F. B.. Nova topologia bancária e a geografia urbana brasileira: a hipercapilaridade do crédito. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 12., 2009. **Anais do 12º EGAL**. Montevideo, 2009. Disponível em: <egal2009.easypanners.info/area05/5134_ConTEL_Fabio_Betioli.doc>. Acesso em 20 fev. 2012

CORRÊA, R. L.. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**. 54 (3), jul. / set. 1992: 115-121. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201992%20v54_n3.pdf>. Acesso em 20 fev. 2012

_____. Os Centros de Gestão do Território: uma nota. **Revista Território**, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 23-30, 1996.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **O Espaço Urbano**. 4ª ed., 6ª impressão. São Paulo: Editora Ática, 2005.

CROCCO, M.; SICSÚ, J. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. **Economia**. Niterói (RJ), vol. 4, num. 1, p. 85-112, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n1p85_112.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2011.

DEL RIOS, J.. **Ourinhos: memórias de uma cidade paulista**. Ourinhos, SP: Prefeitura Municipal, 1992.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da. **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 11-28

ELIAS, D.; SPOSITO, M. E. B; SOARES, B. R. (Org). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FABER, R. J.; O'GUINN, T. C.. Compulsive consumption and credit abuse. **Journal of Consumer Policy**, v. 11, n. 1, p. 97-109, Mar. 1988. DOI: 10.1007/BF00411522. Disponível em: <http://research3.bus.wisc.edu/file.php/157/papers/_20_compulsive_consumption_and_credit_abuse.pdf>. Acesso em 01 mai. 2012.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>>.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Disponível em: <www.seade.gov.br>.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

GONÇALVES, R.. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARVEY, D.. **Condição pós-moderna**. 18 ed., São Paulo: Loyola, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=353470>>. Acesso em: 30 jul. 2011

_____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: 18 mar. 2011.

IKEDA, A. A.; SANTOS, R. da C.; VELUDO-DE-OLIVEIRA, T. M. Compra compulsiva e a influência do cartão de crédito. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, v. 44, n. 1, jul./set. 2004. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902004000300009.pdf>. Acesso em 01 mai. 2012.

LOPES, J. do C.. O Sistema Financeiro Brasileiro. *In*: LOPES, J. do C. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 405-466.

NOGUEIRA, Pablo. Cidades em transição. **Revista Unesp Ciência**, São Paulo, ano 3, n. 29, p. 20-27, abril 2012.

OLIVEIRA, Alessandro F. T. de ; VIDEIRA, S. L. . Configuração do Sistema Bancário no Brasil: das Privatizações às Federalizações. *In*: XVI Encontro Nacional de Geógrafos - Crise, Práxis e Autonomia: Espaços de Resistência e de Esperanças, 2010, Porto Alegre. **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre, 2010. p. 1-11. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2164>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

OLIVEIRA FILHO, A. A. de. **A cidade de Ourinhos-SP como centro regional: formação socioespacial, centralidade e influência econômica**. 2011. 173p.. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual Paulista, Campus Experimental de Ourinhos, Ourinhos.

PERROUX, F.. O conceito de polos de crescimento. *In*: FAISSOL, S. **Urbanização e Regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. IBGE: Rio de Janeiro, 1975.

ROBERTS, J. A. and JONES, E. (2001), Money Attitudes, Credit Card Use, and Compulsive Buying among American College Students. **Journal of Consumer Affairs**, 35: 213–240. DOI: 10.1111/j.1745-6606.2001.tb00111.x Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1745-6606.2001.tb00111.x/pdf>>. Acesso em 01 mai. 2012.

SANDRONI, P. (Org). **Novíssimo Dicionário de Economia**. ed. 11., São Paulo: Editora Best Seller, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004a.

_____. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004b.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Por uma Economia Política da Cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed., Rio de Janeiro: Record, 2003.

SASSEN, S.. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SICSÚ, João; CROCCO, M.. Em Busca de uma Teoria de Localização das Agências Bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. **Revista Economia (Anpec)**, v. 4, n. 1, p. 85-112, 2003. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n1p85_112.pdf>. Acesso em 20 jan. 2012.

SILVEIRA, M. R. **Estradas de ferro no Brasil: das primeiras construções às parcerias público-privadas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

SILVEIRA, M. R. *et al.* (Org). **Ourinhos/SP: formação e desenvolvimento de uma economia regional e demais estudos**. Bauru: Joarte, 2011.

SOARES, Marden M. VI SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICRO-FINANÇAS. O papel do Banco Central do Brasil no SFN - As diversas formas de atuar - Os segmentos das microfinanças regulados pelo Banco Central. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/apres_32.pdf>. Acesso em: 21 de jun. 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2002, 560 p.

SPOSITO, Maria Encarnação B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

SPOSITO, M. E. B.. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s. n.], 2001.

_____. **O chão em pedaços: Urbanização, economia e cidades o Estado de São Paulo**. UNESP, Presidente Prudente, 2004 (Livre Docência).

_____. (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. 1ªEd. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIDEIRA, S. L. Bancos estrangeiros no Brasil: um agente urbano. **Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, num. 194 (9). Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-07.htm>>. Acesso em 04 jul. 2011. [ISSN: 1138-9788]

_____. **A territorialização dos bancos estrangeiros no Brasil: o caso da rede do Santander**. UNESP: Tese de Doutorado em Geografia. Presidente Prudente, 2006.

_____. Território bancário no Brasil: o papel dos bancos estrangeiros. In: Simpósio Nacional de Geografia Política, território e poder, 1., 2009a, Curitiba. **Anais do I Geosimpósio**. Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.nilsonfraga.com.br/anais/VIDEIRA_Sandra_L_cia_I.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2011.

_____. **Globalização financeira: um olhar geográfico sobre a rede dos bancos estrangeiros no Brasil**. Guarapuava: Unicentro, 2009b.

_____. Transnacionais financeiras: a atuação do Banco Santander no Brasil. In: 12º Encontro de geógrafos da América latina, 2009, Montevideo. **Anais do 12º Encontro de Geógrafos da América Latina**. Montevideo, 2009c. p. 1-15. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area01/1164_Videira_Sandra_Lucia.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2011.

VIDEIRA, S. L.; LUZ, Ivoir da. A Privatização dos Bancos Estaduais no Brasil. In: 12º Encontro de geógrafos da América latina, 2009, Montevideo. **Anais do 12º Encontro de geógrafos da América Latina**. Montevideo, 2009d. p. 1-14. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area01/1078_Luz_Ivoir_da.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2011.

VILLAÇA, F.. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel : FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ANEXOS

Anexo 1. Lista de Correspondentes Bancários da cidade de Ourinhos/SP

Ourinhos: Correspondentes Bancários			
Banco	Nome Fantasia	Bairro	Endereço
Banco do Brasil	COBAN PAO DE AÇUCAR	NOVA OURINHOS	AVENIDA LUIZ SALDANHA RODRIGUES 1591
	POSTO TELEFONICO	CENTRO	PRACA MELO PEIXOTO 143
	LOJA DAS CONTAS	CENTRO	RUA ANTONIO CARLOS MORI 505
	MFA-DEUSLENE AP	CENTRO	RUA DO EXPEDICIONARIO 386

Caixa Econômica Federal	PONTO DOS COLCHOES	CENTRO	PRACA MELO PEIXOTO
	ASSAE		AVENIDA ALTINO ARANTES 369
	PANIFICADORA BIG PAO		RUA MARECHAL CANDIDO RONDON 356
	COPPI IMOVEIS		AV DR ALTINO ARANTES 431
	VENTURA GARCIA		RUA DR CAIO MIZUBUTI 882
	CONSTRUCENTER		RUA ADALBERTO DIAS BOGADO 100
	KAPSA ASSESSORIA E NEGOCIOS LTDA ME		AV ALTINO ARANTES 146
	J A AVELAR E CIA LTDA		RUA DO EXPEDICIONARIO 255
	R T IMOVEIS		RUA ANTONIO DE ALMEIDA LEITE 817
	CASA BANC OURINHENSE INF CADASTRAIS LTDA		RUA EXPEDICIONARIO 470
	VERA IMOVEIS		RUA BENJAMIN CONSTANT 370
	NOVO PONTO LANCHONETE		AV JACINTO FERREIRA DE SA 483
	JOSINEI A ONCA SILVA		RUA PE RUI CANDIDO DA SILVA 699 SL B
	RALSO SERV ADMINISTRATIVOS		RUA SOUZA SOUTELO 55
	ACEO		AV DR ALTINO ARANTES 414
	CABUR		RUA GASPAR RICARDO 596
	LOPES GIMENEZ LTDA		AV RODRIGUES ALVES 300
	CIFERCAL MATERIAIS PARA CONSTRUCAO		AV JACINTO FERREIRA DE SA 1315
	COM MAD E MAT C VALE DO PARANAPANEMA LT		RUA FRANCISCO DIAS NEGRAO 1176
	P J VILHALBA		RUA NOVE DE JULHO 613

Bradesco	CASAS BAHIA COMERCIAL LTDA	CENTRO	RUA ANTONIO CARLOS MORI 298
	MARTINEZ & VOLPE LTDA ME	CENTRO	RUA SÃO PAULO 285
	J MARTINS VIEIRA & P. MARTINS VIEIRA LT	CENTRO	AV DOUTOR ALTINO ARANTES 952
	MASTER AUTO POSTO OURINHOS LTDA	JD MATILDE	RUA DOS EXPEDICIONARIOS 2242
	CASAS AVENIDA COM E IMP LTDA	LOT SÃO DOMINGOS	AV DOMINGOS CAMERLINGO CALO 1975
	GIOVANA GONZALES ASSUMPCAO - ME	NOVA OURINHOS	AV LUIZ SALDANHA RODRIGUES 1564
	CASAS AVENIDA COM E IMP LTDA	VL NOVA AS	AV DUQUE DE CAXIAS 304
Itaú	MAGAZINE LUIZA	CENTRO	RUA PARANA 256
	SE SUPERMERCADOS	NOVA OURINHOS	AV LUIZ SALDANHA RODRIGUES 1591
	FIC PROMOTORA DE VENDAS LTDA		RUA PARANA 289
	PONTO FRIO	CENTRO	RUA PARANA 289
	MAGAZINE LUIZA S/A	CENTRO	RUA PARANA 448
	SUP SÃO JUDAS TADEU LTDA	VL KENNEDY	ROD RAPOSO TAVARES KM 377
	SUP SÃO JUDAS TADEU LTDA	VL MUSA	AV DOMINGOS CAMERLINGO CALO 3587
	APJ COM MOTOS DAFRA OURINHOS	CENTRO	RUA EXPEDICIONARIO 169
	VINMARELLO SUZUKI OURINHOS	CENTRO	RUA DUQUE DE CAXIAS 15
	LICO AUTO ZERO	CENTRO	RUA PARANA 56
	HIPER HONDA OURINHOS	CENTRO	RUA DUQUE DE CAXIAS 456
	ALPHA VEICULOS	JD SANTA FE	RUA DANIEL LEITE 205
	LAPONIA OURINHOS	MITSUBI	ALAMEDA TAITI ITO KM 379
	MIKA VEICULOS	NOVA OURINHOS	AV LUIZ SALDANHA RODRIGUES 1249
	Z3 VEICULOS	NOVA OURINHOS	AV LUIZ SALDANHA RODRIGUES 1261
	CREDI CAR	VL SANTOS DUMONT	AV LUIZ SALDANHA RODRIGUES 2751
	AUTOMAR	VL SANTOS DUMONT	AV LUIZ SALDANHA RODRIGUES 2800
	OURICAR	VL SÃO SILVESTRE	RUA EXPEDICIONARIO 2511
	RENATO CAMINHOES	VL CALIFORNIA	ROD RAPOSO TAVARES KM 379 + 100M
	FREIRE CAMINHOES	VL CALIFORNIA	ROD RAPOSO TAVARES KM 379 11-12
	OURIMOTOS COM DE MOTOS LTDA EPP	VL NOVA AS	RUA DUQUE DE CAXIAS 839
	OURINHOS CAMINHOES	VL SANDANO	RUA PROF FRANCISCO DIAS NEGRAO 2710
	APJ FIAT OURINHOS	VL VILAR	RUA EXPEDICIONARIO 2600
	GE PROMOCOES E SERVICOS DE COBRANCA E TELEMARKETING	CENTRO	RUA EXPEDICIONARIO 142
	PROVAR NEGOCIOS DE VAREJO		RUA DUQUE DE CAXIAS 304

HSBC	PASTELARIA TUTUI	CENTRO	RUA EXPEDICIONARIO 892
	DANIELA MARIA LEME	VL SANTA MARIA	RUA ANTONIO RUIZ 277
	DAROM MOVEIS	CENTRO	RUA SÃO PAULO 749